



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRO REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

WANDERLEY BURITI DE MORAIS

O Dom na Mansão: Um Caminho para o Desenvolvimento Social

CAMPINA GRANDE - PB

Junho, 2018

WANDERLEY BURITI DE MORAIS

O Dom na Mansão: Um Caminho para o Desenvolvimento Social

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional
Linha de pesquisa: Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais
Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota

CAMPINA GRANDE - PB

Junho, 2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M827d Morais, Wanderley Buriti de.
 O dom na mansão [manuscrito] : um caminho para o desenvolvimento social / Wanderley Buriti de Morais. - 2018.
 162 p. : il. colorido.
 Digitado.
 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.
 "Orientação : Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota, Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."
 1. Desenvolvimento social. 2. Mansão do Caminho. 3. Trabalho voluntário. I. Título

21. ed. CDD 361.3

WANDERLEY BURITI DE MORAIS

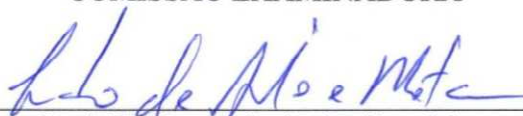
O Dom na Mansão: Um Caminho para o Desenvolvimento Social

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre.

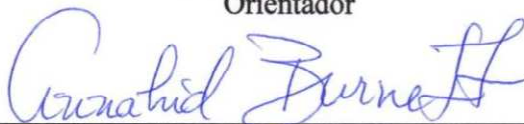
Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota.

Aprovado em: 26 / 06 / 2018

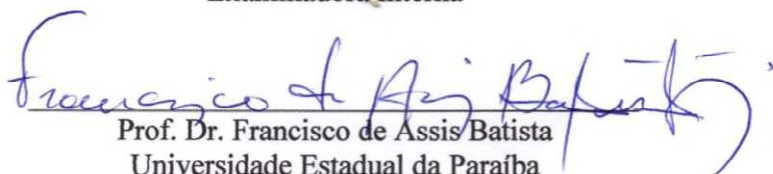
COMISSÃO EXAMINADORA



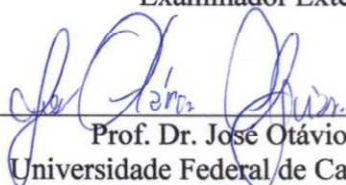
Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota
Universidade Estadual da Paraíba
Orientador



Prof.ª Dr.ª Annahid Burnett
Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora Interna



Prof. Dr. Francisco de Assis Batista
Universidade Estadual da Paraíba
Examinador Externo



Prof. Dr. Jose Otávio Aguiar
Universidade Federal de Campina Grande
Examinador Externo

CAMPINA GRANDE - PB

Junho, 2018

Poema da Gratidão

Muito obrigado, Senhor, pelo que me deste, pelo que me dás!

Muito obrigado, pelo pão, pelo ar, pela paz!

Muito obrigado, pela beleza que meus olhos vêem no altar da Natureza!

Olhos que fitam o céu, a terra e o mar.

Que acompanham a ave fagueira que corre ligeira pelo céu de anil e se detém na terra verde, salpicada de flores em tonalidades mil!

Muito obrigado, Senhor, porque eu posso ver o meu amor!

Diante da minha visão, pelos cegos, formulo uma oração.

Eu sei, que depois dessa vida, na outra vida, eles também enxergarão!

Obrigado, pelos ouvidos meus, que me foram dados por Deus.

Ouvidos que ouvem o tamborilar da chuva no telheiro, a melodia do vento nos ramos do salgueiro, as lágrimas que choram os olhos do mundo inteiro.

Diante de minha capacidade de ouvir, pelos surdos, eu Te quero pedir, eu sei, que depois desta dor, no Teu reino de amor, eles também ouvirão!

Muito obrigado, Senhor, pela minha voz!

Mas, também, pela voz que canta, que ensina, que alfabetiza, que canta uma oração e Teu nome profere com sentida emoção!

Diante da minha melodia, quero Te rogar, pelos que sofrem de afazia, pelos que não cantam de noite e não falam de dia.

Eu sei, que depois desta dor, no Teu reino de amor, eles também cantarão!

Muito obrigado, Senhor, pelas minhas mãos!

Mas, também, pelas mãos que oram, que semeiam, que agasalham.

Mãos de amor, mãos de caridade, de solidariedade.

Mãos que apertam mãos.

Mãos de poesia, de cirurgia, de sinfonia, de psicografias...

Mãos que acalentam a velhice, a dor e o desamor!

Mãos que acolhem ao seio, o corpo de um filho alheio, sem receio.

Pelos meus pés, que me levam a andar sem reclamar.
Muito obrigado, Senhor, porque posso bailar!
Olho para a Terra e vejo amputados, marcados, desesperados, paralisados...
Eu posso andar! Oro por eles!
Eu sei, que depois dessa expiação, na outra vida, eles também bailarão.

Muito obrigado, Senhor, pelo meu lar!
É tão maravilhoso ter um lar...
Não importa se este lar é uma mansão, um bangalô, seja lá o que for!
O importante, é que dentro dele exista amor!
O amor de pai, de mãe, de marido e esposa, de filho, de irmão...
De alguém que lhe estenda a mão, mesmo que seja o amor de um cão, pois, é tão triste viver na solidão!
Mas, se não tiver ninguém para me amar, um teto para me acolher, uma cama para me deitar...
Mesmo assim, não reclamarei, nem blasfemarei.
Simplesmente, direi: Obrigado, Senhor, porque, nasci.
Obrigado, Senhor, porque, creio em Ti!
Pelo Teu amor, obrigado, Senhor!

Versão do poema declamado pelo orador Divaldo Pereira Franco no encerramento de suas palestras, autoria do espírito Amélia Rodrigues, psicografada pelo próprio orador, em Buenos Aires, Argentina, em 21 de Novembro de 1962.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, inteligência suprema e causa primeira de todas as coisas. Ao rabi Galileu Jesus de Nazaré e todos os queridos amigos do plano maior, que são luz no meu caminho e estão sempre a me surpreender.

Em memória do meu pai adotivo Manuel Ferreira Sobrinho, minha maior referência neste mundo, e do meu pai biológico José Dantas de Moraes, sou para sempre grato. À minha mãe adotiva Iraci Dantas Ferreira, meu amor incondicional, e a minha mãe biológica Elita Nobre Buriti de Moraes, que me trouxe à vida corpórea.

Aos meus familiares mais próximos ao lar acolhedor, Iracema Dantas, Francisco Anchieta, Marlene Ferreira, Camila e Cândida Bernardino, a minha irmã Vanderleia Buriti e a todos aqueles familiares que sempre torceram pelo meu crescimento pessoal e profissional, em especial àqueles naturais da minha cidade natal, Cuité, na Paraíba, sou sempre grato. Meu agradecimento aos seres enviados por Deus em forma de cães que foram para mim fonte de carinho inesgotável nos momentos mais difíceis desse trabalho.

Aos inúmeros amigos e amigas que se fizeram presentes na minha jornada, sempre com uma palavra de incentivo e um sorriso no rosto, em especial Rossandro Klinjey, Túlio Paz, João Andrade, Felipe Nóbrega, Giana Romero, Júnior Ramos, Aderaldo Ferreira, Gabriela Chaves, Augusto e Ana Cristina, e Vítor Magliano, que representam os demais, pois cada um é, para mim, um tijolinho da “Mansão” interna que trago no peito. Agradeço o apoio, as brincadeiras e os conselhos oportunos!

À Universidade Estadual da Paraíba, pela oportunidade através do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, aos seus docentes e colaboradores. Em especial, agradeço a Fabrícia Ferreira pela atenção e carinho de sempre.

À Mansão do Caminho, instituição escolhida para este estudo, sou grato a cada entrevistado e a forma como fui acolhido durante todo o período da pesquisa, minha admiração e total respeito. Fui cativado, fiz amigos!

Aos queridos Prof. Dr. José Otávio de Aguiar, Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Cavalcanti Ramalho, Prof. Dr. Francisco de Assis Batista e meu amigo e orientador, o Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota, sou grato, pois foram fundamentais para a melhoria e efetivação deste trabalho.

Morais, Wanderley Buriti de. **O Dom na Mansão: Um Caminho para o Desenvolvimento Social.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional)
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Campina Grande – PB.

RESUMO

O Terceiro Setor tem surgido como uma das novas perspectivas trazidas pela globalização e pelo desenvolvimento social, contribuindo, por sua vez, para o reconhecimento de potencialidades e soluções para problemas, como a pobreza, a marginalização e a redução das desigualdades sociais. A desigualdade social, no Brasil, causada principalmente pela má distribuição de renda fruto da concentração dos meios de produção, sempre foi tema recorrente de estudos e pesquisas, bem como é objeto de ações de organizações dos mais diversos setores. Diante deste cenário, a “Mansão do Caminho” é uma instituição do Terceiro Setor que vem se destacando pelo seu trabalho com a sociedade civil. Nesse sentido, nosso objetivo com esta pesquisa é analisar a participação da sociedade civil sob o efeito da dádiva e do voluntariado na Mansão do Caminho, a fim de promover o desenvolvimento social no bairro Pau da Lima, em Salvador, estado da Bahia. Os demais objetivos seriam os de mostrar o processo de construção da instituição, os motivos que levam as pessoas a colaborarem com a organização, as possíveis políticas públicas em parceria com o governo, a visão do envolvidos sobre o trabalho executado e as diferenças da Mansão do Caminho com relação a outras entidades que já trabalharam. Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, que tem como propósito estudar as teorias da dádiva e do desenvolvimento social presentes na Mansão do Caminho, no sentido de investigar a participação dos diversos atores na contribuição para a mudança do quadro social da região. Como método de pesquisa, pretendemos utilizar a abordagem qualitativa, valendo-nos de roteiro de entrevistas semiestruturadas e de documentos fornecidos pela instituição como meios de obtenção de dados. Nosso estudo amplia a discussão sobre as perspectivas dos atores acerca do entendimento de desenvolvimento, das suas visões em relação ao voluntariado e como um instrumento do Terceiro Setor contribui na promoção de desenvolvimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Dádiva. Voluntariado. Desenvolvimento Social. Mansão do Caminho.

ABSTRACT

The Gift in the Mansion: A Path to Social Development.

The Third Sector has emerged as one of the new perspectives brought by globalization and social development, contributing in turn to the recognition of potentialities and solutions to problems, such as poverty, marginalization and the reduction of social inequalities. Social inequality in Brazil, caused mainly by the poor distribution of income resulting from the concentration of the means of production, has always been a recurring theme of studies and research, as well as the object of actions of organizations from the most diverse sectors. Given this scenario, the Mansão do Caminho is an institution of the Third Sector that has been outstanding for its work with civil society. In this sense, our objective with this research is to analyze the participation of the civil society under the effect of the gift and the volunteer in the Mansão do Caminho in order to promote the social development in the neighborhood Pau da Lima, in Salvador, state of Bahia. The other objectives would be to show the institution building process, the reasons that lead people to collaborate with the organization, the possible public policies in partnership with the government, the vision of the people involved in the work performed and the differences of the House of the Path in relation to other entities that have already worked. This is an exploratory and descriptive research whose purpose is to study the theories of gift and social development present in the Caminho Mansion, in order to investigate the participation of the various actors in the contribution to the change of the social status of the region. As a research method, we intend to use the qualitative approach, using a script of semi-structured interviews and documents provided by the institution as a means of obtaining data. Our study broadens the discussion about the perspectives of the actors about the understanding of development, their visions regarding volunteering and how a Third Sector instrument contributes to the promotion of social development.

KEY WORDS: Gift. Volunteering. Social development. Mansão do Caminho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Morador se vê abandonado em Pau da Lima	62
Figura 2: Assaltos ocorrem a qualquer hora	65
Figura 3: Onde os problemas se multiplicam	68
Figura 4: Na Câmara dos Vereadores.....	70
Figura 5: Centro Espírita Caminho da Redenção e Mansão do Caminho, que teve início á rua Barão de Cotegipe, nº 124 – bairro Calçada.....	71
Figura 6: Vemos o terreno da futura Mansão do Caminho	72
Figura 7: Crianças da Mansão do Caminho.....	75
Figura 8: Divaldo Pereira Franco	76
Figura 9: Nilson de Souza Pereira, bem jovem , ao lado de Maria Alice (Colaboradora) e Ziza (residente), na Secretaria do antigo CECR, na barão do Cotegipe.....	77
Figura 10: Ao centro da foto, Divaldo P. Franco e a sua direita o Sr. Demétrio Ataíde Lisboa, atual Presidente do CECR	80
Figura 11: Quadro – Abraçar uma Causa	107

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CECR – Centro Espírita Caminho da Redenção

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CPN – Centro de Parto Normal

ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GACLB – Grupo de Ação Comunitária Lygia Banhos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

JENA – Juventude Espírita Nina Arueira

LEAL – Livraria Espírita Alvorada Editora

M.A.U.S.S. – Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales

MPB – Música Popular Brasileira

MVP – Movimento Você e a Paz

ONG – Organizações não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OXFAM – Oxford Committee for Famine Relief

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RH – Recursos Humanos

RNB – Renda Nacional Bruta

SESAB – Secretária Estadual da Saúde da Bahia

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
OBJETIVOS	15
Objetivo Geral	15
Objetivos Específicos	15
1 DÁDIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	16
1.1 Mauss e a Dádiva	16
1.2 <i>Homo donator</i> , Socialidade e Solidariedade	24
1.3 O Dom do Voluntariado	32
1.4 Terceiro Setor e Desenvolvimento Social	41
2 DESENHO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS	58
2.1 A Mansão do Caminho e seus entornos	58
2.2 As vozes da Mansão	97
2.3 A dádiva e a Mansão do Caminho: efeitos colaterais não previstos	119
2.4 Voluntariado espírita e desenvolvimento social	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	141
APÊNDICE	155
FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA: FUNCIONÁRIOS DO ESTADO	156
FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA: FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO	158
FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA: TRABALHADORES VOLUNTÁRIOS	161

INTRODUÇÃO

A crise mundial da desigualdade global continua resistindo a cada geração e, ao que parece, por mais que as lideranças mundiais almejem modificar este cenário, factualmente, nada parece novo. Segundo alguns dos dados apresentados pela OXFAM¹, desde 2015, o 1% extrato mais rico da população mundial detinha mais riqueza que o resto do planeta. Atualmente, oito homens detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo; e a renda dos 10% mais pobres aumentou cerca de US\$ 65 entre 1988 e 2011, enquanto a dos 1% mais ricos aumentou cerca de US\$ 11.800, ou seja, 182 vezes mais.

Nesse contexto, o Brasil, a maior economia da América Latina, é conhecido como uma das nações mais multiculturais e etnicamente diversas do planeta. Além disso, também é conhecido por suas organizações sociais do Terceiro Setor e suas intervenções na tentativa de combater à desigualdade social. Em virtude do acirramento das desigualdades, com o fenômeno da globalização em nível mundial, a sociedade civil, a partir da década de 1990, começa a abrir espaços de diálogo mais amplos, sobretudo após a Rio-92. Em outras palavras, Vieira (2009) comenta que o papel das ONGs vem crescendo na medida em que a sociedade civil se organiza, tendo em vista a evidente constatação de que somente o Estado e o mercado não iram resolver o problema da crise global.

O fato é que, mesmo tendo avanços consideráveis, como nos trazem Rafael Georges e Katia Maia da OXFAM Brasil, no relatório de 25 de setembro de 2017, ainda estamos muito longe de uma condição aceitável. Como alguns dos fatos positivos, o relatório informa que, entre 1976 e 2015, o índice de Gini da renda variou de 0,623 a 0,515, tendo, neste período, um encolhimento da pobreza de 35% para menos de 10%, ao passo que a oferta de serviços essenciais se expandiu, como exemplo, o acesso à água encanada, a distribuição de esgoto e a energia elétrica. Por outro lado, são citados fatos negativos:

No início de 2017, os seis maiores bilionários do País juntos possuíam riqueza equivalente à da metade mais pobre da população. Ao mesmo tempo, iniciamos o ano com mais de 16 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Entre os países para os quais existem dados disponíveis, o Brasil é o que mais concentra renda no 1% mais rico, sustentando o 3º pior índice

¹ Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf>. Acesso em: 03/08/ 2017.

de Gini na América Latina e Caribe (atrás somente da Colômbia e de Honduras). Segundo o último Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) o Brasil é o 10º país mais desigual do mundo, num ranking de mais de 140 países. Por aqui, a desigualdade é extrema. (OXFAM, 2017, p. 21)

Nosso ponto de partida, para melhor compreender a ação da sociedade civil no desenvolvimento social, obsevamos uma instituição que está localizada na região Nordeste, no Estado da Bahia, na cidade de Salvador. A Mansão do Caminho (Obra Social do Centro Espírita Caminho da Redenção) vem, desde o ano de 195, promovendo ações sociais, portanto, antes da década de 1990. A sua proposta inicial foi acolher e amparar crianças órfãs e necessitadas. Hoje, a instituição conta com uma escola infantil, uma escola de ensino fundamental, anos iniciais e anos finais, uma creche e inúmeras outras atividades complementares².

Através das diversas leituras realizadas no programa de pós-graduação, chegamos ao intento de apresentar uma pesquisa que exibisse uma contracorrente à lógica economicista. Deste modo, o orientador desse trabalho, Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota, nos apresentou os estudos do sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss acerca da Dádiva, que, por sua vez, contribuiu para um melhor entendimento a respeito das motivações das pessoas em prol do outro, fortalecendo assim ainda mais as dinâmicas da sociedade civil.

Outro viés que nos chamou a atenção foi a do desenvolvimento social, que se destaca pela condição de buscar e explorar recursos existentes em cada localidade, respeitando sempre o seu perfil e suas potencialidades. De modo que o bem-estar social seja a tônica principal na concentração de esforços.

Assim, esta dissertação gira em torno do seguinte problema: em que medida o dom e os esforços empreendidos pelos atores da instituição Mansão do Caminho promovem desenvolvimento social no bairro do Pau da Lima, cidade de Salvador, estado da Bahia – Região Nordeste?

Podemos afirmar, como hipótese para o problema, que a combinação entre as políticas de intervenção socioeconômicas realizadas pelo Estado, através de políticas públicas, e a conexão da instituição junto ao Mercado e à cooperação cidadã, através do voluntariado, têm promovido o desenvolvimento social no bairro do Pau da Lima.

Assim, esta pesquisa tem como base de fundamentação teórica autores como Marcel Mauss (2003), Jacques T. Godbout (1999), Celso Furtado (1981, 2013),

² Disponível em: <<http://www.mansaodocaminho.com.br>>. Acesso em: 02/12/2016.

Amartya Sen (2010), entre outros, para levantar argumentos que justificassem o valor do tema estudado tanto para a academia quanto para a sociedade, além de contribuir na conceituação e interpretação dos dados da pesquisa empírica junto à instituição do terceiro setor, que nos propomos a investigar.

A base conceitual e estrutural está dividida em duas partes: na primeira, partiremos de uma apresentação do autor da teoria da Dádiva, reflexões acerca da teoria, suas relações com o social, participação cidadã através do voluntariado e vinculação do terceiro setor tendo como reflexo o desenvolvimento social; na segunda, buscaremos situar, através de um recorte geográfico, a Mansão do Caminho na cidade de Salvador, analisando a sua trajetória histórica, como ela foi concebida e para quais fins. Em seguida, apresentaremos os dados adquiridos na pesquisa de campo, a fim de respaldar as análises teóricas feitas na primeira parte desta dissertação.

Deste modo, a primeira parte está subdividida em 4 (quatro) tópicos:

1. Mauss e a Dádiva, na qual traremos um pouco da história de quem foi Marcel Mauss, seu perfil e sua relação com a sociologia e antropologia. Falaremos sobre como a dádiva dialogada, sobre o antiutilitarismo e seus efeitos na modernidade;

2. *Homo donator*, Socialidade e Solidariedade: tópico em que buscaremos trabalhar o contraste entre o *homo donador* e o *homo oeconomicus*, as sociabilidades primárias e secundárias e, por fim, o movimento nos esforços à solidariedade;

3. O Dom do voluntariado: um espaço no texto em que mostraremos o efeito da Dádiva na sociedade, em específico abordando aspectos do voluntariado;

4. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social: neste tópico, abordaremos a perspectiva da organização da sociedade civil através do Terceiro Setor e como as instituições dessa denominação vêm contribuindo para o Desenvolvimento Social. Ainda abordaremos do que trata a teoria do desenvolvimento e sua importância para o avanço de uma sociedade.

Na segunda parte que está subdividida em 5 (cinco) tópicos, que são:

1. Mansão do Caminho e seus entornos: destina-se a apresentar a metodologia usada e sua aplicação, situar a instituição geograficamente, socialmente e economicamente na perspectiva da comunidade em que atua, bem como sua estrutura organizacional e administrativa;

2. As vozes da Mansão...: tópico cujos destaques são as falas dos voluntários, trabalhadores e envolvidos de alguma forma com a instituição, suas opiniões acerca

dela, suas análises quanto à participação do estado, suas visões a despeito do que fazem e suas visões num geral sobre a instituição e como se organiza;

3. A dívida e a Mansão do Caminho: efeitos colaterais não previstos: aqui iremos, especificamente, observar as falas dos atores acerca da tríade: *dar*, *receber* e *retribuir*, e os efeitos provocados em suas vidas no que toca seu vínculo com a instituição;

4. Voluntariado espírita e desenvolvimento social: por fim, buscaremos identificar como é o perfil do voluntariado espírita tomando por base este estudo de caso e quais são os reflexos da ação da instituição para o desenvolvimento social.

A justificativa para a escolha do problema dá-se pelo desejo de identificar em que medida a instituição Mansão do Caminho, motivada pelos seus colaboradores, contribui para o desenvolvimento da região, tendo em vista as iniciativas, que são previstas pela Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Art. 3º, que trata dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, inciso III, que dispõe como objetivo erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais³.

Nesse contexto, pretende-se analisar a relação entre o dom, o voluntariado e o desenvolvimento social, à medida que a instituição estudada vem promovendo formas inovadoras de ação coletiva civil que potencializam a capacidade de intervenção nos processos decisórios e na alocação de recursos das diferentes esferas governamentais, em favor da população do bairro de Pau da Lima e dos territórios circunvizinhos tradicionalmente menos favorecidos no estado da Bahia.

³ BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 28/11/2016.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a participação da Mansão do Caminho, considerando as inter-relações entre a dádiva e o voluntariado como possíveis ferramentas da promoção do desenvolvimento social no bairro Pau da Lima, em Salvador (BA).

Objetivos Específicos

- Tipificar a instituição e contextualizar o processo histórico de construção/implantação da Mansão do Caminho no bairro Pau da Lima, em Salvador (BA);
- Investigar a motivação dos atores envolvidos com a instituição no exercício de suas atividades;
- Identificar em que medida as políticas públicas de educação e saúde têm contribuído para potencializar a dádiva e o voluntariado da Mansão do Caminho;
- Compreender, a partir da fala dos atores envolvidos nas atividades da instituição, sua visão acerca da contribuição da Mansão do Caminho no desenvolvimento do bairro Pau da Lima;
- Comparar o trabalho realizado pela Mansão do Caminho com outras instituições de modo geral.

1 DÁDIVA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1.1 Mauss e a Dádiva

A República Francesa é dividida em departamentos, e é em Vosges, no nordeste do país, que surge e reside Marcel Mauss, no reduto de uma família judia. Sobrinho de David Émile Durkheim, Mauss nasceu a 10 de Maio de 1872, em Épinal, e veio a falecer em 10 de Fevereiro de 1950, na cidade de Paris, tendo passado por toda a Terceira República Francesa (regime que durou até a Segunda Guerra Mundial, quando a França é ocupada pelos alemães) e início da Quarta República. Este cenário é palco para as ideias deste sociólogo e antropólogo considerado o “pai da antropologia moderna” como apresenta Fournier (2003, p. 8 – grifo do autor):

A questão central é entender como Mauss – o pequeno judeu de Epinal, sobrinho de Durkheim e professor universitário de filosofia que não passou pela École normale – tornou-se o “pai da antropologia moderna” (Condominas) e contribuiu de maneira original ao desenvolvimento das ciências humanas. Teria sido bem-sucedido em campos onde outros intelectuais não obtiveram êxito, ou ainda, teria feito melhor do que o próprio Durkheim.

Canadense, Fournier é responsável pela obra “Marcel Mauss: a biografia”⁴, que está dividida em quatro partes: “O sobrinho de Durkheim”, “O clã *totemtabu*”, “O herdeiro” e “O reconhecimento”. A divisão segue uma alusão aos ciclos da vida observados pelo autor como sendo a infância, a juventude, a maturidade e a velhice. O fato é que, para o autor, Mauss possui um jeito de “mago”, pelo fato de crer no “espírito das coisas”, o que propiciaria uma aceitação (uma realidade por parte dos seus alunos), diferente da figura de Durkheim de um “grande sacerdote”, o que, a seu modo, traz certo incômodo.

Mauss, mesmo tendo uma descendência judaica, queria mostrar que sua origem e lealdade eram francesas, fato que era evidente em toda a família, considerando seu contorno patriota. Seu pai participou da campanha italiana da França durante a Guerra Franco-Prussiana, de modo que a família optou pela França. Em 1871, o Tratado de Frankfurt confirmou o anexo do território da Alsácia a Alemanha, contudo, os

⁴ Tradução livre.

moradores que escolhessem a nacionalidade francesa eram obrigados a deixar o lugar. Neste sentido, Fournier, na sua obra “Marcel Mauss: a biography”, comenta:

The history of the Mauss and Durkheim families was closely tied to that of the Alsace-Lorraine region. Épinal is a small town covering three kilometers in the Moselle Valley, close to Alsace. It is the capital of the department of Vosges and in the early 1870s had slightly more than ten thousand residents. The Mauss family occupied a house in the central city at 2, rue Sadi-Carnot, facing the Moselle River. (2006, p. 10)

Tal região tinha um perfil agrícola no oeste e industrial no leste. Assim, a família de Mauss dedicou-se a indústria têxtil, seu pai Gerson Mauss e sua mãe Rosine Durkheim (irmã de David Émile Durkheim), logo após o casamento, assumiram os negócios da família Mauss. Dessa união, nascem os dois filhos, Marcel Israël e Camille Henri, nascido a 10 de junho de 1876, quatro anos mais novo que Marcel Mauss. Camille dedicou-se em especial às atividades industriais da família. Por outro lado, Marcel Mauss, segundo o autor, nunca se dedicou aos negócios da família, apesar de que, durante suas visitas a Épinal, na sua vida adulta, ter se preocupado com o futuro da pequena fábrica.

O amor pela região de Vosges era uma das coisas que mais faziam Mauss e seu tio Durkheim se parecerem. Contudo, a região verde e montanhosa foi também palco de conflitos como a Primeira Guerra Mundial, tendo em vista sua localização fronteiriça e estratégica no confronto entre Alemanha e França.

O fim da Primeira Guerra coligiu várias comunas a Alemanha e a localização estratégica dos Vosges levou a sua militarização. Émile Durkheim tinha doze anos quando a guerra franco-prussiana rebentou. Marcel Mauss, ainda que tenha nascido após as conflagrações, reteve dos seus antepassados toda a memória crua da guerra.

Para Fournier, as datas de 1896 da morte de seu pai e avô materno; 1915 da morte de André Durkheim; 1917 de Émile Durkheim e a morte do seu melhor amigo, Henri Hubert, em 1927, foram as mais significativas na vida do sociólogo francês. Ainda de acordo com o autor, algumas reflexões a despeito da juventude de Mauss nos interessam destacar:

Será que o fato de Mauss ter sido um “solteirão” – casou-se tardiamente em 1934 – nos permite estabelecer uma relação de sua vida com a boêmia e o diletantismo? E o que dizer do doloroso diálogo sobre o finito e o infinito? Durkheim criticava seu sobrinho por sua “inconsciência moral”; ele temia, sobretudo, a “anomia doméstica”, deplorando, em *Le suicide*, a situação – uma “existência medíocre” – na qual se encontra todo celibatário. Estaria

Durkheim pensando em Mauss ao escrever essas linhas? Apesar do desespero de seus familiares e amigos, Mauss dificilmente aceitava se render a novos hábitos e fixar seus limites. Não fosse a presença do tio, o que teria sido dele? Não é fácil responder a essa pergunta. Seguiria os passos de seus pais, como seu irmão caçula Henri, ou teria uma participação ativa na política? Homem de dever, Mauss permaneceu fiel à sua família e a seus amigos, mas também às suas próprias convicções. Jovem, Mauss já se sentia velho, e numa idade mais avançada, manteve-se como um “eterno estudante”. Ele, portanto, não mudou muito... (2003, p. 7 – grifos do autor)

Participante de várias atividades, o jovem de Épinal já apresentava suas inclinações, como destaca Martins (2002, p. 21): “Mauss era também um socialista revolucionário. Ainda estudante, colaborou regularmente com a imprensa de esquerda e, durante quase toda a vida, participou ativamente do movimento cooperativista”. Podemos ainda destacar o fato de que Mauss, apesar de ter recebido uma educação clássica em Épinal, não chegou a “École Normale Supérieure”, como explica Fournier.

Ainda de acordo com Fournier, Mauss gozou de certa liberdade na sua estadia em Bordeaux. Seus recursos provinham de uma bolsa de estudos, de forma que ainda ajudava a família, se matriculou em Letras para obter a licença em Filosofia, ainda cursando Direito. Prestou serviço militar na sua região natal, onde foi colocado nos serviços de não combatentes. O autor ainda explica que Mauss não se casou até 1934, mesmo tendo uma relação desde o começo dos anos 20 com Marthe Rose Dupret.

Sua esposa passou, durante anos, por problemas de saúde e, por tais motivos, Mauss permaneceu em Paris durante o período da ocupação Alemã, o que possivelmente se justifica pelo seu prestígio com Jérôme Carcopino, Max Bonnafous, Hubert Lagardelle e Marcel Déat, que ocupavam cargos políticos no período.

É importante destacar que Mauss como afirma Mota (2004, p. 151): “nunca chegou a produzir uma teoria social completa, uma explicação dos fenômenos sociais com pretensões de uma interpretação lógica e coesa da realidade”. No entanto, sua contribuição, mesmo sendo reconhecida tardiamente, foi fundamental para a Sociologia moderna e principalmente para a Antropologia.

Mas, afinal, do que trata a dádiva? Quais contribuições a sua teoria trouxe para a sociologia, com quem ela dialoga, qual é a sua contracorrente e quais seus efeitos na sociedade moderna? Para responder tais perguntas, recorreremos a autores como o próprio Mauss, mas também nos apoiamos em autores como Caillé, Godbout e Martins.

No seu texto *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*, o francês, nas suas primeiras colocações, apresenta o seguinte problema:

[...] Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua? (MAUSS, 2003, p. 188).

Percebemos que o autor observa a questão da obrigação em retribuir inicialmente como sendo uma regra de direito, ou seja, como um acontecimento expressado por certa norma, que, por sua vez, reflete uma regra ou um princípio, ou até mesmo como se segue na sua pergunta, uma conveniência. Logo em seguida, Martins e Guerra (2013) chamam a atenção para o fato de Mauss trazer à tona pontos de vista de Durkheim; “Em primeiro lugar, é interessante notar que, para demonstrar a existência da dádiva como prestações obrigatórias, ele recorre à noção durkheimiana de força” (p. 209).

Não obstante essa prévia reflexão que trazemos, o antropólogo deparou-se com outro problema, como apresenta Martins:

Bem depressa, Mauss ficou convencido do seguinte problema: nenhuma sociedade havia se baseado no escambo. Pelo contrário, os antropólogos descobriram sociedades em que a vida econômica se inspirava em princípios profundamente diferentes e em que os objetos circulavam sob a forma de dons – e em que praticamente tudo o que considerássemos como dependente da ação “econômica” basear-se-ia em uma manifestação de generosidade e em uma recusa de calcular, com precisão, quem deu o quê e a quem (MARTINS, 2002, p. 23).

Neste sentido, Marcel Mauss passa a analisar a dádiva não como um simples fenômeno em si, mas como um sistema que precedeu o escambo, de forma que as transações possuíam características livres e gratuitas, ao mesmo tempo em que obrigatórias e interessadas. Para Caillé (2002, p. 192 – grifos do autor), existem duas definições acerca da dádiva, sendo uma primeira sociológica baseada principalmente na ideia do vínculo, decorrendo de “qualquer prestação de bens ou serviços efetuada sem garantia de retorno, tendo em vista a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social”, afirmando ainda que “na relação de dádiva, o vínculo é mais importante do que o bem”.

Já numa segunda definição, que é entendida mais como geral, ele apresenta como um desenrolar de “toda ação ou prestação efetuada sem expectativa, garantia ou certeza ou retorno; por esse fato, comporta uma dimensão de ‘gratuidade’”. Ou seja, nesse sentido geral, “o paradigma da dádiva insiste sobre a importância, positiva e

normativa, sociológica, econômica, ética, política e filosófica desse tipo de ação e de prestação”.

Sistema, ciclo, esquema, modelo. São muitos os termos na busca de definir o sentido da dádiva. O fato é que tal fenômeno não se trata de uma ação isolada e que se apresenta por meio de três momentos: dar, receber e retribuir. Assim, autores como Godbout alertam sobre a visão desses três momentos:

[...] vemos claramente onde peca o utilitarismo científico dominante: ele isola abstratamente o único momento do receber e coloca os indivíduos como movidos pela única tentativa do recebimento, deixando assim incompreensíveis tanto a dádiva quanto a sua retribuição, tanto o momento da criação e do empreendimento quanto o da obrigação e da dádiva (1999, p. 28).

Ocorre que a dádiva é vista por Mauss como um sistema de relações simbólicas, cujo elo de troca é contrário ao do escambo, que tem como fim mitigar uma necessidade frugal. Ademais, a dádiva, nas sociedades primitivas, é tida pelo autor como uma alternativa à guerra, a qual pode gerar uma conduta de união ou de coalisão, ou até mesmo as duas simultaneamente.

[...] o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidade, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente (MAUSS, 2003, pp. 190-191).

Para Godbout (1999, p. 16), a dádiva está ligada às relações, pois “[...] a dádiva serve, antes de mais nada, para estabelecer relações. É uma relação sem esperança de retorno, uma relação de sentido único, gratuita nesse sentido e sem motivo, não seria uma relação”. Tal observação nos faz perceber que a dádiva vai mais além da simples demanda da equivalência e da conveniência do cálculo. O próprio autor aborda que “é preciso pensar na dádiva não como uma série de atos unilaterais e descontínuos, mas como relação”, ou seja, a dádiva não é, portanto, um fim em si mesma, e aqui nos apoiamos nesse conceito kantiano pelo fato de que a dádiva não está fechada em si própria no sentido de ter um valor, ser autossuficiente e ainda tratar-se de uma panaceia a todos os males.

Por outro lado, veremos mais a frente que a dádiva é entendida como uma relação que também pode esperar um retorno, não equivalente ou compensatório, mas

um retorno sentimental, por exemplo. Enfim, a nosso ver, a dádiva é apenas mais um meio de interação entre outros, guiados por outras lógicas distintas do cálculo.

Mota (2004, p. 153) apresenta ainda que a dádiva enquanto proposta de um novo paradigma que, “dificilmente poderá ser avaliada nos mesmos termos do individualismo metodológico ou do holismo: sua dinâmica obedece a princípios não-lineares e não é passível de quantificação”. Por outro lado, Martins (2002, p. 9) no prefácio da sua obra *A dádiva entre os modernos*, nos mostra outra vertente da dádiva enquanto sistema: “A compreensão da dádiva como sistema permite romper com o modelo dicotômico típico de modernidade, pelo qual a sociedade ou seria fruto de uma ação planificadora do Estado ou do movimento espontâneo do mercado”. Tal observação deixa claro que a ação social, a intervenção cidadã, a ação de doar e a solidariedade fazem parte de toda uma dinâmica contrária à visão economicista e reducionista que há muito tempo vem predominando na modernidade. Um pouco mais a frente retomaremos esse ponto.

Nesse viés, o antropólogo francês dedicou-se a observar duas vertentes da dádiva, o *potlatch* e o *kula*. A primeira vertente, de acordo com Mauss, quer dizer essencialmente “nutrir”, “consumir”, podendo representar de um lado a honra, o prestígio como do outro, a obrigação absoluta de retribuir as dádivas. Já o *kula*, para Mauss (2003, p. 214), “é uma espécie de grande *potlatch*” e possui um caráter mais nobre, no sentido de que se trata de um momento mais solene destinado apenas a alguns membros mais importantes de um clã ou tribo, por exemplo.

Há que se considerar que a dádiva aborda, todavia, vários rumos dessas relações humanas que por muito tempo lhe foi prejudicial:

Como a maioria das abordagens baseia-se em estudos antropológicos, os diversos olhares sobre o fenômeno da dádiva sempre dedicam atenção especial ao pioneiro e mais célebre estudo sobre o tema – o ‘Ensaio sobre a Dádiva’, de Marcel Mauss –, mas se diversificam em distintas interpretações, em que a dádiva é considerada sob diferentes formas: troca simbólica, troca econômica, ritual, atividade política, fenômeno arcaico, fenômeno moderno. A despeito dos benefícios obtidos com essa fertilidade de pensamentos, a multiplicidade de olhares sobre a dádiva também dificultou o seu entendimento, o que contribui para que tal abordagem permanecesse na obscuridade (VIZEU, 2009, pp. 410-411 – grifos do autor).

Um dos responsáveis em dar mais popularidade à teoria da dádiva foi o antropólogo belga Claude Lévi-Strauss, responsável pela introdução da obra *Sociologia e Antropologia*, de Marcel Mauss, publicada aqui no Brasil pela editora Cosac & Naify. Conquanto, segundo Martins (2002, p. 25), é em especial no ano de 1981 que surge, em

decorrência “do almoço entre o sociólogo francês, Alain Caillé, e o antropólogo suíço Gerald Berthoud”, o M.A.U.S.S. (*Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*), que tem como objetivo principal opor-se à imagem do *homo oeconomicus*, a qual via “por detrás de qualquer ação humana, uma estratégia de cálculo egoísta” (2002, p. 25).

Os esforços para tratar do assunto deram forma a *Revue du M.A.U.S.S.*, que, se de um lado, tem como fim produzir material dissidente às formas economicistas, por outro, era uma homenagem a Marcel Mauss. Essa deixa nos faz responder sobre qual é a contracorrente da dádiva. Ora, é preciso admitir que seja impossível falar sobre a temática econômica atualmente sem apresentar os efeitos e as causas gerados pelo capitalismo. Para tanto, apresentaremos um breve panorama a fim de evidenciar essa lógica economicista.

Podemos dizer que o capitalismo inicia-se de forma lenta, por volta dos séculos XVI e XVII, na Grã-Bretanha e nos Países Baixos, ainda muito apoiado na agricultura, no comércio e na indústria de bens manufaturados, de forma que é apenas nos séculos seguintes que os avanços se dão de forma mais acelerada.

Em seguida, temos o que se chama o Século das Luzes, em razão das ideias dos filósofos iluministas. Este, o século XVIII, marca, com a Revolução Francesa, uma nova forma de observar a participação do Estado, e com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, um novo modo de produção. Contudo, é no século XIX que podemos ver transformações de formas mais efetivas.

No entanto, o fato de a participação do Estado e da tecnologia apresentar avanços não quer dizer, com isso, que as condições de vida da sociedade como um todo tenham, de igual modo, avançado. As cidades cresciam tão rapidamente como crescia a população, e com tal crescimento - desordenado, diga-se de passagem -, os problemas começavam a vir à tona, em uma velocidade também muito grande, com destaque especial para a situação marginal da população desafortunada.

Diante do exposto, podemos focar nossos esforços nos comentários a respeito da sociedade dos séculos XVIII e XIX, em especial, na condição de pauperismo que a classe operária se encontrava. Para tanto, recorreremos aos escritos de Friedrich Engels, na sua obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, que, a nosso ver, consegue transmitir a real situação da sociedade inglesa da época. Podemos dizer que esta obra apresenta um panorama não só da população inglesa, mas de todas as populações cujos países aderiram aos novos modelos da Revolução Industrial, ao passo

que alguns fenômenos chegam a parecer sintomáticos, obviamente que com seus devidos descontos. Para ratificar tal afirmação a respeito do pauperismo, Engels (2010, p 41) expõe: “A situação da classe operária é a base real e o ponto de partida de todos os movimentos sociais de nosso tempo porque ela é, simultaneamente, a expressão máxima e a mais visível manifestação de nossa miséria social”.

Para se ter uma ideia da situação dos operários, basta saber que apenas as instituições filantrópicas preocupavam-se com os menos favorecidos e que, mesmo assim, não conseguiam dimensionar em qual nível eles se encontravam.

As verdadeiras condições de vida do proletariado são tão pouco conhecidas por nós que até mesmo as filantrópicas “Associações para a Elevação das Classes Laboriosas” – nas quais, hoje, nossa burguesia menospreza a questão social – incorporam as mais ridículas e absurdas opiniões sobre a situação dos operários (ENGELS, 2010, p. 42).

Em vista desta breve abordagem histórica, podemos afirmar que a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, com suas inovações tecnológicas e científicas, dão conta de ditar o perfil de “homem do mundo”, cujo paradigma de sucesso era a sua capacidade de produzir e acumular riquezas, com fins à liberdade e à prosperidade.

Fica evidente que, no passar dos séculos, o modelo das relações baseadas no cálculo foram ganhando mais e mais força. Daí as contribuições da *Revue du M.A.U.S.S.* ganharem importância na busca de diálogos para além dessa lógica economicista. Steiner (2017), sobre o que pese o trabalho dessa revista, esclarece:

Sua interpretação da noção de dádiva baseia-se em quatro afirmações: a primeira, que a dádiva é o fenômeno empírico que permite estudar a fabricação elementar da solidariedade social, tanto na sociedade moderna como em todas as outras; a segunda, que a dádiva moderna se realiza principalmente no espaço da sociabilidade primária, o que remete à vida afetiva, à vizinhança, na qual se desenvolvem as obrigações de dar, receber e retribuir; a terceira, que o espaço da sociabilidade secundária, regida pelas normas burocráticas e mercantis da eficiência e do utilitarismo, mas apoiada nas práticas da dádiva da sociabilidade primária, abre a dimensão política da dádiva, segundo a qual a solidariedade se ancora no mundo das associações e do voluntariado. A quarta, por fim, é que, na sociedade moderna, produz-se uma dádiva nova, a “dádiva a estranhos”, que permite escapar do círculo fechado das relações interpessoais (p. 24 – grifos do autor).

Se, após esse comentário, ficam claras as bases da dádiva na sociedade moderna, é fundamental saber quais contribuições ela trouxe à sociologia.

Os efeitos da dádiva na sociedade moderna e de sua relação com a solidariedade, como apresenta Steiner, deixamos para o tópico seguinte, com o propósito de melhor explicitar as consequências desse sistema.

1.2 *Homo donator*, Socialidade e Solidariedade

Nosso planeta vivencia, há alguns longos anos, um modelo voltado à produção: é o paradigma do neoliberalismo, o qual quase a totalidade da sociedade atual segue. Martins (2002), em um texto publicado por Godbout na *Revue du M.A.U.S.S.* chamado *Homo Donator versus Homo Oeconomicus*, apresenta, de um lado, o paradigma vigente e de outro o paradigma da dádiva. Neste sentido, o autor explica que, de acordo com as ciências humanas, o neoliberalismo pode atender por vários nomes sendo eles: “teoria das escolhas racionais, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus*, teoria econômica neoclássica” (p. 63 – grifos do autor).

Podemos observar, dessa forma, que o homem, no mundo ante a sociedade, precisa estar voltado a algo útil para poder existir e avançar, como o próprio autor afirma: “[...] o modelo do *homo oeconomicus* defende o seguinte: na medida em que cada um otimiza seu interesse individual, os membros de uma sociedade produzem o máximo de bem-estar coletivo.” (p. 65 – grifos do autor).

É na observância desse modelo que, também, podemos o nomear como *mercantil*, cujo caráter específico dos vínculos entre as pessoas destaca-se na base da equivalência monetária (trocas mercantis...), ou melhor, de um não vínculo, em que o objetivo maior é o término daquela relação, a fim de que se encerre qualquer dívida possível. Assim, temos um começo e um fim do elo que liga os seres participantes.

Para muitos, não se deve negar as vantagens do modelo mercantil, que tem como uma de suas bases a capacidade de promover o avanço e consequentemente o desenvolvimento. Por outro lado, a contracorrente ao *homo oeconomicus* seria o *homo donator*, que não se preocupa com o fim do vínculo, ou melhor, preocupa-se em manter o vínculo, mas de um modo em que não exista no outro a obrigação de mantê-lo. A esse paradigma, que se chama *dom*, Godbout (2002) aclara:

Na relação de dom, em vez de limitar, o ator visa ampliar a liberdade dos outros porque essa é a condição prévia ao valor que ele irá atribuir ao gesto do outro. Dizemos que ele atende a aumentar a incerteza porque procura

reduzir, permanentemente, no outro, qualquer sentimento de obrigação, mesmo que as obrigações estejam sempre presentes alhures (p. 77).

Assim sendo, fica evidente que essas duas figuras de homens, digamos assim, são dispares no que se refere ao vínculo, não obstante serem complementares no sentido de uma elucidar os atributos e o comportamento uma da outra. No entanto, para a grande maioria dos utilitaristas, o *homo donator* não passa de uma alegoria, ao que, por sua vez, Godbout (2002) rebate: “[...] estamos cada vez mais convencidos de que o engodo do lucro como único móbil da ação humana não tem nada de evidente e que a idéia do engodo do dom como postulado não é assim tão extravagante.” (p. 80). Ademais, ainda diz: “Ao lado do interesse, do “engodo do lucro”, a análise do dom leva a postular o “engodo do dom”; ao lado do *homo oeconomicus*, o *homo donator*.” (p. 80 – grifos do autor).

Este entendimento de que acreditar no lucro como principal caminho para o crescimento de um povo, uma nação, um agrupamento político pode ser, na verdade, uma cilada, tendo em vista que somos, no mínimo, culturalmente diferentes e o que, para um grupo, algo é moral, para outros pode ser imoral, e para outros tantos não se consegue chegar a uma consonância, em outra palavra, seria amoral.

Podemos compreender melhor a ação do *homo donador* observando o vínculo em que este personagem tem para com o seu semelhante ou, mais ainda, com seus semelhantes, no que podemos por hora chamar *sociedade civil*. É, portanto, desse pacto com o outro que o paradigma da dádiva e todo o simbolismo que o envolve avança por campos como o paradigma do político. Quer dizer, a dádiva, como a conhecemos hoje, está ligada a uma sociabilidade primária e uma sociabilidade secundária.

Caillé (2002, p. 196) define o que seria essa sociabilidade primária e essa sociabilidade secundária:

Designamos por sociabilidade primária o tipo de relação social em que a personalidade das pessoas é mais importante do que as funções que elas desempenham (sem impedir a existência e a importância de tais funções); e por sociabilidade secundária, o tipo de relação submetido à lei da impersonalidade (como no mercado, no direito ou na ciência), em que as funções desempenhadas pelas pessoas são mais importantes do que sua personalidade.

Este vínculo que o *homo donator* assenhora-se resulta no que se chama de *fato associativo*, que, por sua vez, merece nossa atenção no sentido de apontar o seu perfil.

Destacamos alguns pontos que identificam o fato associativo⁵: espaços públicos privados; ações empreendidas sem fins lucrativos; endividamento mútuo positivo; associação de fato; quanto a sua tipologia, se primarizadas ou secundarizadas; incondicionalidade condicional; e democracia.

Queremos deixar claro que anteriormente colocados estão apenas alguns pontos escolhidos por nós, sabendo que esta não é a enumeração de todos os pontos que distinguem o fato associativo, mas que estas estão no caminho que conduz a todas as outras.

Nesse sentido, podemos considerar que “associação é um tipo de expressão do fato associativo” (SANTIAGO; OLIVEIRA, 2006, p. 240), e que, por sua vez, pode representar um fato social, entendido por Durkheim como “coisas”. Assim, associação seria um conjunto de coisas feitas por um grupo em prol de uma determinada causa. No entanto, Mauss amplia esta visão de uma ciência positiva, ou melhor, de uma sociologia positivista, que não é expressa exatamente por uma integração, uma coesão, no popular ‘preto no branco’, ao apresentar a sociologia da dádiva.

Como o próprio nome indica, a sociologia da dádiva é uma abordagem que tem por principal fundamento de explicação sociológica a troca-dádiva (também denominada em português por dom); fenômeno identificado por Mauss como uma prática fundamental na vida social. Para Mauss, a dádiva corresponde a uma prática com amplas implicações para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, a dádiva é um fato social total, pois se constitui a partir de amplo conjunto de enclaves sociais (econômico, político, jurídico, afetivo, estético etc.), mas, também, porque é uma prática universalmente desenvolvida, ou seja, reconhecia em todas as sociedades, mesmo que em diferentes matizes e graus (GODELIER, 2001; CAILLÉ, 1998). (VIZEU, 2009, p. 413)

É assim que Santiago e Oliveira (2006, p. 241) apresentam que as sociabilidades primárias e secundárias se dão através de redes, ao que parece não seguirem a uma lógica positivista, pois: “as redes ocorrem a partir da fidelidade e da confiança, partes indissociáveis do dom, e são articulações referentes às sociabilidades primárias, relações nas quais a entrada e a saída dos participantes são aberta e livre”.

Ora, se os participantes têm a liberdade de se darem sem nenhuma obrigação, independente de uma pressão social, e que fatores abstratos como empatia, encantamento, pertencimento e gratidão, por exemplo, estão envolvidos, fica evidente

⁵ Para melhor compreensão ler: CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

que o fato social toma uma maior dimensão e que o simbolismo, convenientemente, ocupa espaços nas relações de vínculos.

No tópico anterior, apresentamos quatro bases debatidas pelo grupo da *Revue du M.A.U.S.S.* acerca da noção de dádiva e um dos pontos na nossa visão de maior relevância é a questão da solidariedade.

Mas o que se pode entender por solidariedade? Para responder a essa pergunta, recorremos a Leroux (1841), conforme citado por França Filho e Laville (2004, p. 42) quando apresenta: “a natureza não criou nenhum ser para ele-próprio [...] ela os criou uns para os outros, e colocou entre eles uma solidariedade recíproca”.

Em outras palavras, podemos afirmar que a solidariedade é a relação entre os homens para que deem sequência às suas existências. Contudo, outros sentidos podem ser dados a esta palavra, como apresenta Martins (2002, p. 90 – grifos do autor): “A solidariedade: é o modelo de dom que mais se aproxima do modo de circulação dos bens, instaurado pelo Estado [Godbout, 1997] – em que a dívida se aproxima do ‘débito’.”.

Ainda de acordo com Martins (2002, p. 204 – grifos do autor), podemos ter a seguinte compreensão: “[...] o primeiro passo da solidariedade é aquele pelo qual os homens se reconhecem membros da mesma sociedade, da mesma *politie* e, neste sentido, têm a obrigação de olharem uns pelos outros”. Tais argumentos nos fazem refletir quais os propósitos que levam os homens a se relacionarem e o porquê da multiplicidade e das dissemelhanças nesses relacionamentos. Também é fundamental perceber que as relações sofrem não apenas a influência da vontade do homem em si, mas também da ingerência do tempo e de ideários oriundos destes mesmos homens.

Godbout (1999), estudioso da teoria da dádiva, apresenta como ideia central da sua obra “O espírito da dádiva” a relação do dar e receber, e ainda amplia a questão das relações humanas quando traz a ideia do domesticar-se, vejamos:

A idéia central que inspira este livro parece, agora, bastante simples. Ela nada mais é do que a hipótese segundo a qual o desejo (drive) de dar é tão importante para compreender a espécie humana quanto o de receber. Que dar, transmitir, entregar, que a compaixão e a generosidade são tão essenciais quanto tomar, apropriar-se ou conservar, quanto a inveja ou o egoísmo. Ou então que “a sedução da dádiva” tem tanto ou mais poder do que a sedução do ganho, e que é portanto tão essencial elucidar as suas regras quanto conhecer as leis do mercado ou da burocracia para compreender a sociedade moderna. Entendemos aqui a sociedade moderna como composta de conjuntos de indivíduos que tentam perpetuamente seduzir-se e domesticar-se uns aos outros, rompendo e reatando laços. Domesticar-se é “criar laços”, diz a raposa ao pequeno príncipe. É tornar alguém único. Sem dúvida, não há

nada mais banal. Mas está em via de extinção. Pois falta tempo, e a domesticação precisa de tempo. É por isso que os homens compram tudo pronto nas lojas, sinais de domesticação que são eles mesmos domesticados, e confiam a sua busca de uma “solução única” à solidariedade dos grandes grupos, ao Estado de bem-estar... ou aos psicanalistas. (p. 28)

Por outro lado, vemos, com esta crítica feita por Godbout, que o ato de dar, ou melhor, o vínculo entre as pessoas vem sendo cada vez mais difícil, à medida que o individualismo e a preocupação apenas consigo mesmo e com seus mais próximos tem sido a tônica cada vez mais atual. No entanto, é necessário destacar que, em meio ao egoísmo e ao orgulho das pessoas, podemos encontrar ações que ainda nos trazem expectativas de que a sociedade pode avançar e gerar nas pessoas mudanças de pensamento e de atitudes.

É através das ações empreendidas por um grupo de pessoas no intuito de unir forças e mobilizar mais pessoas e esforços que, juntas, criam uma nova pessoa, a chamada pessoa jurídica, que vai dar conta de encarregar-se, em nome daquele grupo, de conduzir por diante suas decisões tomadas em conjunto. A essas pessoas jurídicas, que, na sua grande maioria, são denominadas como *sem fins lucrativos*, ou seja, não acumulam capitais a serem distribuídos aos seus instituidores ou diretores, que, caso apresentem superávit em suas contas, têm como obrigação destinar esses valores à manutenção do desenvolvimento de seus objetivos, que devem constar em documento registrado em cartório.

De acordo com o Código Civil Brasileiro⁶, no seu Art. 44, os tipos de pessoas jurídicas a que nos referimos são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sendo elas denominadas: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada. Nossos esforços, neste trabalho, se dão em especial para as chamadas *organizações do Terceiro Setor*, em destaque, neste nosso estudo, estão as associações, as fundações e as organizações religiosas, esta última ainda sem um posicionamento específico quanto ao seu enquadramento ou não no Terceiro Setor. No último tópico desta primeira parte, abordaremos de forma mais ampla de que se trata o Terceiro Setor.

Não obstante estas denominações serem as mais usadas, existem outros títulos usados para essas organizações. Vizeu (2009) utiliza-se do termo *organizações substantivas* e opina quanto ao liame acerca da dádiva:

⁶ BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

[...] a solidariedade que permeia as organizações substantivas e que é observada pelos pesquisadores da área como um forte senso de comunidade deve ser compreendida à luz do registro da dádiva, ou seja, como uma prática de (re)criação vincular. Dando continuidade a esse entendimento, veremos que a solidariedade se constitui a partir de múltiplos atos de dádiva e contra-dádiva, bem como de diferentes intenções, gerando diferentes efeitos, porém, sempre associados a algum tipo de criação ou reforço vincular. (p. 418)

A fala do autor deixa claro que essas organizações vão além de uma questão legal, elas passam a também gerar vínculos em relação à comunidade e a seus membros. As relações entre diretores, colaboradores, voluntários e clientes passam a ser conduzidas pela lógica da dádiva, no sentido de que as trocas passam a ter um sentido amplo, que vai da moral até um elo cujos bens passam a ser espirituais.

Ora, as crescentes crises econômicas e sociais, os avanços do capitalismo na direção da produção de bens e consumo, a lógica economicista e financeira a cada dia alargam o hiato existente entre a minoria dos indivíduos mais ricos e a população sempre devedora. Tal distanciamento só pode ser minimizado se a lógica da troca for outra. Neste sentido, as organizações tornam-se fundamentais para estimular a lógica da solidariedade.

No entanto, as organizações não têm, não tiveram e nem terão empreitadas das mais fáceis, como afirma Martins (2002, pp. 11-12), quando nos mostra que, no tocante ao imaginário desenvolvimentista criado, no qual o Estado e o mercado estão no centro, um dos maiores prejuízos é o da inibição ante as reflexões sobre as transformações da sociedade civil, que vão desde processos mundiais até urbanos internos.

O mais importante a se compreender, com relação à solidariedade nas organizações, é que sua ênfase está fundamentalmente no vínculo, ou seja, para todo aquele que procura uma organização com a finalidade de contribuir com uma causa, é necessária a certeza de que, no momento em que se inicia o contato com o outro, seja ele membro ou cliente da instituição, estabelece-se um elo que vai além de um trato equivalente. Em outras palavras, não existe similitude de elos, tendo em vista que em todas as ocasiões um receberá mais ou dará mais que o outro.

Em contrapartida, essa relação de dádiva entre os participantes da organização se faz de forma desimpedida. Doadores e donatários não precisam mais obrigatoriamente estabelecer um vínculo, entre si, à organização, como um terceiro personagem passa a intermediar e substituir tais vínculos. Para melhor compreender, recorremos a Steiner

(2017, pp. 32-33 – grifos do autor), que nos apresenta na sua interpretação a cerca deste ponto.

Na dádiva organizacional, as organizações desempenham o papel de mediação, colocando a relação de dom longe da influência que doadores e donatários poderiam exercer uns sobre os outros. Com a dádiva organizacional, é possível afirmar seu compromisso, sua solidariedade com as pessoas pouco favorecidas, com os que sofrem, mas a mediação da organização coloca a liberdade e a independência ao abrigo de uma solidariedade excessiva. Solidário, *ma non troppo!* O doador pode comprometer-se e também descomprometer-se facilmente. Ele permanece por trás da organização, que age em seu nome e em nome de muitos outros. Já o donatário está protegido da ingerência que o doador poderia exercer sobre ele por meio de sua doação. Doadores e donatários constituem coletivos com um formato particular: os grupos compõem-se de indivíduos cujo ponto em comum é o elo com a organização que realiza a coleta e a distribuição de fundos. Esse grupo pode ter uma consistência interna mínima: seus membros estão todos ligados à mesma organização, mas sua coesão interna é geralmente fraca, pois o laço com a organização não implica, em absoluto, laços entre os membros do grupo. Por intermédio da organização, terceira parte entre o doador e o donatário, a dádiva organizacional abre e fecha, permite e impede, conecta e desconecta.

Acreditamos que a dádiva não é desfeita ou trincada com a inserção da pessoa jurídica ante as relações comunitárias, mas que a dádiva toma novos contornos, à medida que os laços passam de pessoa física à pessoa física, para pessoa física à pessoa jurídica. Levanto em conta, portanto, que a organização passa a existir como se fosse uma pessoa, ou melhor, sua representação avança sobre uma causa, as causas não são mais causas de pessoas, são causas de organizações.

Vizeu (2009) ainda nos apresenta reflexões a despeito do trabalho ou da dádiva-trabalho, vejamos:

[...] vemos no trabalho uma das mais importantes dádivas oferecidas nas organizações substantivas. E não nos referimos, aqui, apenas ao trabalho voluntário – no qual a dádiva é evidente – mas, também, ao remunerado que é feito de forma voluntária. Quando dissemos “não vou fazer isso porque não das parte da minha função”, decididamente, encaramos a tarefa sob o registro da equivalência contábil, não representando, assim, uma dádiva ou contra-dádiva. Sem sombra de dúvidas, este é um entendimento predominante no mundo acadêmico, no qual, de acordo com a tradição marxista, o trabalho se configura como uma mercadoria cujo aspecto essencial é seu valor econômico. Contudo, nem sempre essa equivalência esta presente. Quando dizemos “faço isso porque é para você”, e fazemos algo que vai além das nossas atribuições formais de função, estamos agindo a partir do registro do dom, ou seja, estamos oferecendo uma dádiva a alguém que nos é caro e que a relação nos tem algum valor. Tal atitude, também pode ser configurar como contrapartida a algo que já nos foi dado no passado, e o equilíbrio (retribui mais do que se recebe) que se estabelece nesses casos tem por efeito a continuidade ou mesmo o fortalecimento do vínculo. Por esse motivo, mesmo considerando que a dádiva-trabalho é quase sempre empreendida a partir dos vínculos previamente estabelecidos entre os membros das organizações

substantivas, tal prática é fundamental para que os vínculos sejam reforçados e ampliados. Esse movimento circular é identificado pelos autores da sociologia da dívida como um aspecto importante da dívida da modernidade (GODBOUT, 1999; CAILLÉ, 2002), e demonstra como as organizações substantivas desenvolvem seu senso de reciprocidade. (p. 422)

A este conteúdo é possível obter diversas análises das mais importantes, seja através do trabalho remunerado nas organizações, seja em relação ao trabalho voluntário também realizado nessas entidades. O próximo tópico destina-se, em especial, a analisar o trabalho voluntário, que, apesar de não ser uma categoria analítica das ciências sociais, é de extrema importância nesta pesquisa, a fim de compreender seu reflexo diante do desenvolvimento das comunidades.

Ademais, gostaríamos de destacar, no comentário do autor, a fala: “faço isso por que é para você”, cuja análise leva à ação baseada na *lógica do dom*. O fato é que as organizações, a partir do momento que deixam de existir apenas de fato e passam também a existir de direito, é estabelecido, por determinação do Estado, uma série de obrigações, sendo elas principais e acessórias. Essas obrigações são exigências tributárias que qualquer pessoa jurídica, a partir da sua constituição, precisa acompanhar. Neste sentido, são inúmeros os trabalhos que se apresentam, partindo de um ofício, no tocante a um dever administrativo, até uma declaração com fins de informar um fato gerador.

Nessas circunstâncias, indivíduos que exercem atividades profissionais, seja no âmbito do mercado ou no Estado, passam a contribuir de forma voluntária com as organizações, oferecendo suas aptidões técnicas como dom, a fim de contribuir com o funcionamento dessas entidades.

A dívida-trabalho, desse modo, vai além de uma relação comum de trabalho: ela se estende à causa adotada pela entidade, e o voluntário passa a dar não apenas através de um ato assistencial, mas dá também através do seu tempo e conhecimento laboral, que é usado nas inúmeras tarefas empreendidas na entidade.

1.3 O Dom do Voluntariado

Neste tópico, abordaremos as seguintes temáticas: o voluntariado, o voluntarismo, a cultura do voluntariado, em que o voluntário pode atuar e, por fim, analisaremos a Teoria da Dádiva e sua relação com o voluntariado.

Os autores Sen e Kliksberg (2010, pp. 334-335) apresentam “sete teses sobre o voluntariado na América Latina” e iniciam informando que muitos latino-americanos veem o voluntariado como um enigma, basicamente pelas influências de duas forças contrárias:

[...] a economia ortodoxa – uma maneira de analisar as realidades econômicas que se apresentou como “o único pensamento possível em economia” e que exerceu uma forte influência nas décadas de 1980 e 1990 –, que os leva a ver o voluntariado como um agente secundário e marginal que pouca influência pode ter na realidade. [...] Há outros setores com preocupação social, mas cujo olhar desvaloriza tudo aquilo que não sejam mudanças de fundo e que costumam ver o voluntariado como uma atividade de caridade, sem nenhum efeito na realidade, sem contribuição para as transformações necessárias; quase uma perda de tempo, embora não reprovável humanamente falando.

Em contrapartida a essas duas visões, os autores passam a apresentar dados, como a campanha voluntária contra a fome, criada por Betinho⁷, mobilizando mais de sessenta milhões de brasileiros, e na Argentina, com a explosão da pobreza entre 2000 e 2002, em que 58% da população e 70% dos jovens estavam abaixo da linha de pobreza, o número de voluntários triplicou entre 1998 e 2002, chegando a abranger um terço da população. Nesse sentido, os autores expõem os seguintes questionamentos:

Será mesmo, o voluntariado, marginal, ineficiente e uma perda de tempo? Como explicar o seu gigantesco poder de atração, particularmente entre os jovens, e sua credibilidade numa sociedade, como a latino-americana, totalmente incrédula em relação às lideranças tradicionais, aos partidos políticos, aos líderes empresariais e a muitos outros grupos dirigentes? Não seria hora de rever sinceramente a visão convencional sobre o voluntariado e adotar uma visão realista que permite explorar as suas potencialidades e mobilizar essa força latente que já se manifestou, frequentemente, com tanto vigor e amplitude? (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 336)

Segundo Bourdieu (1998, p. 10), o que acontece atualmente na sociedade é que “uma das razões maiores do desespero de todas as pessoas está no fato de que o Estado se retirou, ou está se retirando, de certo número de setores da vida social que eram sua

⁷ Herbert José de Sousa foi sociólogo e ativista dos direitos humanos no Brasil, morreu em decorrência da fragilidade ocasionada pelo vírus da AIDS.

incumbência e pelos quais era responsável [...]”. Como exemplos desses setores, ele traz a habitação pública, a televisão e a rádio, a escola pública e os hospitais públicos. No entanto, a depender do perfil dos governos, pode haver muito mais setores. A população, desse modo, passa a desacreditar da eficiência do Estado, já que a maioria das promessas dos governantes não é cumprida e a realidade continua a se apresentar funesta e de difícil solução. Falta de investimento, má administração e falta de compromisso podem ser vistos principalmente na saúde, na educação e na segurança.

Em decorrência deste cenário, a sociedade civil, cada vez mais, vem se mobilizando para, de alguma forma, se fazer presente em situações em que pessoas ficam praticamente entregues à própria sorte. Não obstante a ação da sociedade civil, em alguns âmbitos, ainda é vista, por muitas pessoas, como um fenômeno que termina assumindo o papel do Estado e que não possui maiores relevâncias para a economia e que, por sua vez, não promove nenhuma mudança relevante. Um dos exemplos da participação civil é o trabalho voluntário. Nesse aspecto, Sen e Kliksberg (2010, p. 339) apresentam:

Segundo estudos do Instituto de Serviços Global, Centro para o Desenvolvimento Social, da Universidade de Washington, em St. Louis (Instituto de Serviço Global, 2004), há, na América Latina, uma intensa e crescente atividade da sociedade civil apoiada no voluntariado. Estima-se a existência de 1 milhão de organizações e associações em atividade. Os campos principais em que elas atuam são: desenvolvimento comunitário, educação e capacitação, participação cívica, saúde, necessidades básicas, meio ambiente, direitos humanos, processos de paz e serviços de emergência. Percorrem uma linha contínua que vai desde a ação contra a pobreza até o apoio na construção da cidadania.

As décadas de 1980 e 1990, principalmente na América Latina, conferiram novas conotações ao trabalho voluntário, que, diga-se de passagem, teve seu início histórico muito antes da era moderna. Com relação à ação voluntária no Brasil, que, segundo Goldberg (2001 *apud* MACHADO; PREDEBON, 2011, p. 44), presume-se que “o voluntariado no Brasil demonstra sinais latentes que remetem à época colonial, por meio das Santas Casas, instituições que a Igreja Católica implantou no Brasil a partir do século XVI, conforme modelo trazido de Portugal”. Vemos, também, com Martinelli (1996, *apud* FOSSÁ, 2001, p. 3):

No Brasil, diferentemente de outros países, como nos Estados Unidos, o termo e a ação voluntária ainda estão muito associados a valores religiosos, caridade e concepções como assistencialismo, trabalho de menor importância e até mesmo demagogia, o que justifica uma certa desconfiança ou

desvalorização em relação aquele que quer dar algo gratuitamente e em relação a sua ação. A própria relação entre benfeitor e beneficiário tem, ao longo da história, adquirido um caráter assistencialista, onde muitas vezes benfeitor e beneficiado pouco conhecem de suas respectivas realidades, do que resultam poucos ganhos da relação.

Sabemos que muitas pessoas usaram, usam e usarão o trabalho voluntário para sua satisfação pessoal, ao que se pode configurar como sendo uma prática de voluntarismo. Nesta conjuntura, algumas pessoas podem, inclusive, usar de má fé em algumas situações, como é o caso de membros da política ou, de alguma forma, envolvidos nela, que usam ONGs como pretexto para lavar dinheiro. Contudo, não se deve generalizar, desmerecer e espalhar pessimismo em comunidades, entidades e organizações pelo comportamento de alguns indivíduos, pois, se formos considerar as práticas humanas, é comum notarmos os malefícios nas mais diversas atividades interpessoais que se possam imaginar, sendo a conduta humana um dos maiores empecilhos para o avanço de uma sociedade. Logo, as atividades de ação voluntária estão muito longe de serem imunes de pessoas de conduta questionável.

Adiante com o assunto, considerando voluntário um trabalhador, como, então, defini-lo? Segundo a descrição realizada pelas Nações Unidas (2016, s/p), verificamos que: “voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido a seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem estar social ou outros campos”.

No Brasil, a definição e a ação do voluntariado toma mais força no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da Lei nº 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998. Atualmente, tendo o Artigo 1º alterado pela Lei nº 13.297⁸, de Junho de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Deste modo, o voluntariado passou a ter uma maior visibilidade no Brasil. Tal fato pode ser corroborado por Bonfim (2010, p. 36):

⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13297.htm> Acessado em: 11/11/2016.

Este crescimento está relacionado, em parte, às estratégias da mídia, que relaciona, a todo momento, o exercício da “cidadania” às práticas voluntárias, e a um aparato político-jurídico que se expressa através do Ano Internacional do Voluntariado em 2001 e da promulgação da Lei n. 9.790, de 23 de março de 1998, que regulamenta as instituições do “Terceiro Setor”, e da Lei do Voluntariado, n. 9.608, sancionada em 18 de fevereiro de 1998.

Ainda segundo os autores Sen e Kliksberg (2010), estudos feitos em 35 países mostram que as ONGs neles estudadas eram apoiadas por uma imensa força voluntária de 190 milhões de pessoas, o que seria responsável por 20% da população adulta dos países analisados, gerando, anualmente, 5% do PIB total, colocando-as como a sétima economia do mundo e ultrapassando, dessa forma, o PIB, inclusive, de países desenvolvidos. No caso específico dos países menos desenvolvidos, o Terceiro Setor, através de suas Organizações Não-Governamentais, representam um importante papel relativo ao desenvolvimento da sociedade que, muitas vezes, desconfia do Estado como promotor do bem-estar social. Nesse sentido, Gobbout, ao analisar as relações de instituições em doações, comenta:

[...] as organizações não-governamentais (ONGs), nas suas relações com o Terceiro Mundo e portanto com estrangeiros, tentam sobretudo reduzir o número de intermediários e subordinar a sua função a uma ligação direta “doador-receptor”, aproximar os doadores de ajuda ao Terceiro Mundo e os receptores, personalizar a relação entre eles, tomando assim explicitamente suas distâncias com relação à “solidariedade delegada” que caracteriza o Estado. Eis talvez o motivo principal do seu sucesso. O doador sabe que sua doação vai chegar a quem está precisando, que ela não será açambarcada pelos intermediários nem malbaratada nos desperdícios e nos altos salários da burocracia ou no desvio da corrupção. (1999, p. 76)

É importante deixar claro que nosso objetivo aqui não é fazer juízo de valor da sociedade civil, bem como do Estado e do Mercado. Buscamos, na verdade, apresentar um horizonte em que o papel do voluntariado pode ser importante para, juntamente com o Estado e o Mercado, promover avanços efetivos na sociedade. Com esse ponto de vista, buscamos apoio em Fernandes (1995 *apud* VIEIRA, 2009, p. 65), que esclarece:

Não se trata de apresentar uma visão idílica das ONGs ou negar o papel do Estado, do mercado e dos partidos. Existem ONGs que defendem interesses particularistas e ninguém ignora a necessidade de fortalecer, ampliar e aperfeiçoar as esferas estatal-pública e social-privada. Existem agentes privados para fins privados (mercado), agentes públicos para fins públicos (Estado), agentes privados para fins públicos (Terceiro Setor) e também agentes públicos para fins privados (corrupção).

O sociólogo político brasileiro Liszt Vieira (2009, p. 67) explica que “as organizações não-governamentais e voluntárias tornaram-se importantes peças de apoio aos programas de desenvolvimento nas últimas décadas” e apresenta estimativas do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), em que “a atuação das ONGs beneficia cerca de 250 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento” (Op. cit.).

Tratando-se mais especificamente do termo “cultura do voluntariado”, encontramos o seguinte: “a ‘cultura do voluntariado’, tanto expressa quanto reforça a fusão público/privado nas formas de enfrentamento das manifestações da ‘questão social’” (BONFIM, 2010, p. 51). Essa visão de que os hábitos e os costumes da sociedade em relação a sua participação no combate das desigualdades sociais⁹, em uma perspectiva que englobe os três setores da sociedade, nos faz perceber que a aliança dos três setores é o caminho possível para um futuro mais justo.

O Estado e o mercado, sozinhos, parecem sem condições de enfrentar a crise econômica, social e ambiental em que estamos mergulhados, e de resolver os desafios colocados pelos novos tempos. A sociedade está sendo chamada cada vez mais para formular alternativas. A mesma crise que enfraquece o Estado nacional tende a fortalecer as organizações da sociedade civil (VIEIRA, 2009, p. 112).

Se, para Vieira, parece não haver condições, talvez o que ocorra seja uma questão de posição econômica política. Podemos ainda destacar que o compromisso deveria ser com a mudança das estruturas que envolvem o desenvolvimento, pois:

Em relação ao voluntariado, muitas ações têm sido implementadas, porém estas não conseguem resolver os problemas do país, ou seja, por meio do serviço voluntário, é possível participar de muitas propostas, mas não pode assumir o papel do governo e sim complementá-lo. Também, é necessário que as pessoas reconheçam os ganhos dos esforços comunitários, é preciso ter consciência de que todos fazem parte de um sistema e que a união faz a força (SILVA; GARCIA, 2012, p. 4).

O fato é que as sociedades avançam inexoravelmente, mesmo que com baixas na economia, finanças e em outras áreas, mas, em termos de conhecimento, é impossível. Logo, podemos afirmar que, na medida em que a sociedade avança, novos caminhos são percorridos no sentido de incluir para crescer mais. Caso contrário, torna-se evidente o prejuízo proporcionado a uma nação como o todo, no caso de parte dela não conseguir

⁹ Podemos destacar no Brasil principalmente o desequilíbrio entre os padrões de vida da população brasileira no âmbito econômico, escolar, racial e de gênero.

acompanhar a corrida para o desenvolvimento. A obra *A cultura do voluntariado no Brasil*, resultado de uma pesquisa de mestrado de Paula Bonfim (2010, p. 99 – grifos da autora), traz um panorama mais claro do Brasil e da participação cidadã através do voluntariado na última década no século XX, quando expõe:

Partimos do pressuposto que a “cultura do voluntariado” que se desenvolve a partir de 1990 no Brasil é resultado de uma dinâmica social complexa, que envolve a modificação das bases materiais do sistema capitalista, a qual, por sua vez, exige um aparato ideopolítico que se adéque a ela. Essa “cultura”, portanto, não é um movimento autônomo, expressão do amadurecimento da “sociedade civil” brasileira, mas se constitui a partir das novas determinações econômicas, políticas, culturais e sociais desta fase avançada do capitalismo tardio no enfrentamento da crise atual do capital. Assim, a “cultura do voluntariado” deve ser entendida como parte de um “novo” padrão de enfrentamento das sequelas da “questão social”, que tem como primazia a “perspectiva privada” no combate a tais sequelas.

Ainda de acordo com Bonfim (2010, p. 67), “no Brasil, embora não se observe a efetivação de um sistema de bem-estar tal como os implantados nos países capitalistas centrais, verificamos, dentre os princípios que norteiam a Constituição de 1988, os princípios da solidariedade”. A relevância de cada indivíduo é, desse modo, uma das principais características que fazem deste sentimento um combustível para que a sociedade civil possa se organizar. Ou seja, cada pessoa passa a ser digna de receber não apenas condições básicas para sobreviver, mas também passa a se estruturar, a fim de que todos sejam credores de estar em quaisquer ambientes, participando de todo e qualquer movimento social, bem como sendo merecedores de batalhar por uma condição de vida melhor.

Para que o desenvolvimento e a ampliação do trabalho voluntário possam acontecer, é importante perceber que existem situações diferentes e que os quesitos tempo e espaço são fundamentais para perceber cada realidade. Os problemas das comunidades e regiões podem ser os mesmos, mas nunca na mesma proporção. Basta fazer uma análise de índices como o IDH¹⁰, que mensuram a expectativa de vida (saúde), o acesso ao conhecimento (educação) e o padrão de vida (renda), que é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar.

¹⁰ Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>>. Acesso em: 03/08/2017.

O fato é que as ações voluntárias atuais, exercidas na sua maioria através das organizações do “Terceiro Setor”, que por sua vez apresentam uma diversidade gigantesca de instituições (desde instituições religiosas baseadas na solidariedade cristã e na filantropia, ONGs de diferentes perfis, fundações ligadas a grupos empresariais, até organizações preocupadas com a luta por direitos sociais), podem estar comprometidas com os mais variados objetivos. Tais instituições, na sua grande maioria, desenvolvem atividades fragmentadas, focalizadas e assistemáticas – pois grande parte delas depende de recursos financeiros externos, como doações individuais e/ou recursos estatais –, e desta forma mostram-se tão propícios às práticas assistencialistas e clientelistas como aquelas observadas no passado (BONFIM, 2010, p. 86 – grifos da autora).

Outrossim, podemos, mais um vez, fazer menção à Constituição de 1988 como sendo a maior responsável pelas conquistas da dignidade das famílias, da liberdade de expressão, da busca pela justiça e dos direitos de todo cidadão brasileiro. Segundo Bareli e Lima (2010, p. 174), a constituição “não apenas enfatizou a responsabilidade social como premissa a ser observada pela nossa sociedade, como também destacou a cidadania e a dignidade da pessoa humana como fundamentos do Estado Democrático de Direito”. Os autores também chamam a atenção para o fato desta Lei Maior consagrar os seguintes Direitos Sociais: “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, fator que viabilizou a iniciativa e o incremento de incentivos ao trabalho voluntariado”.

O trabalho voluntário logra, cada vez mais, espaço no cenário brasileiro, ampliando as possibilidades dos indivíduos. Isso porque aqueles que trabalham em instituições como voluntários estão mais preparados para lidar com as diferenças e também estão presentes no mercado de trabalho, além de, segundo os autores, adquirirem capacidades no trabalho em equipe, pelo fato de granjearem habilidades que serão aproveitadas na vida pessoal e profissional.

Podemos afirmar que, indiretamente, a investidura nessas atividades contribui de forma significativa para o desenvolvimento pessoal e profissional, possibilita a descoberta de novas aptidões, contribui para o aumento do círculo de amizades e traz a satisfação da certeza que é possível ajudar o próximo (BARELI; LIMA, 2010, p. 177).

O voluntário, por muitas vezes, é visto como alguém totalmente desinteressado e que possui um único objetivo, que é o de ajudar a outra pessoa. Contudo, gostaríamos de ampliar essa visão, tendo como base principalmente a Teoria da Dádiva. A esse respeito, refletimos sobre o que explica Hudson (1999 *apud* FERREIRA; VINHAS,

2012, p. 7), o qual ressalta que “num primeiro momento, o voluntariado era visto como uma ação assistencialista, uma ação baseada na caridade. O termo caridade significa amor ao próximo ou beneficência e liberalidade para com os necessitados ou menos afortunados”.

O criador da Teoria da Dádiva, antropólogo francês Marcel Mauss, na sua obra *Sociologia e Antropologia*, apresenta, na segunda parte do livro, o capítulo intitulado “Ensaio Sobre a Dádiva”, no qual o autor expõe a teoria. Gostaríamos de destacar uma de suas frases:

De todos esses temas muito complexos e dessa multiplicidade de coisas sociais em movimento, queremos considerar aqui apenas um dos traços profundos, mas isolado: o caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações (MAUSS, 2013, pp. 187-188).

Mas o que é mesmo a Dádiva? Para essa pergunta, nos valem do sociólogo Jacques T. Godbout, que, no livro traduzido para o português como “O espírito da dádiva”, tenta explicar a relação de trocas e busca definir a dádiva com a seguinte formulação:

Se a dádiva é percebida como um ciclo e não como um ato isolado, como um ciclo que se analisa em três momentos, dar, receber e retribuir, então vemos claramente onde peca o utilitarismo científico dominante: ele isola abstratamente o único momento do receber e coloca os indivíduos como movidos pela única tentativa do recebimento, deixando assim incompreensíveis tanto a dádiva quanto a sua retribuição, tanto o momento da criação e do empreendimento quanto o da obrigação e da dádiva (GODBOUT, 1999, p. 28).

Ainda com relação à lógica apresentada pela dádiva, o autor apresenta o seguinte:

[...] é preciso conceber a dádiva como formadora de sistema, e esse sistema nada mais é que o sistema social como tal. A dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais medida em que estas são irreduzíveis às relações de interesse econômico ou de poder (Op. cit., p. 22).

Deste modo, a Teoria da Dádiva, apresentada por Marcel Mauss, passa a ver a condição de voluntário a partir da relação “dar, receber e retribuir”, de forma que não existe, da parte daquele que doa o seu trabalho, tempo ou qualquer que seja o liame

estabelecido, apenas uma via de ida. O voluntário, de acordo com a teoria, também passa a receber, de forma que existe também um desejo de ter algo em troca.

Anteriormente, quando citamos os questionamentos de Sen e Kliksberg a respeito da visão do voluntariado, criamos também um ensejo para falar do homem em si. Nesse sentido, Mauss (2003, pp. 307-308 – grifos do autor) faz as seguintes reflexões:

Foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente, fizeram do homem um “animal econômico”. Mas nem todos somos ainda seres desse gênero. Em nossas massas e em nossas elites, o dispêndio puro e irracional é de prática corrente; ele é ainda característico dos poucos fósseis de nossa nobreza. O *homo oeconomicus* não está atrás, está adiante de nós; assim como o homem da moral e do dever; assim como o homem da ciência e da razão. O homem foi por muito tempo outra coisa e não faz muito que é uma máquina, complicada de uma máquina de calcular.

Tais conclusões nos fazem refletir sobre no que realmente empregamos nossas forças e qual o sentido que damos para a nossa vida, tendo em vista que, por muitas vezes, recebermos de nossos pais, familiares, amigos e até mesmo de instituições religiosas um conjunto de valores. Nessa perspectiva, Mauss (2003, pp. 307-308) revela:

[...] não é no cálculo das necessidades individuais que se encontrará o método da melhor economia. Penso que devemos, mesmo na medida em que quisermos desenvolver nossa própria riqueza, ser outra coisa do que puro financistas, ainda que nos tornando melhores administradores. A busca brutal dos fins do indivíduo é prejudicial aos fins e à paz do conjunto, ao ritmo de seus trabalhos e de suas alegrias, é - por efeito contrário - ao próprio indivíduo.

Por fim, o voluntário, para nós, parece ser alguém que, na busca por encontrar um sentido para a sua vida, esquece momentaneamente dos seus problemas pessoais ou mesmo dos seus desejos e oferece para outras pessoas o seu tempo e a sua atenção, em troca de uma mesma retribuição daquilo que recebeu, ou seja, o voluntário passa a desejar em troca daquele tempo oferecido um sorriso, um olhar, um aperto de mão ou qualquer retorno que possa, de uma forma ou de outra, engrandecê-lo intimamente.

1.4 Terceiro Setor e Desenvolvimento Social

Com o fim da Era de Ouro do capitalismo (1947 - 1973), o término do século XX é marcado pela ascensão do neoliberalismo, principalmente com as figuras de Ronald Reagan, presidente dos EUA, cujo mandato vai de 1981 a 1989, e Margaret Thatcher, Primeira-Ministra do Reino Unido, cujo mandato vai de 1979 a 1990, expressões robustas da classe capitalista em resposta à classe operária. Toledo (2009, p. 84), observando a crise do Estado social, afirma que “a derrota proletária foi econômica e política, mas também ideológica, na qual o Keynesianismo e o marxismo estão desprestigiados, e a intervenção estatal virou sinônimo de ineficiência, inflação e privilégios.”.

Para melhor compreender o neoliberalismo, nos valemos de Cano (1998, p. 121), quando explica que, para que a acumulação real pudesse sair do “lodaçal”, que se iniciou na crise do petróleo de 1973, perdurando por volta de 10 anos, o capitalismo teria desenterrado velhos postulados do liberalismo, colocando uma roupagem “moderna”, baseando-se, desse modo, nos seguintes fundamentos:

- deliberado enfraquecimento dos Estados nacionais;
- liberalização da entrada e saída nacional do capital estrangeiro (e do nacional);
- abertura comercial e de serviços;
- ruptura de monopólios públicos e privatização;
- flexibilização dos contratos de trabalho;
- garantia de leis de patentes aos países desenvolvidos;
- corte ou abandono das políticas públicas sociais.

O fato é que os países capitalistas, até meados do século XX, pressionados pelo socialismo, realmente passaram a ver o social de forma diferente, como apresenta Mota (2013, p. 51 – grifo do autor):

Na era do Estado do Bem-Estar social, o capitalismo vai adquirir uma face mais humana, na medida em que o Estado irá distribuir parte de suas benesses aos trabalhadores através de políticas de *welfare*. A partir da crise do petróleo de 1973, as políticas keynesianas de intervenção estatal na economia irão sofrer um revés, fazendo com que, nos anos 1980, os princípios do liberalismo, agora sob a insígnia do Estado mínimo ou neoliberalismo, ditem os novos rumos das políticas econômicas e sociais de muitos países, sobretudo após a Queda do Muro de Berlim, em 1989.

O economista Chang (2015, p. 93) nos ajuda a complementar o contexto trazido por Mota quando afirma que, além da derrubada do Muro de Berlim, em 1989, a União

Soviética começa a se desfazer neste mesmo ano. Nas sequências dos anos, vemos a reunificação da Alemanha (1990) com a maioria dos países da Europa oriental, abandonando o comunismo, com o próprio desmembramento da União Soviética. O economista ainda lembra que a China, nesse período, começa a se abrir e a se liberalizar, e o Vietnã também, adotando sua política de “porta aberta” (*doi moi*), em 1986. Por fim, ele afirma que o bloco socialista se limita a alguns estados linha-dura, sobretudo Coreia do Norte e Cuba.

Na América Latina, queremos registrar o governo do general e presidente chileno Augusto Pinochet, que governou de 1973 a 1990, realizando diversas reformas de caráter neoliberais. No Brasil, vivenciamos na morte do Presidente Tancredo Neves¹¹ o marco da volta à democracia e o início de sucessivos governos neoliberais até os dias de hoje, com destaque para Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso.

Gostaríamos, contudo, de destacar a Constituição brasileira de 22 de Setembro de 1988, também conhecida como a Constituição Cidadã, apresentando como destaque: o mandato presidencial em cinco anos; o direito de voto para os analfabetos e de voto facultativo para os jovens de 16 a 18 anos; o sistema pluripartidário; o fim da censura nos meios de comunicação, entre outros; e, acima de tudo, a participação do povo.

Haja vista esta apresentação do cenário político e econômico do neoliberalismo, aproveitamos brevemente para registrar o viés teórico¹², que tem como destaque quatro escolas, sendo elas: a Escola de Chicago, a Escola austríaca, a Escola virginiana do *public choice* e a Anarco-capitalista.

Os efeitos do neoliberalismo podem ser vistos por todo o mundo, contudo, outros termos são usados para tentar explicar ou dar sentido aos diversos fenômenos (expansão comercial, a diminuição dos custos de produção, a automação, o avanço tecnocientífico, etc.) que são vistos atualmente, um destes termos é “A Globalização”. Segundo Cano (1998), existem dois sentidos precisos para este termo, que seriam a financeira e a produtiva. A primeira, em decorrência de uma expansão financeira internacional, cujos Estados nacionais abrem suas portas para capitais de curto prazo (o capital “motel”); e a segunda deve-se pela promoção de uma nova divisão internacional do trabalho, como exemplo, o “carro mundial”, que, em alusão ao clássico romance por Mary Shelley, podemos chamar de carro Frankenstein.

¹¹ Tancredo de Almeida Neves faleceu vítima de infecção generalizada, aos 75 anos de idade, não chegando a assumir o cargo efetivo de Presidente.

¹² Não temos como objetivo aprofundar esse viés, para maiores informações, ver TOLEDO (2009).

Ainda nesse sentido, o francês Pierre Bourdieu (1998) traz a seguinte visão do neoliberalismo:

Falei da “globalização”: é um mito no sentido forte do termo, um discurso poderoso, uma “ideia-força”, uma ideia que tem força social, que realiza a crença. É a arma principal das lutas contra as conquistas do *Welfare State*: os trabalhadores europeus, dizem, devem rivalizar com os trabalhadores menos favorecidos do resto do mundo. Para que isso aconteça, propõe-se como modelo, para os trabalhadores europeus, países em que o salário mínimo não existe, onde operários trabalham 12 horas por dia por um salário que varia entre 1/4 e 1/5 do salário europeu, onde não há sindicatos, onde as crianças são postas para trabalhar etc. E é em nome desse modelo que se impõe a flexibilidade, outra palavra-chave do liberalismo, isto é, o trabalho noturno, o trabalho nos fins-de-semana, as horas irregulares de trabalho, coisas inscritas desde toda a eternidade nos sonhos patronais. De modo geral, o neoliberalismo faz voltar, sob as aparências de uma mensagem muito chique e muito moderna, as ideias mais arcaicas do patronato mais arcaico (pp. 48-49).

Fica evidente, com este comentário, que as políticas de *Welfare State* começam a declinar, e é a partir da década de 1980 que, junto dela, pode-se perceber o aumento da pobreza e um hiato ainda maior entre as classes sociais, que, a partir da década de 1990, passam exponencialmente a se alargar.

Anthony Giddens (2012, pp. 341-342) apresenta o caso de Lisa, mulher, solteira, britânica, aos 24 anos trabalha em uma central de teleatendimento e sustenta seus dois filhos pequenos com seu baixo salário. O sociólogo comenta: “ela espera que, depois de alguns anos de experiência na central de atendimento, consiga ser promovida para uma posição mais responsável e melhor remunerada”.

Segundo o autor, são muitos Estados de bem-estar social que se preocupam em aliviar a pobreza, apesar de não serem iguais. Ele afirma que são muitas as suposições acerca do porquê de a situação de pobreza nas sociedades mais ricas do mundo, contudo, ele acaba formulando novo questionamento no sentido de saber se a sociologia ajudaria a julgar uma visão mais correta, tendo em vista casos como o de Lisa. Ainda com relação ao cenário das sociedades mais ricas, o autor discorre:

Lisa e seus filhos são apenas um exemplo dos muitos lares, no Reino Unido e em outros países desenvolvidos, que existem em condições de pobreza. Em 2000, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou que, juntamente com Itália, Espanha, Portugal e Estados Unidos, o Reino Unido tinha um dos piores registros de pobreza infantil do mundo desenvolvido. A taxa de pobreza infantil era de mais de 15% em todos esses países. Muitas pessoas talvez fiquem chocadas ao saber que países ricos como a Grã-Bretanha têm um conhecimento pouco preciso sobre o nível da pobreza em seu meio (Op. cit., p. 342).

Após ilustrar com o exemplo de Lisa a conjuntura do Reino Unido, o Giddens (2012, pp. 344-345) passa a discorrer sobre o que é a pobreza e como deve ser definida:

Os sociólogos e pesquisadores têm favorecido duas abordagens diferentes da pobreza: pobreza absoluta e pobreza relativa. O conceito de pobreza absoluta baseia-se na ideia de subsistência – as condições básicas que devem ser cumpridas para sustentar uma existência fisicamente saudável. Diz-se que as pessoas que não têm esses requisitos fundamentais para a existência humana – como alimento, abrigo e roupas suficientes – vivem em situação de pobreza. O conceito de pobreza absoluta é considerado universalmente aplicável. Acredita-se que os padrões para a subsistência humana sejam mais ou menos os mesmos para todas as pessoas de idade e físico equivalentes, independente de onde vivem. Qualquer indivíduo, em qualquer parte do mundo, pode ser considerado em situação de pobreza se ficar abaixo desse padrão universal.

[...] Os defensores do conceito de pobreza relativa sustentam que a pobreza é definida culturalmente e não deve ser medida segundo um padrão universal de privações. É errado achar que as necessidades humanas são iguais em toda parte – de fato, elas diferem dentro e entre as sociedades. Coisas que são consideradas essenciais em uma sociedade podem ser vistas como luxo em outra.

São duas visões acerca da pobreza que, a nosso ver, devem ser consideradas. Ainda de acordo com o sociólogo Anthony Giddens (2012, p. 346), podemos observar: “desde a década de 1980, existe um padrão na Comunidade Europeia que mede a desigualdade de renda, pelo qual a pobreza é definida como o número de lares vivendo com ou abaixo de 60% (ou, em medidas anteriores, 50%) da renda mediana”. Isso é o que, segundo ele, convencionou-se chamar de “Famílias Abaixo da Renda Média”, que seriam 78 milhões de pessoas nos 25 países da UE, correspondendo a 17% da população em risco de pobreza no ano de 2005, sendo por volta de 14 milhões delas “trabalhadores pobres”.

O Brasil nas décadas de 1980 e 1990 tinha, respectivamente, em seu contexto, a admissão da chamada “renegociação das dívidas públicas externas” e o “ajuste importador”, que, segundo Cano (1998), “acompanhava um pacote de políticas neoliberais (abertura comercial, desregulamentação do capital estrangeiro, Lei de Patentes, privatizações etc.)”.

Com o Plano Real, iniciado em 27 de Fevereiro de 1994, na busca de estabilizar e reformar a economia, o Brasil passa por uma nova fase, em que privatizações e concessões de serviços públicos passam a ser anunciados. O presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) não conseguiu, no entanto, apresentar bons desempenhos na economia, ainda de acordo com o economista Wilson Cano (1998, p. 173):

A economia apresentou medíocre desempenho, como se pode ver pelas taxas médias anuais de crescimento do PIB e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF), que entre 1970 e 1980 haviam sido de, respectivamente, 8,7 e 10,2% e entre 1980 e 1990 caíram para 1,6 e -2,6%. Entre 1989 e 2003, a taxa média anual do PIB foi apenas 1,8% e a relação FBKF/PIB em 2003 apresentou um dos mais baixos valores de nossa história recente (17,8%).

Em contrapartida, foi no governo FHC (1994-2002) que os direitos humanos, o sistema de proteção social e a sociedade civil passaram a ter espaços de destaque na agenda brasileira. Segundo Ballestrin (2008):

O presidente afirmou em 08/12/1998 que seu governo “desde o seu início, teve nos direitos humanos um tema central e um tema inspirador” (Brasil 1998b). Segundo ele, “todos sabem da importância da questão dos direitos humanos. Importante para mim, importante para todo o meu Governo (...). Tenho um compromisso com esse tema que não vem de ontem. Vem de longa trajetória de preocupação com as liberdades democráticas e com os direitos da pessoa humana” (p. 12 – grifos da autora).

Ainda de acordo com Ballestrin (2008), foram três os fatores decisivos para a internacionalização de um discurso pró-Direitos Humanos a partir da década de 1990: a) o desempenho das Nações Unidas em estabelecer um Sistema Internacional de Proteção aos Direitos Humanos; b) a atuação de uma sociedade civil internacional capaz de responsabilizar as ações dos governos nacionais, principalmente no que concerne ao cumprimento das normas estipuladas por esse mesmo sistema; e c) a vinculação entre o discurso democrático liberal – amplamente aderido pelo mundo Ocidental – e a proteção aos Direitos Humanos. O Brasil, com essa filosofia, buscava olvidar, o mais rápido possível, os traumas da Ditadura Militar, dar voz ao povo, mas, trata-se, também, de acordo com a autora, de “uma questão estratégica diante da comunidade internacional” (BALLESTRIN, 2008, p. 11).

Já com relação à proteção social, Draibe (2003, p. 72 – grifos do autor), estudiosa política, relata:

A política social proposta pelo governo FHC foi definida de modo ambicioso e apresentada sob uma armação complexa. Mais que nos registros do programa eleitoral *Mãos à obra* de 1994 (cf. PSDB, 1994), seus princípios, objetivos e prioridades foram dados a público em março de 1996, em documento intitulado *Uma estratégia de desenvolvimento social* (cf. Brasil, Presidência da República, 1996).

Deste modo, o brasileiro, em decorrência de duras batalhas e conflitos, conseguiu, com a Constituição Federal de 1988, uma efetiva participação, de modo que

os discursos que cabiam apenas à sociedade civil passaram a ter um cumprimento nos governos posteriores a este regulamento. Esta inferência ocorre em vista da incorporação dos Direitos Humanos no discurso oficial, principalmente nos governos de FHC, do fortalecimento do discurso e da prática da democracia, e, por fim, da introdução de um discurso que envolvesse uma ideia de desenvolvimento social.

Segundo Ballestrin (2008, p. 14 – grifos do autor), o fato de adotar essa postura positiva discursiva e prática, no que se refere aos Direitos Humanos, fez “o governo automaticamente se expor a vários tipos de *accountability* que não somente o social, engendrado por atores nacionais e internacionais; governamentais e intergovernamentais”. Ou seja, o governo intercorre agora por avaliações, fiscalizações, por prestações de contas e por uma ética no trato do bem público.

A divisa para a presença real dos Direitos Humanos foi o ato normativo de 1996, que passa a firmar em definitivo a participação da sociedade civil no país:

A instituição do Plano Nacional de Direitos Humanos pelo presidente da República em 13/05/1996 (Decreto n. 1904/96) foi o marco inaugural que evidenciou mais incisivamente a preocupação do governo federal com a questão dos Direitos Humanos.

Lançando “em meio ao trauma causado pelo Massacre de Eldorado dos Carajás” (Pinheiro e Neto 2002), foi o primeiro plano nacional para a proteção aos Direitos Humanos da América Latina e o terceiro do mundo - antecedido pela Austrália e Filipinas (BALLESTRIN, 2008, p. 15).

Deste ponto em diante, as inúmeras mobilizações civis para a minimização das desigualdades no Brasil, além de ganhar maior força, passam a ter apoio oficial do governo. Segundo Liszt Vieira (2009), a ONU entendeu que os direitos sociais não seriam considerados direitos naturais, de modo que passa a incluí-los no elenco de direitos humanos, o que entra em desacordo com a concepção de cidadania de Marshall, que apresentamos no início deste capítulo. Tal discussão teórica é analisada por vários autores, ora apoiando o viés da individualidade ora o viés da coletividade. Contudo, o termo “civilidade”, empregado por Shills (1991, *apud* VIEIRA, 2009, p. 27), parece ser capaz de melhor expressar a participação da sociedade civil como é entendida, a partir de então, no Brasil:

[...] Civilidade, em suma, é a conduta de uma pessoa cuja autoconsciência individual está parcialmente sobredeterminada por sua autoconsciência coletiva, sendo os referentes desta última a sociedade como um todo e as instituições da sociedade civil. A sociedade civil é aqui concebida não apenas como mercado, mas como o espaço além da família e da localidade e aquém

do Estado, significando ainda boas maneiras com os amigos e tolerância com os inimigos.

Para melhor compreender como a sociedade civil passa a atuar na década de 1990, começamos primeiro apresentando o conceito desta:

O conceito de sociedade e civil vem sendo cada vez mais utilizado para indicar o território social ameaçado pela lógica dos mecanismos político-administrativos e econômicos, bem como para apontar o lugar fundamental para a expressão potencial da democracia nos regimes democrático-liberais do Ocidente (VIEIRA, 2009, p. 44).

Se, por um lado, o neoliberalismo está cada vez mais presente na transição do século XX para o XXI, a presença do Estado na sociedade brasileira, por outro lado, não pode ser desprezada. Ainda de acordo com o sociólogo Vieira (2009, p. 44 – grifos do autor): “depois das transições bem-sucedidas de ditadura à democracia, a versão indiferenciada do conceito enraizado no *slogan* “sociedade versus Estado” perderia seu potencial crítico”. Dessa forma,

A sociedade civil não engloba toda a vida social fora do Estado e da economia. É necessário distinguir a sociedade civil tanto da sociedade política de partidos, organizações políticas, parlamentos, quanto de uma sociedade econômica composta de organizações de produção e distribuição, em geral empresas, cooperativas, firmas etc. As sociedades política e econômica surgem da sociedade civil, partilham com ela algumas formas de organização e comunicação, e se institucionalizam através de direitos (especialmente direitos políticos e de propriedade) conjuntamente com o tecido de direitos que asseguram a sociedade civil moderna (VIEIRA, 2009, p. 45).

Nesse sentido, podemos constatar uma nova forma de observar a relação da sociedade civil com o Estado, bem diferente da visão antagônica que, durante muito tempo, fez parte da história. Diante do aumento da pobreza e do alargamento das desigualdades sociais, a sociedade civil mobilizou-se, com o objetivo de efetivamente modificar sua própria situação. Surgem, desse modo, vários termos para expressar as diligências de alguns atores da sociedade em prol dela mesma, por exemplo: ação, movimento, comunidade, encontro, organização, ativismo, marcha, etc. Enfim, a década de 1990 está marcada por uma profusão de iniciativas com o objetivo de assistir os mais necessitados, de encontrar nestes valores e de observar que, na miséria, existem grandezas, sim.

O pensamento político, historicamente, tem um papel fundamental para a cognição dos membros da sociedade, de forma que alguns pensadores influenciam vigorosamente o modo de perpetuar-se daquela. Nessa perspectiva, buscamos o entendimento do pensamento político em Hegel, Marx, Engels e Gramsci, para melhor compreender o juízo de sociedade civil que se faz atualmente.

De acordo com o filósofo político Norberto Bobbio (1982, p. 25 – grifos do autor),

A descrição da sociedade civil em Hegel pode ser considerada como uma prefiguração da análise e da crítica marxiana da sociedade capitalista. Foi o próprio Marx quem revelou esse nexo entre a análise marxiana da sociedade capitalista e a análise hegeliana da sociedade civil, numa conhecida passagem do “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política*, quando escreve que sua revisão crítica da filosofia do direito de Hegel “chegou à conclusão de que tanto as relações jurídicas quanto as formas do Estado não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem através da chamada evolução geral do espírito humano, mas têm as suas raízes, ao contrário, nas relações materiais de existência, cujo conjunto é abarcado por Hegel – segundo o exemplo dos ingleses e dos franceses do século XVIII – sob o nome de ‘sociedade civil’; e que a anatomia da sociedade civil deve ser buscada na economia política”.

O ponto de vista de Marx acerca da sociedade civil, de acordo com Bobbio (1982, p. 30), seria “como algo que se estende a toda a vida social pré-estatal, como momento do desenvolvimento das relações econômicas, que procede e determina o momento político, e, portanto, como um dos dois termos da antítese sociedade-Estado”. Já para Engels, segundo Bobbio (op. cit., pp. 30-31 – grifos do autor), a percepção de sociedade civil pode ser vista nos seus escritos mais tardios, como o seu ensaio sobre Feuerbach, no qual afirmaria que: “O Estado, a ordem política, é o elemento subordinado, enquanto a sociedade civil, *o reino das relações econômicas*, é o elemento decisivo”.

Ademais, o filósofo político nos ajuda a compreender que a teoria de Gramsci introduz uma profunda inovação em relação a toda a tradição marxista acerca do conceito de sociedade civil, quando afirma: “*A sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura*” (BOBBIO, 1982, p. 32 – grifos do autor). De mais a mais, Bobbio (1982) cita uma das passagens dos textos de Gramsci, dos *Cadernos*:

“Podem ser fixados, por enquanto, dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’, ou seja, o conjunto de organismos

habitualmente ditos privados, e o da sociedade política ou Estado. E eles correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade; e à do domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico” (pp. 32-33).

Após tais citações, é importante destacar que, apesar das visões diferentes acerca do conceito de sociedade civil apresentadas por Bobbio, não quer dizer que Gramsci esteja fora do sistema marxista¹³. O fato é que a sociedade civil hegeliana vista por Gramsci não vê o sistema das necessidades como Marx (relações econômicas), mas sim as instituições que as regulamentam.

Liszt Vieira (2009, p. 53) também comenta a visão de sociedade civil na ótica de Gramsci:

A expressão “sociedade civil” foi empregada por Gramsci como um nível intermediário de socialização entre os grupos primários – os agrupamentos “naturais” em torno da família – e as normas racionalizadas do Estado. Nesta concepção, papel predominante cabe aos Partidos, que têm na sociedade civil uma centralidade social determinante, análoga ao do Estado na sociedade política.

No entanto, o entendimento de sociedade civil, segundo o próprio Vieira (2009, p. 63), se deu a partir da década de 1970, passando por mudanças e “expressões como autonomia, autogestão, independência, participação, *empowerment*, direitos humanos, cidadania passaram a ser associadas ao conceito de sociedade civil”.

Sociedade Civil não seria, de acordo com o autor, apenas um sinônimo de sociedade, mas um modo de pensá-la, de maneira que essas expressões e outras que foram surgindo ajudassem a ampliar as perspectivas e a ideia de ser uma sociedade civil “organizada”, por assim dizer, que passa a ser uma condição.

Nesse sentido, podemos, por uma perspectiva sociológica, dividir os mecanismos atuantes da sociedade em setores, mais precisamente, em três: a) O Primeiro Setor, que corresponde ao Estado, também conhecido como Setor Público ou Setor Estatal, e está composto pela presidência da república, os governos estaduais, os governos municipais e todas as entidades ligadas diretamente a eles; b) O Segundo Setor, que corresponde ao Mercado, também conhecido como Setor Privado, compondo o aglomerado de empresas que exercem atividades privadas, ou seja, atividades em seu próprio benefício com fins lucrativos, sendo elas de pequeno, médio e grande porte; e c) O Terceiro Setor, que corresponde ao conjunto de entidades que não possuem fins

¹³ A esse respeito, ler a Introdução em (BOBBIO, 1982).

lucrativos e que passam a agir em atividades que deveriam ser realizadas pelos primeiros dois setores.

Para um melhor entendimento do Terceiro Setor, buscamos autores que nos ajudassem tanto na conceituação quanto no diálogo simbólico. Moura (2012, p. 58) nos apresenta a seguinte definição:

O Terceiro Setor é a ampliação do espaço público através da mobilização de recursos humanos e materiais com o objetivo de satisfazer a importantes demandas sociais que, frequentemente, o Estado não tem condições de atender. O Terceiro Setor corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços, tais como: ONGs, instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado, empresas com responsabilidade social, entre outras.

Vieira (2009, p. 63) diz que “a expressão ‘Terceiro Setor’ é, muitas vezes, empregada no sentido de diluir a diferença entre associações civis e empresas de mercado, tal como os ‘setores independentes’, na linguagem oficial da ONU. De acordo com Alves (2002 *apud* MACHADO; PREDEBON, 2011, p.41), “o ‘Terceiro Setor’ é um termo guarda-chuva em que se incluem vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se, também, diferentes marcos teóricos”. Por outro lado, Coelho (2000 *apud* MACHADO; PREDEBON, 2011, p. 41) explica que "ao se procurar certa precisão terminológica, observa-se que essas denominações, apesar de serem frequentemente utilizadas para um mesmo objeto, podem significar coisas diferentes"

A partir desses conceitos apresentados, é possível haver ambiguidade em relação ao conceito de Terceiro Setor e Sociedade Civil. Nesse sentido, Haddad (2002 *apud* MOURA, 2012, p. 59) esclarece, no intuito de descomplicar esta confusão tão comum: “[...] há certa tendência de confundir Terceiro Setor com sociedade civil, o que é complicado. O Terceiro Setor é constituído apenas por alguns setores da sociedade civil, setores mais organizados, que se caracteriza como associações sem fins lucrativos”.

A sociedade civil, desta forma, está em um plano superior ao do Terceiro Setor, de forma que este último depende exclusivamente da ação do primeiro tanto para a execução das suas inúmeras atividades quanto para a avaliação, fiscalização e ampliação destas atividades. Um fato importante na atuação do Terceiro Setor está na relação contígua que o Estado passa a ter com o Mercado, já que ambos passam a unir esforços em prol de uma causa promovida pela sociedade civil. Corroborando essa afirmação, Moura (2012, p. 59) elucida:

O Terceiro Setor existe na medida em que exerce atividades de cunho moral, cultural, educacional, esportivo, religioso, ambientalista ou assistencialista. Atua para proteger os interesses da sociedade sendo composto, de forma complementar e dependente, por três segmentos: os financiadores (Estado ou iniciativa privada), o público atendido (chamado de cidadão-beneficiário) e doadores (voluntários). Ao receber investimentos tanto do setor público como do privado o Terceiro Setor rompe com a dicotomia que historicamente os separava (p. 59).

Assim sendo, o Terceiro Setor atua principalmente em esferas que são de responsabilidade do primeiro setor, que por muitas vezes não tem condições de atender à grande demanda derivada da sociedade. Apesar de existirem organizações sem fins lucrativos, que atuam fiscalizando, examinando ou mesmo auditando atividades exercidas pelo Estado, na sua grande maioria, buscam minimizar, de alguma forma, a situação dos mais desfavoráveis ou mesmo marginalizados. Conforme Machado e Predebon (2011, pp. 41-42), de acordo com os critérios propostos pelo IBGE (2014), temos a seguinte informação:

Segundo essa instituição, para se definir, caracterizar ou enquadrar uma organização sem fins lucrativos, que por sua vez seja de Terceiro Setor, esta deve se enquadrar em cinco critérios ou requisitos: a) privadas, não integrantes, portanto do aparelho de Estado; b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores, além de também terem os voluntários como parte integrante e preponderante ao desenvolvimento de suas atividades.

Nessa lógica, é de suma importância voltar à temática da pobreza não mais para conceituá-la, mas para tentarmos explicar o porquê da sua presença ainda tão forte na atualidade. Temos, assim, pelo menos duas explicações possíveis para a pobreza, que, de acordo com Giddens (2012, p. 354) podem ser agrupadas em duas categorias: “teorias que consideram os indivíduos pobres responsáveis por sua própria pobreza e teorias que consideram que a pobreza é produzida e reproduzida por forças estruturais da sociedade”.

O fato é que a condição de pobreza, ainda hoje para algumas mentes, é bem mais complexa que a questão da capacidade própria ou da distribuição da renda, o dilema da desigualdade social surgiria por uma questão de capacidade oriunda de uma condição divina.

Efetivamente, a força da ideologia neoliberal se apóia em uma espécie de neodarwinismo social: são “os melhores e os mais brilhantes”, como se diz em Harvard, que triunfam (Becker, prêmio Nobel de economia, desenvolveu a ideia de que o darwinismo é o fundamento da aptidão para o cálculo racional, que ele atribui aos agentes econômicos). Por trás da visão mundialista da internacional dos dominantes, há uma filosofia da competência, segundo a qual são os mais competentes que governam, e que não têm trabalho não são competentes. Há os winners (vencedores) e os losers (perdedores), há a nobreza, o que eu chamo de nobreza de Estado, isto é, essas pessoas que têm todas as propriedades de uma nobreza no sentido medieval do termo, e que devem sua autoridade á educação, ou melhor, segundo eles, à inteligência, concebida como um dom do céu, quando sabemos que na realidade ela é distribuída pela sociedade, fazendo com que as desigualdades de inteligência sejam desigualdades sociais (BOURDIEU, 1998, pp. 58-59).

O comentário acima de Bourdieu nos faz refletir se a condição de existir um indivíduo vencedor passará sempre por uma condição precípua de haver um implacavelmente perdedor. Ou melhor: uma sociedade com pouquíssimos membros ricos terá sempre que se sobressair em relação a incontáveis membros perpetuamente pobres? A esse respeito, de acordo com estudos realizados pela Oxfam¹⁴, no tocante aos super-ricos, chega-se aos seguintes dados: “os 1.810 bilionários (em dólares) incluídos na lista da Forbes de 2016, dos quais 89% são homens, possuem um patrimônio de US\$ 6,5 trilhões – a mesma riqueza detida pelos 70% mais pobres da humanidade”. Ora, tais dados parecem confirmar as ideias de Karl Marx quando aborda os aspectos da economia burguesa como natural¹⁵.

Esses dados, além de impressionarem, nos fazem pensar quais os posicionamentos que estão sendo tomados para que esse cenário possa ser modificado. As teorias do desenvolvimento afluem, durante décadas, pareceres acerca do que pode ser feito, e é neste sentido que há uma visão de que a participação da sociedade civil é um novo modo de minimizar as desigualdades sociais e promover a ampliação de novas perspectivas, as quais apresentaremos a partir daqui.

As pessoas, ao desenvolverem o capital social, investem em suas próprias potencialidades e as colocam em função e benefício da coletividade, superando alguns estigmas históricos impostos por sistemas políticos e econômicos que procuram manter passiva e inativa a população. Estigmas

¹⁴ Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford de Combate à Fome), fundada em Oxford, na Inglaterra, em 1942.

¹⁵ Para confirmar essa ideia, recorremos a Netto (2015, p. 152) quando afirma: é essa capacidade de penetrar além daquilo que pode ser visto a olho nu que faz a crítica do capitalismo de Marx algo tão poderoso e instigante. Ao contrário do que se pensava na década de 1990 – quando o neoliberalismo estava no auge no mundo inteiro e os propagandistas do sistema afirmavam que Marx era um autor “ultrapassado” –, a crise atual mostrou que o diagnóstico que se faz está cada vez mais vivo. São efeitos positivos da crise.

como: (a) o desenvolvimento deve ser promovido apenas pelo poder público, (b) o pobre não tem competência e conhecimento para resolver problemas complexos, (c) comunidade pobre não possui recursos e por isso não pode se desenvolver, (d) é preciso vir pessoas “estudadas” de outra cidade para resolver os obstáculos de uma comunidade pobre. Ora, todos estes mitos procuram perpetuar a pobreza e criar no imaginário coletivo posturas e ideias ultrapassadas que estão diretamente ligadas à alienação política, desigualdades sociais e centralização do poder econômico e político (MOURA, 2012, p. 64).

Destarte, Silva e Garcia (2012, p. 5) trazem a seguinte perspectiva:

Os novos modelos de desenvolvimento não podem ser cópias do passado, pois o avanço econômico deve implicar, também, o avanço social, devem chamar a participar toda a sociedade, pois esta dimensão é especialmente trabalhada no que tange ao fortalecimento dos vínculos sociais, afetivos e comunitários, animando as comunidades no exercício de diagnosticar suas realidades e projetar visões de futuro com base em seus talentos e ativos sociais.

A questão do desenvolvimento tem sido um tópico recorrente nas discussões acadêmicas e políticas, principalmente a partir do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Dessa forma, Furtado (2013, p. 108) comenta:

Hoje estou convencido de que os recursos científicos de que dispomos são insuficientes para captar os problemas de nossa civilização material, a começar pelo mais urgente: a superação do subdesenvolvimento, que preocupa a todos nós. Pode-se partir de uma visão microeconômica ou macroeconômica. Mas qualquer que seja o exercício analítico, parece-me cada vez mais patente que a dimensão política do processo de desenvolvimento é incontornável. A história nos demonstra que o avanço social dos países que lideram esse processo não foi fruto de uma evolução automática e inercial, mas de pressões políticas da população. São estas que definem o perfil de uma sociedade, e não o valor mercantil da soma dos bens e serviços por ela consumidos ou acumulados. Em outras palavras, só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com “crescimento econômico”, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente. É só quando prevalecem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento.

Preocupado com as disparidades sociais crescentes entre países e dentro dos países e acreditando que o crescimento econômico, embora necessário, não seja condição suficiente para o desenvolvimento, Sachs (2003, pp. 67-68 – grifos do autor) esclarece:

As margens de liberdade para avançar nessa direção existem e podem ser ampliadas mediante políticas públicas e arranjos institucionais adequados. O caminho do desenvolvimento passa pela via estreita do *voluntarismo responsável*: *voluntarismo* porque, em última instância, o desenvolvimento comporta um elemento de invenção, como insiste Celso Furtado (1984); e

responsável porque as possibilidades de inflexão do processo de desenvolvimento devem ser avaliadas realisticamente.

A responsabilidade social leva a assumir claramente a opção pelos fracos, os sem poder e sem voz, na sua imensa maioria também pobres. O sucesso na promoção do desenvolvimento será medido pelo tempo necessário para que todos eles possam aceder à cidadania plena, ao exercício do conjunto dos seus direitos não apenas políticos, civis, e cívicos, mas também econômicos, sociais e culturais – entre estes o direito ao trabalho digno –, enfim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à infância.

O economista Dowbor (1996, p. 9) comenta que o que ambicionamos como sendo uma sociedade passa pela

segurança do necessário para uma vida digna, a tranquilidade no relacionamento social, o sentimento de participar criativamente das coisas que acontecem, a liberdade moderada pelas necessidades, a paz do amor, o estímulo do trabalho, a alegria de rir com os outros, o realismo de rir de si mesmo.

Concluindo seu pensamento, o autor afirma que esses objetivos passam por um valor essencial que precisa ser resgatado: a solidariedade humana.

Como podemos ver, a coletividade passa a ter uma maior importância, e a avaliação e mensuração do desenvolvimento que se dava através da renda *per capita*, na passagem para o século XXI, decorrente dos Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passam a considerar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como sendo o ponto de partida para um desenvolvimento mais amplo.

O caminho do meio como sendo o terceiro entendimento acerca do desenvolvimento foi a forma como Veiga (2010, p. 33) chamou a contribuição do prêmio Nobel de Economia Amartya Sen (Desenvolvimento como liberdade). Tal caminho do meio estaria entre “a miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento e o derrotismo que o descarta como inexequível”:

[...] O que essa obra procura demonstrar é a necessidade de se reconhecer o papel das diferentes formas de liberdade no combate às absurdas privações, destituições e opressões existentes em um mundo marcado por um grau de opulência que teria sido difícil até mesmo imaginar um ou dois séculos atrás (Op. cit.).

As teorias do desenvolvimento vão passando por mudanças da mesma forma que a sociedade, com o avanço dos anos, passa a acolher novos valores e a buscar caminhos para resolver os seus problemas ou meios de melhor aproveitar as inovações.

Neste sentido, o desenvolvimento social questiona algumas verdades:

Enquanto a teoria do desenvolvimento era hegemonicamente tratada pela medida restrita e quantitativa da renda *per capita* e do aumento das rendas nacionais, as medidas de proteção social se afiguravam em segundo plano, já que, na concepção hegemônica liberal de desenvolvimento, a ação do Estado enquanto dinamizador do Bem-Estar resultaria na acomodação e na apatia dos cidadãos, afetando negativamente a oferta de trabalho (ANDRADE; ZIMMERMANN, 2008, p. 9).

Ainda de acordo com Andrade e Zimmermann (2008, p. 11): “Amartya Sen elaborou um novo conceito de desenvolvimento social que tem como proposta a ampliação da capacidade de escolhas e opções dos indivíduos”. Já Rezende (2013, p. 97) afirma que “Celso Furtado (2001, 2002) ressalta que, já no início da CEPAL, passava-se a ter clareza acerca das dificuldades de implementação de um desenvolvimento social”.

Para termos um melhor entendimento sobre o que busca o desenvolvimento social, nos valem de Midgley (2007 *apud* REZENDE, 2013, p. 100):

[...] as origens terceiro-mundistas da abordagem de desenvolvimento social, observando que a expressão foi introduzida em tempos coloniais para enfatizar a necessidade de intervenções sociais que sustentassem o desenvolvimento econômico nacional. A promoção desses programas e a ligação mais ampla entre a política econômica e a social têm exercido desde então uma influência considerável nos círculos desenvolvimentistas do terceiro mundo, particularmente nas políticas e nos programas de agências de desenvolvimento internacional.

No Brasil, foram realizados incontáveis programas, com destaque para os realizados a partir da década de 1970, baseados principalmente em uma tendência política regional, tendo em vista uma melhor concentração de esforços no combate a problemas bem característicos de cada região. Obviamente, os programas regionais eram apenas complementos de programas nacionais que tinham como foco principal a integração nacional. O fato é que, apesar das inúmeras tentativas em criar programas sociais, o desenvolvimento, por diversas vezes, vem esbarrando na falta de compromisso, seguido por de um desmantelamento de projetos e interrupções de ações sociais que deveriam encontrar como aliada a própria política e acaba encontra nela a sua maior adversária.

Concluimos esse tópico com duas citações, uma de Furtado e uma Sen, que mostram a aproximação desses dois autores e as suas preocupações em modificar o cenário rígido que a concepção do *homo oeconomicus* espalhou pelo mundo.

Consoante com Furtado (1992 *apud* REZENDE, 2013, p. 102), o desenvolvimento social dispõe-se a

[...] modificar estruturas bloqueadoras da dinâmica sócio-econômica, tais como o latifundismo, o corporativismo, a canalização inadequada da poupança, o desperdício desta em formas abusivas de consumo e sua drenagem para o exterior. As modificações estruturais deveriam ser vistas como um processo liberador de energias criativas, e não como um trabalho de engenharia social em que tudo está previamente estabelecido. Seu objetivo estratégico seria remover os entraves à ação criativa do homem, a qual, nas condições de subdesenvolvimento, está caracterizada por anacronismos institucionais e por amarras de dependência externa.

Esta declaração de Furtado nos faz refletir como a situação de alguns países quanto a sua lógica estrutural, que ao invés de fornecer condições para que as potencialidades humanas sejam ampliadas, acabam, em verdade, promovendo entraves e circunstâncias conflitantes. Ora, é necessário observar que, para que as modificações estruturais aconteçam, deve-se encontrar uma base estrutural flexível, a fim de que tais modificações possam se adaptar as necessidades eminentes de uma sociedade, mas que também sejam desburocratizantes, para que o processo não seja demorado e enfadonho.

Já de acordo com Amartya Sen (2005 *apud* REZENDE, 2013, p. 106), a respeito do desenvolvimento, podemos observar que na sua visão:

Uma concepção adequada do desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. [...] Expandir as liberdades que temos [...] não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo.

Para Sen, o desenvolvimento precisa estar baseado principalmente nas liberdades humanas, mas, para que isso aconteça, é necessário que outras determinantes também sejam consideradas, como é o caso das disposições sociais e econômicas e os direitos civis. O autor, desse modo, nos ajuda a compreender que é através da liberdade que os atores conseguiram contribuir para uma modificação dos mais diversos tipos de cenários e que nessa sistemática consequentemente teremos melhores condições de obter um progresso econômico.

Em outras palavras, o autor apresenta, em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, a visão de que é necessário interromper os preconceitos atuais e encontrar um equilíbrio a fim de tomarmos as melhores escolhas.

A necessidade de exame crítico dos preconceitos e atitudes político-econômicas tradicionais nunca foi tão grande. Os preconceitos de hoje (em favor do mecanismo de mercado puro) decerto precisam ser cuidadosamente investigados e, a meu ver, parcialmente rejeitados. Devemos, porém, evitar ressuscitar os desatinos de ontem, a recusa em ver os méritos dos mercados – até mesmo a inescapável necessidade deles. Temos de estudar a fundo e decidir quais partes têm sentido em cada perspectiva. Meu ilustre conterrâneo Gautama Buda pode ter demonstrado uma predisposição exagerada a ver a necessidade universal do “caminho do meio” (ainda que não tenha chegado a discutir o mecanismo de mercado em particular), mas há algo a ser aprendido nas preleções sobre o não extremismo que ele fez há 2500 anos. (SEN, 2010, p. 151)

De modo geral, o que queremos dizer é que o crescimento do Terceiro Setor, aliado a modificações estruturais e a ampliação das liberdades humanas juntas têm a possibilidade de promover o Desenvolvimento Social e, conseqüentemente, ampliar as perspectivas do protagonista de toda essa história que é o ser humano. Além disso, é necessário compreender que todos os esforços são válidos se o objetivo final for o de promover o crescimento do ser humano, pois o desenvolvimento de uma nação, por exemplo, nunca será pleno se o seu maior interessado não possui condições mínimas para sair da mesmice em que se encontra.

Da mesma maneira, é necessário perceber que o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil não precisam viver em desarmonia a ponto de sequer dialogarem. Todos devem unir forças, saindo da inércia em que porventura se encontram e procurando oferecer o que se tem de melhor, cientes que essa eterna caminhada para o desenvolvimento requer que o dia de hoje seja sempre melhor que o de ontem.

A segunda parte deste trabalho se destina ao estudo de caso da instituição Centro Espírita Caminho da Redenção, mais conhecida como “Mansão do Caminho”. Apresentaremos, a partir de agora, um breve relato de como surgiu a instituição, aliado às vozes dos atores que, direta ou indiretamente, dela se beneficiam.

2 DESENHO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS

2.1 A Mansão do Caminho e seus entornos

Aproveitando uma fala de Marcel Mauss, no seu livro *Manual de Etnografia*, quando coloca: “O jovem etnógrafo que parte para o campo de trabalhos deve saber o que já sabe, a fim de trazer à superfície o que ainda não se sabe.” (1967, p. 10), coloquei-me no lugar de um pesquisador que tinha certo conhecimento acerca da instituição estudada, mas que estava em busca de descobrir fatos desconhecidos por mim e, provavelmente, por muitas pessoas que até acreditavam saber muito da obra social.

As pesquisas podem ser classificadas em diversos critérios, segundo Gonsalves (2007). Com relação aos objetivos, nossa pesquisa se apresenta como uma pesquisa **exploratória e descritiva**. Ela é exploratória, como explica o autor, por ser aquela pesquisa “que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado”. Já o fato de a pesquisa ser considerada descritiva dá-se por ela ter como fim escrever as características de um objeto de estudo (Ibid. p. 67). Dessa maneira, visamos apreciar, além da atuação assistencial da Mansão do Caminho, a melhoria da comunidade assistida, a partir da correlação entre desenvolvimento e voluntariado.

Na pesquisa de campo, busca-se a informação diretamente com a população pesquisada. Desse modo, realizamos entrevistas com o fundador da instituição, com os seus funcionários, com colaboradores voluntários e com os atores externos à instituição, realizando-se uma análise dessas falas. Quanto ao tipo de pesquisa, segundo os procedimentos de coleta de dados, utilizamos o **estudo de caso**, pelo fato de nos propormos a realizar um exame minucioso da experiência Mansão do Caminho, objetivando colaborar na tomada de decisões sobre o problema estudado, indicando as possibilidades para sua modificação (Ibid. p. 68).

Servimo-nos da pesquisa **bibliográfica teórica e documental** como fontes de informação, com o intuito de primeiro fundamentar esta pesquisa com uma base de conceitos e discussões voltadas às mais diversas visões acerca da dádiva e da participação da Sociedade Civil na busca pela erradicação da pobreza e da marginalização, bem como na redução das desigualdades sociais e regionais,

promovendo o desenvolvimento social na região, e, em seguida usar dos documentos para ratificar a primeira.

Quanto à estratégia de pesquisa, segundo a natureza dos dados, utilizamos a pesquisa **qualitativa**, que se preocupa com a compreensão e a interpretação do fenômeno considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica (GONSALVES, Op., Cit., 69). De outro modo, nos baseamos na lógica trazida pela escritora Mirian Goldenberg (2009, p. 14), que revela: “na pesquisa qualitativa, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”.

Didaticamente no tocante à realização da pesquisa em campo, consideramos duas fases: a primeira, como exploratória, pelo fato de termos feito um reconhecimento do espaço e termos realizado uma primeira visita sem o fim de iniciar entrevistas, devido não haver conhecimento de todas as atividades empreendidas; a segunda fase consideramos descritiva, tendo em vista o acesso obtido aos departamentos e a condição de recolher as impressões dos inúmeros participantes da instituição a respeito das atividades existentes.

Enquanto na primeira fase foi utilizada apenas uma caderneta de anotações, uma caneta esferográfica azul e um equipamento gravador de áudio, que, na maioria das vezes, não foi utilizado, na segunda fase, dispomos, além do equipamento de áudio, dos equipamentos de fotografia e filmagem, que foram de bastante relevância para uma melhor execução do trabalho realizado.

Se na primeira parte deste trabalho recorremos à obra Mauss no sentido de estudar a teoria da dádiva, nesta segunda etapa também investimos em outra obra do autor, a supracitada *Manual de Etnografia*. No primeiro capítulo, intitulado “Considerações Preliminares”, Mauss (1967) apresenta aos leitores sua visão da etnografia e como deve o etnógrafo proceder:

A ciência etnológica tem por fim a observação das sociedades, por objetivo o conhecimento dos factos sociais. Registra esses factos, se necessário estabelece a sua estatística e publica documentos que oferecem o máximo de certeza. O etnógrafo deve ter a preocupação de ser exacto, completo; deve ter o sentido dos factos e das suas relações entre si, o sentido das proporções e das articulações. (p. 9)

Diante de tais observações, buscamos, durante todo o período em que estivemos no campo da pesquisa, seguir as orientações de Marcel Mauss guardadas as devidas proporções, tendo em vista primeiramente a aplicação de esta metodologia ocorrer em uma instituição e não em uma tribo; segundo, o tempo de pesquisa usado no campo, tomando em consideração o perfil da pós-graduação e o local escolhido; por fim, as próprias circunstâncias provocadas pela dinâmica da modernidade ante o estudo de caso escolhido.

Ademais, o autor incentiva o uso do que chama “etnografia intensiva” que, de acordo com sua percepção, “consiste na observação aprofundada de uma tribo, observação mais completa e minuciosa o possível, sem nada omitir” (MAUSS, 1967, p. 15). Neste sentido, buscamos seguir as orientações através do “Plano de estudo de uma sociedade”, conforme Mauss, dividido em três perspectivas: 1. Morfologia social: “Qualquer sociedade compõe-se de uma massa. O estudo dessa sociedade como massa humana e no seu campo constitui o que se chama a morfologia social” (Op. cit., p. 16); 2. Fisiologia: “estuda os fenômenos em si mesmos e nos seus movimentos, e já não na massa material inscrita” (Op. cit., p. 17); 3. Fenômenos gerais.

Mauss ainda apresenta orientações acerca do método de trabalho, que consiste especialmente da construção de um diário, de um inventário e de fichas descritivas. Neste sentido, buscamos usar, sempre que possível os métodos. Para mais, o autor apresenta cinco métodos de observação material, sendo eles¹⁶: 1. O método morfológico e cartográfico; 2. Método fotográfico; 3. Método fonográfico; 4. Método filológico; e, 5. Método sociológico. Afora o quarto método, que trata do conhecimento da língua, todos os outros procuramos como meta exaurir no campo, o que, em virtude do pouco tempo, evidentemente não foi possível.

Dos dias 6 a 17 de Março de 2017, iniciamos a primeira fase da pesquisa. Contudo, já haviam sido realizados diversos contatos através de *e-mails* e via telefone com alguns membros da diretoria da Mansão do Caminho (departamento social do Centro Espírita Caminho da Redenção). O projeto já havia sido encaminhado e recebido pelo Sr. João Araújo, responsável pelo departamento administrativo da instituição, de forma que, na ocasião da nossa primeira visita, já havia tomado conhecimento do seu inteiro teor. Duas viagens, portanto, foram realizadas para a cidade de Salvador, no

¹⁶ Para mais detalhes consultar: MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Editorial Pórtico, 1967, pp. 20-23.

estado da Bahia. Intitulamos essas viagens de “Fases da Pesquisa”, a fim de sistematizar de forma mais clara este trabalho. Nesta primeira fase da pesquisa, estivemos em contato com membros da diretoria, funcionários, responsáveis de setores e departamentos, voluntários e com o fundador da instituição.

Antes de tudo, é importante destacar a metodologia usada acerca da análise documental. Usamos como base o artigo “A análise documental”, de Cellard (2008) contido no livro: “A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos”. Destacamos, inicialmente, a importância que o autor dá ao documento escrito mediante aos comuns lapsos da nossa memória.

As capacidades da memória são limitadas e ninguém conseguiria pretender memorizar tudo. A memória pode também alterar lembranças, esquecer fatos importantes, ou deformar acontecimentos. Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstrução referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (p. 295).

Neste sentido, buscamos alicerçar nossa pesquisa com documentos que pudessem ser analisados em profundidade, de forma a não comprometer a pesquisa. Buscamos, ainda, seguir as orientações de Cellard (2008) acerca do *corpus*, quando afirma: “Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (p. 298).

Diante de tal observação, recorremos a três instituições: 1. BPEB (Biblioteca Pública do Estado da Bahia), também conhecida como Biblioteca Central dos Barris; 2. UFBA (Universidade Federal da Bahia); 3. CECR (Centro Espírita Caminho da Redenção). Essas instituições possuem considerável acervo de livros e/ou jornais, contudo, não conseguimos êxito na segunda instituição, a UFBA. Nossa pesquisa se deu especificamente por conteúdos a respeito do bairro de Pau da Lima, da cidade de Salvador, estado da Bahia.

De acordo com Cellard (2008), os documentos estão classificados como¹⁷: 1. Os documentos públicos: os arquivos públicos e os documentos públicos não-arquivados;

¹⁷ Ler: CELLARD, André. A análise documental. In: NASSER, Ana Cristina (tradução). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 297-298.

2. Os documentos privados: os arquivos privados e os documentos pessoais. Apesar de o autor considerar jornais como documentos públicos não-arquivados, nesta pesquisa, consideramos os jornais, nossa principal fonte de pesquisa, como arquivos públicos e arquivos privados. Nossos argumentos são os de que tais documentos não estavam de livre acesso, sendo necessária uma prévia solicitação para análise, e se encontravam tanto na BPEB como na CERC, organizados, arquivados e classificados, de acordo com o tempo e a localidade.

Com relação à análise documental, Cellard (2008, p. 299) chama a atenção para a avaliação do documento: “continua sendo capital usar de prudência e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar. Essa avaliação crítica constitui, aliás, a primeira etapa de toda análise documental”. Para tanto, o autor sugere cinco dimensões a serem examinadas¹⁸: 1. O contexto; 2. O autor ou os autores; 3. A autenticidade e a confiabilidade do texto; 4. A natureza do texto; e, 5. Os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Seguindo tais orientações, procuramos classificá-los quanto à ordem, nomear cada documento utilizado e apresentar sua origem, a fim de melhor conduzir nossas análises. Como nosso foco de estudos não é em si o documento, escolhemos trechos os quais divulgamos aqui em forma de citação, seguida da análise. De antemão, começamos trazendo este primeiro documento que dará conta de analisar a localidade estudada.



Figura 1: Morador se vê abandonado em Pau da Lima
Fonte: BPEB, 2017.

¹⁸ O detalhamento de cada dimensão pode ser lido em: CELLARD, André. A análise documental. In: NASSER, Ana Cristina (tradução). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, pp. 299-303.

“Terra de ninguém”. Esta definição dos moradores, em tom de desabafo, evidencia a difícil situação vivida no Pau da Lima, onde a violência, sob a forma de assaltos e homicídios, vem imperando há algum tempo e foi agravada com o fechamento da delegacia para reformas. O comércio funciona em clima de tensão e medo, com portas bloqueadas por grades. Área pobre com sérios problemas de saneamento básico, transporte e saúde, não tem maior assistência por parte da prefeitura, sendo exceção um núcleo do Programa Cidade-Mãe, que atende um número de jovens. Desta maneira, sem lazer e proteção muitos menores são cooptados para o tráfico e consumo de drogas, não tendo grande perspectiva de vida (MOURA, 1999, p. 4).

A década de 1990 do século passado é, para o Brasil, um dos períodos mais delicados acerca da violência. A constituição de 1988, muito recente, ainda era hermética com relação aos procedimentos acerca da segurança nacional. Por sua vez, Pau de Lima é um bairro pobre e populoso, com uma geografia de difícil acesso, como veremos mais adiante, o que contribuiu para os mais diversos tipos de crimes como homicídios, latrocínios, estupro, tráfico de drogas e até mesmo genocídios.

Com relação ao autor, a matéria foi feita pela repórter Marjorie Moura, bacharela em jornalismo pela UFBA. Ademais, fica evidente o interesse da autora da material em dar ênfase a situação difícil em que o bairro se encontrava. O jornal “A TARDE” circula desde o ano de 1912 na cidade de Salvador, estado da Bahia, sendo um dos mais antigos do país. Desse modo, acreditamos na fidelidade dos fatos apresentados, o que foi confirmado por alguns entrevistados durante a pesquisa. Trata-se, portanto, de uma matéria de jornal do primeiro caderno. Alguns conceitos-chave chamam a atenção: “Terra de ninguém”, linha 1, dando a ideia de lugar sem lei, sob disputa para ver quem ocupará; “clima de tensão e medo”, linha 5, demonstrando a atmosfera do bairro Pau da Lima; “Programa Cidade-Mãe”, linha 8, programa este criado pelo governo municipal de Salvador voltado a jovens em processo de exclusão social; por fim, destacamos o termo “cooptados para o tráfico”, linha 9, que faz referência aos jovens aliciados ao mundo das drogas.

Decidimos iniciar a análise tomando por base esse primeiro trecho deste jornal, a fim de estimular o leitor a presumir o ambiente do bairro que se contrapõe, de certa forma, com os pontos turísticos da cidade de Salvador.

As nossas primeiras impressões com relação à cidade foram as de que Salvador é uma grande cidade, cuja beleza e variedade de opções de lazer impressionam. Contudo, percebemos, em algumas regiões, a desorganização no trânsito que, a nosso ver, se dá pela grande quantidade de automóveis e pelas proporções territoriais da cidade. Trata-se

de uma cidade populosa, em que podemos observar muitos pedestres, carros e agitação típica das cidades metropolitanas, percebemos que é uma urbe em constantes mudanças e obras. Não podemos deixar de comentar a sua geografia irregular, com muitas ladeiras, ruas, cruzamentos, morros e favelas.

[...] Salvador é uma das cidades mais antigas do Brasil e da América Latina, tendo sido fundada em 1549, nas bordas da Baía de Todos os Santos, com funções político-administrativas e mercantis, persistindo como capital do país até 1763. Contudo, apesar dessa condição e do dinamismo a ela associado, sua ocupação não avançou mais rapidamente até meados do século XIX, pois era nos engenhos e fazendas do entorno que se produzia a maior parcela da riqueza e se concentrava a maior parte da mão de obra e da própria população (CARVALHO; PEREIRA, 2014, pp. 238-239).

De contrapartida, podemos dizer que é uma cidade que reflete a presença do mercado, através de suas inúmeras empresas, bastando olhar para os inúmeros edifícios comerciais espalhados por toda a cidade. A participação do Estado no desenvolvimento da região é perceptível através da mobilização, tendo em vista suas largas avenidas, que se cruzam o tempo todo. Um fato que nos chamou particularmente a atenção é o de que não existe uma distância considerável entre um bairro nobre e um bairro pobre, eles parecem estar sempre misturados. Obviamente, seria necessário um estudo específico, mas, a princípio, nos parece uma questão de crescimento desordenado que só uma análise do urbano com seus pormenores confirmaria tal impressão, diga-se de passagem, não ser o objetivo neste estudo.

A instituição Mansão do Caminho está localizada no bairro de Pau da Lima. A despeito do bairro, podemos momentaneamente relatar que possui grandes dimensões, apresentando um caráter bem agitado, típico de bairros populosos das grandes cidades. Trata-se de um bairro periférico, com lugares de difícil acesso, por apresentar ruas estreitas, algumas delas apresentam calçadas com pouco mais de meio metro, não fugindo a realidade das ladeiras e becos que, na sua grande maioria, não ultrapassa um metro e meio de largura.

A despeito das construções, percebemos que a coloração dos tijolos e imóveis, devido à falta de exposição ao sol, é de um enegrecido bem acentuado. A favela está presente em cada ponto do bairro, deixando evidente a precariedade financeira dos seus moradores, são casas mal construídas em barrancos, muito próximas umas das outras e em terrenos acidentados, que qualquer engenheiro condenaria sem nenhuma análise mais profunda.

Nas áreas populares, onde se aglomeram a população negra e os segmentos mais vulneráveis, a evolução foi mais diversificada. Alguns trechos mais antigos e consolidados da Liberdade, da Cidade Baixa e de Cajazeiras parecem ter atraído moradores de um nível um pouco mais elevado, ascendendo ao tipo médio no ano 2000. Já outros espaços de tipo popular, como Plataforma, Mata Escura, Pau da Lima, Nordeste de Amaralina, Boca do Rio e Bairro da Paz, experimentaram uma variação negativa, na medida em que os impactos da crise econômica ampliaram a presença de trabalhadores vulneráveis e desempregados entre os seus moradores (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 120).

A violência está presente através do abuso de poder, ou melhor, do poder paralelo dos traficantes presentes na região. É comum observar jovens passarem os dias sentados em cima de lajes, em terraços ou mesmo em batentes (qualquer lugar estratégico que dê uma boa visão), observando quem entra e quem sai da favela. Contudo, a presença de pessoas de bem, na sua grande maioria, vítimas do claro subdesenvolvimento existente, transparece-nos um ar de tristeza e conformidade ante um quadro estabelecido e de impossíveis reversões em curto prazo. A escuridão do bairro se dá não por falta de iluminação pública, que, diga-se de passagem, não é das melhores, mas pelo fato da disposição das casas, barracos, vielas, quartos, cômodos (se é que podemos assim chamar) e da própria geografia do lugar, claramente invadida por miasmas e ausência de luz solar, pelo simples motivo de não existir janelas ou aberturas que possam propiciar arejamento.

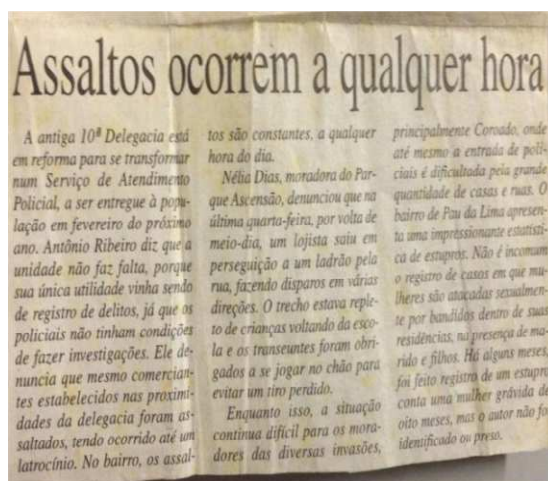


Figura 2: Assaltos ocorrem a qualquer hora
Fonte: BPEB, 2017.

Nélia Dias, moradora do Parque Ascensão, denunciou que na última quarta-feira, por volta de meio-dia, um lojista saiu em perseguição a um ladrão pela rua, fazendo disparos em várias direções. O trecho estava repleto de crianças

voltando da escola e os transeuntes foram obrigados a se jogar no chão para evitar um tiro perdido.

Enquanto isso, a situação continua difícil para os moradores das diversas invasões, principalmente Coroadó, onde até mesmo a entrada de policiais é dificultada pela grande quantidade de casas e ruas. O bairro de Pau da Lima apresenta uma impressionante estatística de estupros. Não é incomum registro de casos em que mulheres são atacadas sexualmente por bandidos dentro de suas residências, na presença de marido e filhos. Há alguns meses, foi feito registro de um estupro contra uma mulher grávida de oito meses, mas o autor não foi identificado ou preso (A TARDE, 1999, p. 4).

Conhecida também como “Capital da Alegria”, Salvador é, para muitos, motivo de preocupação e única opção. Neste sentido, podemos verificar que a migração de famílias inteiras ou de membros delas, oriundas do interior com a perspectiva de aproveitar os benefícios da cidade grande, muitas vezes acaba se transmutando em um desengano. Ora, a capital bahiana é rica em oportunidades nos tocantes às áreas pessoal e profissional. Contudo, a falta de qualificação ou mesmo a conjuntura do mercado impeliram a acomodação de alguns trabalhadores em regiões periféricas, gerando, como consequência, a aceitação das condições precárias, tendo em vista o encurtamento das perspectivas de mudança de status. Os dramas familiares no bairro de Pau da Lima se misturam à péssima estrutura da segurança pública ou mesmo do descaso das autoridades cientes dos riscos de confrontos com o crime organizado.

A matéria deste documento também é de autoria da repórter Marjorie Moura. Como dito anteriormente, o interesse da autora nos parece explícito quanto a deixar claro as problemáticas do bairro e no tocante a autenticidade do texto, anteriormente já apresentamos informes a cerca do jornal. Esta matéria também se encontra no primeiro caderno, como a matéria anterior. Destacamos aqui os seguintes conceitos-chave: “um lojista saiu em perseguição a um ladrão” (linha dois). Tal fala nos remete premência dos comerciantes em fazer justiça pelas próprias mãos, o que demonstra a ausência de segurança pública ou sua ineficiência; “se jogar no chão” (linha 4) nos deixa reflexivos quanto às condições psicológicas da população, fadadas a traumas oriundos da insegurança; “diversas invasões”, linhas 6 e 7, não apenas o bairro de Pau da Lima, mas toda a cidade de Salvador apresenta inúmeras ocupações, cujas formação das estruturas são muito precárias; “mulheres são atacadas sexualmente”, linha 10, esta provavelmente tenha sido uma das passagens que mais nos chamou atenção pelo fato da brutalidade e da condição moral de alguns indivíduos quanto aos limites do seu próximo. Se a prática do estupro é deplorável, invadir casas e cometer o mesmo ante os membros da família da vítima é, no mínimo, algo inconcebível. Por último, “não foi identificado ou preso”,

linha 13, ecoa as gafes dos responsáveis pela segurança e os gargalos da justiça da cidade de Salvador nesse período em questão.

Na primeira fase da pesquisa, acompanhamos o Sr. Edilson P. Silva (o “Nizinho”) na atividade de sindicância que, mais a frente, será explicada. Em tal oportunidade, adentrando nas “casas” dos moradores, passávamos, desse modo, a experimentar um sentimento incomparável, além da sensação de que a situação de precariedade é, em parte, culpa nossa, enquanto membros da sociedade, provocando em nós um vazio indescritível.

Na atividade de sindicância que acompanhamos durante uma manhã e uma tarde de quinta-feira, tivemos acesso a lugares em que a própria polícia não entrava, a não ser que estivesse bem armada. A oportunidade de visualizar situações deprimentes, nas quais a cama era um sofá e todos os membros da família dormiam em um único leito ou em que, de tão apertado, o espaço mal cabia três pessoas deitadas, só foi possível pelo fato da presença do colaborador da Mansão do Caminho, que é respeitado em todas as comunidades que ingressamos.

Famílias com mais de uma dúzia de membros amontoam-se em ambientes que, por muitas vezes, não chegam a quinze metros quadrados. Ali, podemos encontrar até quatro gerações morando no mesmo lugar, dada à falta de estrutura física, financeira e de orientação sexual. Encontramos adolescentes que há pouco saíram da infância já segurando seus bebês, frutos de um segundo ou terceiro relacionamento mal resolvido.

Os dias de chuva, segundo os moradores, são tensos e, definitivamente, difíceis, tendo em vista os córregos, canais a céu aberto e a falta de estrutura do bairro e das residências. As ruas principais são comerciais, podendo se encontrar de tudo, inclusive agências bancárias. O ir e vir dos transeuntes, a falta de educação de uns que jogam lixo na beirada das calçadas e mesmo a total ausência de olhares ou preocupação em dar a vez ao outro fazem do lugar um cenário com a mínima presença do Estado em todos os seus âmbitos. Alguns moradores afirmam que as condições do bairro já foram piores e que hoje viver em Pau da Lima é muito melhor. São pessoas que, apesar da pouca instrução, das dificuldades financeiras e psicossociais, possuem uma grande confiança num ser superior (talvez pelo fato de ser uma cidade bem religiosa), ajudam-se como podem e trabalham mais do que se queixam.

Em seguida, apresentaremos documento que pode auxiliar a compreender melhor a questão da infraestrutura do bairro de Pau da Lima e de como esse fator foi preponderante para o desenrolar de alguns problemas.



Figura 3: Onde os problemas se multiplicam
Fonte: BPEB, 2017.

Circundando as avenidas centrais, onde se desenvolve forte comércio, proliferam residências humildes, construídas em encostas íngremes, constantemente ameaçadas pelas chuvas. O lixo jogado costumeiramente pelos barrancos abaixo, aliado aos esgotos que correm livremente pela terra, acabam completando o perigoso processo de erosão. Moradores da Rua Coração de Maria contam que quase todo Inverno ocorre uma morte no bairro provocada por deslizamentos de terra. “Aqui mesmo morreu um menino no ano passado”, lembra Noêmia Antônia dos Santos, que reside no local há mais de 15 anos.

Nesta mesma rua, inicia-se um caudaloso esgoto que escorre a céu aberto até as imediações de Sussurara, desembocando em um riacho que tem ligação com os lençóis de água do Centro Administrativo. Quem conta é o morador Wilson Santos, que vive lá há 10 anos. Segundo ele, mais de cinco abaixo-assinados já foram enviados à prefeitura nos últimos três anos para que fossem concluídas as obras de saneamento no local. “Vários engenheiros já vieram; medem, medem, mas não dão jeito na situação”, diz. “Quando chove, isso vira uma verdadeira cachoeira” (A TARDE, 1993, p. 12).

A migração do campo para a cidade ou de cidades menores para a capital, fizeram de Salvador um dos destinos mais procurados do Nordeste. Neste sentido, as famílias com baixo poder aquisitivo, com planos de se estabilizar primeiramente na cidade e, conseqüentemente, explorar oportunidades de emprego e melhoria de situação econômica e financeira, procuram os bairros onde as moradias e as condições estivessem acessíveis aos seus recursos.

Dentre os inúmeros bairros da cidade de Salvador, Pau da Lima abriga famílias em uma conjuntura que, na sua grande maioria, está no patamar ou abaixo do salário

mínimo. Como consequências, vemos um bairro cuja infraestrutura precária acarreta sérios problemas de saúde para a comunidade. Apesar disso, Pau da Lima apresenta um comércio diversificado, oferecendo empresas também do ramo de serviços. Mercados, galerias, lojas do vestuário, eletroeletrônicas, quitandas, padarias, lanchonetes, escolas, delegacia, igrejas, centro espírita, agências bancárias, farmácias e até hospital (São Rafael) são encontrados no bairro.

O trecho acima é de uma matéria do jornal soteropolitano “A TARDE”. Acreditamos que o jornal apresentava, na época, uma política editorial que privilegiava o anonimato, tendo em vista a não identificação na matéria. Com relação ao jornal, sua autenticidade e confiabilidade quanto ao texto já foram apresentadas referências a esse respeito nos documentos anteriores. Essa matéria encontra-se no caderno imobiliário, o que nos leva a crer que o interesse do autor era o de apresentar, aos empenhados em morar no bairro, os pós e contras de escolher uma residência no Pau da Lima.

Gostaríamos de destacar os seguintes conceitos-chave: “forte comércio”, linha 1, esclarece a principal característica das vias principais do bairro, o que pode ser confirmado logo que iniciamos a pesquisa de campo; “esgotos que correm livremente”, linha 4, essa provavelmente seja uma das principais causas de doenças no bairro e está presente ainda nos dias atuais; “morte no bairro provocado por deslizamentos de terra”, linhas 6 e 7, ficamos impressionados com as inúmeras casas construídas em barrancos, a cidade tem uma geografia bastante acidentada, o que dificulta muito um alicerce que suporte o peso da construção; “mais de cinco abaixo-assinados”, linha 13, tal frase mostra a falta de cuidados por parte dos representantes governamentais com a população, ou mesmo a ineficiência destes.

Na segunda fase da pesquisa, realizada de maio a outubro de 2017, usamos as entrevistas semiestruturadas como instrumento de coleta de dados. Foram apresentadas no trabalho 19 entrevistas, que correspondem a pouco mais de 59% da pesquisa, sendo um total de 32 entrevistados. Dos 19 entrevistados, 18 são membros (diretores, trabalhadores da entidade, colaboradores cedidos pelo Estado, voluntários etc.) da instituição, e um é morador¹⁹ do bairro Pau da Lima. Para a realização das perguntas,

¹⁹ Para explicar o porquê de termos feito apenas uma entrevista na comunidade, faz-se necessário destacar algumas dificuldades ocorridas durante a pesquisa: 1. Inicialmente, podemos destacar o completo desconhecimento da comunidade, de sorte que, para se chegar aos moradores, foi necessário auxílio de colaboradores da instituição. 2. Outro ponto a ser destacado é o fato do cuidado com a segurança física, que se fazia necessário de modo que circular desacompanhado só seria possível nas vias principais. 3. Por fim, na busca por membros antigos da comunidade, o desinteresse em participar da pesquisa ou mesmo a dificuldade em encontrá-los foi o maior entrave, quando não, muitos já não estavam vivos.

utilizamos três entrevistas adaptadas à realidade da entidade, uma para os funcionários da instituição, outra para os funcionários do Estado e, por fim, um para os voluntários. Também nos foi disponibilizado alguns artigos do estatuto, com o objetivo de legitimar o trabalho realizado pela instituição.

Para compreender o início deste projeto, é necessário contextualizar, de forma cronológica, a fundação e a estruturação da instituição estudada, que se inicia com o Centro Espírita Caminho da Redenção (CECR), Casa Espírita²⁰, que foi fundado pelo Sr. Divaldo Pereira Franco e o Sr. Nilson de Souza Pereira, tendo sido inaugurado em 7 de Setembro de 1947, na Rua Barão de Cotegipe, nº 224, no bairro da Calçada, na cidade de Salvador, estado da Bahia. No dia 15 de Agosto de 1952, foi criado o departamento social do CECR, chamado “Mansão do Caminho”. E foi em 1956 que o CECR transferiu-se para um terreno de boas proporções, a cerca de 10 a 13 km de distância da sede inicial, adquirido no bairro do Pau da Lima e localizado à Rua Jayme Vieira Lima, nº 104, também na cidade de Salvador, onde permanece até os dias de hoje.



Figura 4: Na Câmara dos Vereadores
Fonte: BPEB, 2017.

Se no dia 15 de Agosto de 1952, foi criado departamento social denominado “Mansão do Caminho”, pelo CECR. Foi em uma quarta feira, dia 23 de Julho de 1952, que a Casa Espírita foi abalizada pela Câmara dos Vereadores da cidade de Salvador como de utilidade pública, conforme o documento acima apresentado, ao que

²⁰ Os espíritas usam o termo Casa Espírita para denominar o edifício onde se dão as atividades religiosas da Doutrina Espírita.

destacamos: “Dentre as proposições aprovadas, figura o projeto que considera o Centro Espírita Caminho da Redenção de utilidade pública” (A TARDE, 1952, s/ p.).

Na década de 1950, o Brasil respirava ares de uma conjuntura pós Segunda Guerra Mundial e contemplação de uma Guerra Fria. O presidente a época desta matéria era Getúlio Dornelles Vargas, que estava em sua segunda passagem como comandante do governo brasileiro. Como destaques deste período, temos a criação do BNDE, atual BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a Petrobras (Petróleo Brasileiro S/A) e a chegada da televisão.

Com relação à autoria da matéria, a autenticidade e a confiabilidade, assim como no documento anterior, é provável que, na época, o jornal apresentasse uma política editorial que privilegiava o anonimato, e mesmo que não tenhamos conseguido identificar a página da matéria, por se tratar de um recorte conservado no Acervo Técnico da instituição, acreditamos na sua fidedignidade, em se tratando da seriedade do meio de comunicação. Essa matéria em especial já apresentava preocupação com a situação das crianças no bairro, o que corrobora a importância do projeto que solicitava o deferimento da instituição como de utilidade pública. Neste sentido, frisamos o conceito-chave: “utilidade pública”, linda 2, da citação supracitada, que nada mais é do que uma certificação de que a organização possui interesses comuns à comunidade e que presta serviços de maneira desinteressada nesta região.



Figura 5: Centro Espírita Caminho da Redenção e Mansão do Caminho, que teve início à rua Barão de Cotegipe, nº 124 – bairro Calçada

Fonte: Acervo Técnico do CECR, 2017.

A Mansão do Caminho e o CECR passaram a ocupar, mais a frente, o mesmo terreno e que está localizado na entrada do bairro de Pau da Lima. Sua área, segundo a presidência, é de cerca de 82.000 m² e possui 43 edificações, entre prédios, casas e ginásio. A instituição é murada e conta com várias entradas com destinações diferentes. O lugar encontra-se sempre muito bem conservado, contando com colaboradores que, diariamente, estão fazendo a manutenção do espaço, realidade muito diferente da encontrada nos lados de fora do muro da instituição. A movimentação de transeuntes é grande durante todo o dia, onde podemos encontrar as crianças assistidas, as mães que participam de atividades, os inúmeros visitantes e pessoas que, de uma forma ou de outra, possuem alguma tarefa dentro da instituição.

Se hoje a afluência de pessoas e veículos é considerável, em seu início, como todo bairro periférico, as dificuldades de acesso eram as mais variadas. No próximo capítulo, testificaremos essa afirmação com as falas dos entrevistados na instituição e na sua vizinhança. Como ilustração, apresentamos documento fotográfico do terreno da instituição a seguir:



Figura 6: Vemos o terreno da futura Mansão do Caminho
Fonte: Acervo Técnico do CECR, 2017.

A despeito do nome da instituição, sua relação dá-se por uma visão²¹ que o Sr. Divaldo P. Franco obteve no ano de 1948, conforme encontramos na Revista Presença Espírita (DA REDAÇÃO, 2017, p. 57):

“Fruto da visão psíquica tida pelo médium Divaldo Franco, em 1948, durante uma viagem de retorno do bairro de Plataforma, localizado no Subúrbio Ferroviário, ao bairro da Calçada, onde ele e Nilson foram visitar um tio enfermo deste último, revelando-se o ideal de educação para o qual haviam sido designados.”.

Nesse sentido, de acordo com o artigo 51 do estatuto do CECR, a instituição pode ser conhecida por diversos cognomes, mesmo tendo no seu departamento social a demonização própria de “Mansão do Caminho”, também poderá ser conhecida por outras denominações:

Art. 51º – A Mansão do Caminho, Obra Social do Centro Espírita Caminho da Redenção, é, também, conhecida sob a designação de Educandário Mansão do Caminho, Instituição Mansão do Caminho, Centro Espírita Mansão do Caminho, Casa do Caminho, Obras Sociais da Mansão do Caminho.

O que para nós ficou claro, é que o uso da denominação *Mansão do Caminho* passou a se configurar como uma figura de linguagem na qual um nome substitui outro, ao que se chama de *metonímia*. Tal observação só pode ser considerada na medida em que, mesmo que alguns indivíduos estivessem se reportando à casa espírita, que deveria ser chamada pelo nome *Centro Espírita Caminho da Redenção*, usam o nome *Mansão do Caminho*. Destarte, ao que parece, a casa espírita se confunde com o seu departamento social e vice versa.

Destacamos, assim, as duas finalidades da instituição contidas no estatuto²² da instituição, que são: 1. O estudo e a difusão da Doutrina Espírita; e 2. A prática da caridade, atento aos princípios codificados por Allan Kardec, na revivescência do Evangelho de Jesus, mediante atuação permanente na Educação, na Assistência Social e na Saúde.

Neste sentido, observamos que, se por um lado, a instituição se propõe a promover atividades religiosas, não deixa por outro lado de atuar na comunidade,

²¹ Os espíritas acreditam que alguns indivíduos são dotados de faculdades, eles são chamados *médiuns*, indivíduos inspirados por espíritos de pessoas falecidas. Para mais detalhes a respeito do entendimento espírita acerca do que seja essa visão, aconselhamos a leitura das questões n.º 409, n.º 449 e n.º 545 da obra: KARDEC, Allan. **O Livro dos Espíritos**. 80ª ed. Rio de Janeiro: Feb, 1998.

²² Em anexo apresentamos alguns artigos do Estatuto do Centro Espírita Caminho da Redenção.

oferecendo acesso à educação, assistência social e saúde. Por conseguinte, buscamos, nesta pesquisa, delinear, através das entrevistas, a identificação de um possível desenvolvimento gerado pela instituição. Ora, é sabido que, quando o CECR iniciou suas atividades, a comunidade que estava no seu entorno ainda era muito incipiente e que a cidade já sofria com o abandono de menores. O escritor Fernandes (2002) nos ajuda inicialmente a compreender como a instituição passou a contribuir para a mudança dos cenários que foram se apresentando no bairro:

Em quinze de agosto, a Mansão do Caminho, um dos Departamentos do Centro Espírita *Caminho da Redenção*, completa seu aniversário, trabalhando no Bem desde 1952. [...] com a finalidade de acolher e amparar crianças órfãs e necessitadas e, aos poucos, implantar a metodologia de *lares substitutos*, a qual consiste em tentar reproduzir, o máximo possível, as condições de um lar normal. Não se tratava, portanto, de orfanato, com internamento coletivo, mas de unidades-lares, com um adulto *voluntário* que seria responsável pela condição de *mãe (ou pai) social*. Esta filosofia visou educar a criança e o jovem dentro de um clima familiar, principalmente no aspecto afetivo e moral, evitando-se os riscos dos traumas e desequilíbrios psicológicos resultantes da orfandade. Com o tempo, a Instituição tornou-se um complexo educacional, que atende agora, gratuitamente, mais de três mil crianças e jovens (p.13, grifos do autor).

A fala do escritor acerca dos lares substitutos nos remete à teoria da dádiva quando trata, em especial, dos vínculos interpessoais, pois é no âmbito familiar um dos primeiros locais nos quais podemos encontrar a presença deste sistema. Quando o autor acima explica que “Esta filosofia visou educar a criança e o jovem em um clima familiar [...] evitando-se os riscos dos traumas e desequilíbrios psicológicos resultantes da orfandade”, mostra que a preocupação inicial era justamente preservar os laços interpessoais que uma família proporciona.

Nesse sentido, apresentamos uma fala de Godbout (1999) quando explica a questão dos vínculos familiares, o que corrobora a análise de que, desde o começo das atividades da instituição, a presença do sistema da dádiva já se fazia, tendo em vista ser o vínculo uma das suas principais características.

O vínculo familiar supõe um limite importante à liberdade com relação aos demais vínculos da dádiva moderna: o fato de não escolher seus pais, seus irmãos e irmãs, de não escolher os membros dessa rede. Trata-se aí, para alguns, de um verdadeiro crime de lesa-modernidade, que os faz dizer: “Os amigos são melhores do que a família, pois nós os escolhemos”. Essa frase ilustra todo o problema das obrigações sociais. Ilustra o problema da liberdade. Pois, por outro lado, uma das principais características que as pessoas mencionam quando lhes perguntam qual é a importância atual da família para elas, o que o vínculo familiar tem de particular, é a incondicionalidade. Ora, a incondicionalidade inclui a falta de escolha. Se

podemos escolher, podemos sempre escolher não mais escolher. Uma relação livre não é uma relação incondicional, de modo que, assim definida, uma relação de amizade não pode substituir a família (p. 45 – grifos do autor).



Figura 7: Crianças da Mansão do Caminho
Fonte: Acervo Técnico do CECR, 2017.

Ora, os vínculos que foram gerados e a experiência dos lares substitutos não se trataram apenas de uma ação isolada, tendo em vista a base adquirida pelos fundadores e colaboradores para o alargamento do sistema da dádiva, de modo que a instituição não só aumentou suas atividades, como hoje serve de modelo para outras instituições, como poderemos ver em entrevistas apresentadas adiante.

O fato é que essa filosofia dos lares substitutos, ou lares família, deu espaço a uma filosofia mais ampla, graças a uma evolução psicológica e pedagógica, como nos esclarece o fundador da instituição em entrevista: “[...] no fim do século passado, a questão dos lares família não deram os resultados esperados, nós então abrimos uma comunidade que atende a todos” (FRANCO, Divaldo Pereira. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

O fundador se referiu à participação da instituição junto à comunidade do bairro de Pau da Lima, o que, por sua vez, se estende às atividades que a instituição poderá exercer²³ e também a todos os seus associados²⁴, bem como suas obrigações atadas à Mansão do Caminho.

Durante dias, estivemos conhecendo os setores e departamentos. De acordo com as informações passadas pelos responsáveis da instituição Mansão do Caminho,

²³ Vide Artigo 3º do Estatuto da Mansão do Caminho, em anexo.

²⁴ Vide Artigos 4º, 5º e 6º do Estatuto da Mansão do Caminho, em anexo.

conseguimos chegar a diversos dados que nos ajudam a esclarecer um pouco da dimensão do trabalho realizado.

Inicialmente, destacamos os dois fundadores da instituição²⁵: Divaldo Pereira Franco, que nasceu em 5 de Maio de 1927, na cidade de Feira de Santana, estado da Bahia, orador espírita com mais de 70 anos de tribuna, atualmente, aposentado pelo antigo IPASE, no qual trabalhou como escriturário. O Sr. Divaldo P. Franco cursou a Escola Normal de Feira de Santana, onde recebeu o diploma de professor primário, no ano de 1943. Foi alvo de uma biografia jornalística, realizada por Ana Cláudia Landi, historiadora pela USP:

Tudo em sua trajetória é superlativo. Acolheu 685 órfãos, que já o presentearam com milhares de netos e bisnetos. É reconhecido como o maior médium e orador espírita contemporâneo. Proferiu aproximadamente 15 mil palestras no país e no exterior. Lançou quase 300 livros, que, juntos, venderam 10 milhões de exemplares. Toda a renda é doada à sua maior obra: a Mansão do Caminho, fundada há mais de 60 anos em Salvador (BA) (2015, p. 13).



Figura 8: Divaldo Pereira Franco
Fonte: Acervo Técnico do CECR, 2017.

²⁵ Gostaríamos de enfatizar que nosso objetivo, neste trabalho, é a instituição, para maiores detalhes acerca das memórias dos fundadores, em anexo, podem ser encontrados alguns títulos.

Os fundadores se conheceram em agosto de 1945²⁶, quando o Sr. Divaldo P. Franco lecionava na Escola de Datilografia N. S. do Carmo, no bairro dos Quinze Mistérios, em Santo Antônio, Salvador, onde o Sr. Nilson de S. Pereira se matriculou.

Nilson de Souza Pereira, conhecido por “Tio Nilson”, nasceu em 26 de Outubro de 1924, em Salvador, estado da Bahia, cidade onde também faleceu, no dia 21 de Novembro de 2013, foi bancário, telegrafista do Ministério da Marinha e funcionário da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos). Presidiu a Mansão do Caminho durante anos.



Figura 9: Nilson de Souza Pereira, bem jovem, ao lado de Maria Alice (Colaboradora) e Ziza (residente), na Secretaria do antigo CECR, na barão do Cotegipe
Fonte: Acervo Técnico do CECR, 2017.

Os fundadores da instituição, o Sr. Divaldo P. Franco e o Sr. Nilson de S. Pereira, nos remetem à condição do homem na sociedade e de como ele se apresenta. Neste sentido buscamos, através de Rocha (2011, p. 80), bases conceituais para descrever esses atores que, em suas propostas ou ideais, buscaram atuar diretamente nas articulações comunitárias na qual estavam inseridos. Segundo o autor francês Émile Durkheim, a figura do homem era pensada como sendo um *homo duplex*, sendo este dividido em corpo e alma. Por outro lado, o seu sobrinho Marcel Mauss, segundo Lévi-Strauss, visualizava esse homem como sendo tridimensional, sendo ele baseado nas técnicas corporais, nas expressões obrigatórias dos sentimentos e na noção do “eu”, o que convergiria para uma compreensão orgânica de um homem como “homem total”. O autor ainda completa:

²⁶ Disponível em: < <http://www.mansaodocaminho.com.br/mansao/apresentacao/fundadores/>>. Acesso em: 01/06/2018.

[...] a compreensão do corpo, do “eu” e da sociedade expressa um programa antropológico no qual o concreto, o simbólico, o corpo nos leva ao *homo educandus*, ou seja, ao fato social total de que o homem é um ser que se faz ou se *per faz* por meio da educação (p. 80).

Neste sentido, podemos considerar que os fundadores tinham como foco principal buscar autoeducação e, por conseguinte, repassar o conhecimento adquirido para a comunidade e as futuras gerações. Esta afirmação pode ser corroborada na medida em que possamos nos debruçar sobre a obra física, seja ela os edifícios da instituição e todo o simbólico que os envolve, seja ela sobre uma análise mais detalhada da obra literária produzida em especial pelo Sr. Divaldo P. Franco, o que não é o foco deste trabalho. Ora nosso esforço se dá na busca em destacar a aplicação do sistema da dádiva na comunidade, ou melhor, como os fundadores se deram ao próximo, através do sistema do *dar, receber e retribuir* e, conseqüentemente, como influenciaram os demais a adotar esse circuito.

Os fundadores, ao que podemos observar inicialmente, ampliaram o sistema da dádiva não apenas nas ações sociais que englobam de crianças a idosos, como também com os doentes que procuram a instituição, mas também com o atendimento individual através da filosofia cristã, em uma relação baseada na confiança de segredos divididos e no auxílio aos dramas pessoais, fazendo o papel de uma espécie de conselheiros ou guias. Nesse sentido, o dar a atenção já parecia configurar um presente para com as inúmeras pessoas que os procuravam e que se disponibilizavam, mais adiante, de alguma forma na contribuição em prol da manutenção das atividades da organização, seja com o trabalho voluntário, seja com a doação de algum valor ou item faltoso na instituição.

Ainda com relação à educação, Mauss (1983, p. 122-122 – grifos do autor) explica que:

“[...] pode-se chamar *educação (ou instrução) os esforços conscientemente feitos pelas gerações para transmitir suas tradições a outra*. Pode-se também dar este nome, menos abstratamente, à *ação que os mais velhos exercem sobre as gerações* que se apresentam cada ano para moldá-las *com respeito a eles mesmos*, e, secundariamente, *para adaptá-las aos meios social e físico deles*” (apud ROCHA, 2011, p. 81).

Esse esclarecimento se faz pertinente ao percebermos que a figura dos fundadores representou e representa na instituição um norte. Tal aspecto pode ser

confirmado nas entrevistas, sempre que um ator faz referência aos fundadores como modelos a serem seguidos e de como estes influenciaram nas suas decisões de também contribuir com a comunidade, oferecendo suas habilidades nas diversas tarefas em que a instituição se propunha fazer, ou que era demandada a fazer.

Legalmente, a instituição conta aqui, no Brasil, com a inscrição em 2 (dois) CNPJs (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), sendo o CNPJ do Centro Espírita Caminho da Redenção (matriz) no qual todas as atividades realizadas pela instituição estão detalhadas, e o CNPJ da área de Empreendimentos (Filial), que dá conta dos imóveis doados à instituição a fim de manter as suas atividades do CERC funcionando.

Destacamos, particularmente, o registro do CECR, que data desde o dia 20 de Junho de 1967, tendo como natureza jurídica a especificação de organização religiosa e como sua atividade econômica principal: atividades de organização religiosas ou filosóficas. Da mesma maneira, todas as atividades secundárias exercidas pela instituição estão apresentadas no seu registro junto ao CNPJ. O fato é que a estrutura organizacional da instituição e a sua preocupação em se fazer quite com as legislações, com as autarquias e com todas as obrigações principais e acessórias exigidas são uma marca do CECR.

Em se falando de cargos estatutários, a Diretoria Executiva, vigente desde o mês de fevereiro de 2016 no CECR, é composta por oito membros, a saber:

- Presidente: Sr. Demétrio Ataíde Lisboa;
- 1º Vice Presidente: Sr. Divaldo Pereira Franco;
- 2º Vice Presidente: Senhora Telma Sarraf Barreto;
- Secretário Geral: Sr. João Neves da Rocha;
- 1º Secretária: Senhora Rose Mary Mesquita Muzzi;
- 2º Secretária: Senhora Nilsa Maria Pinto de Vasconcellos;
- 1º Tesoureiro: Sr. Mário Sérgio Pintos de Almeida;
- 2º Tesoureiro: Sr. Nilo Calazans de Menezes Filho.



Figura 10: Ao centro da foto, Divaldo P. Franco e a sua direita o Sr. Demétrio Ataíde Lisboa, atual Presidente do CECR

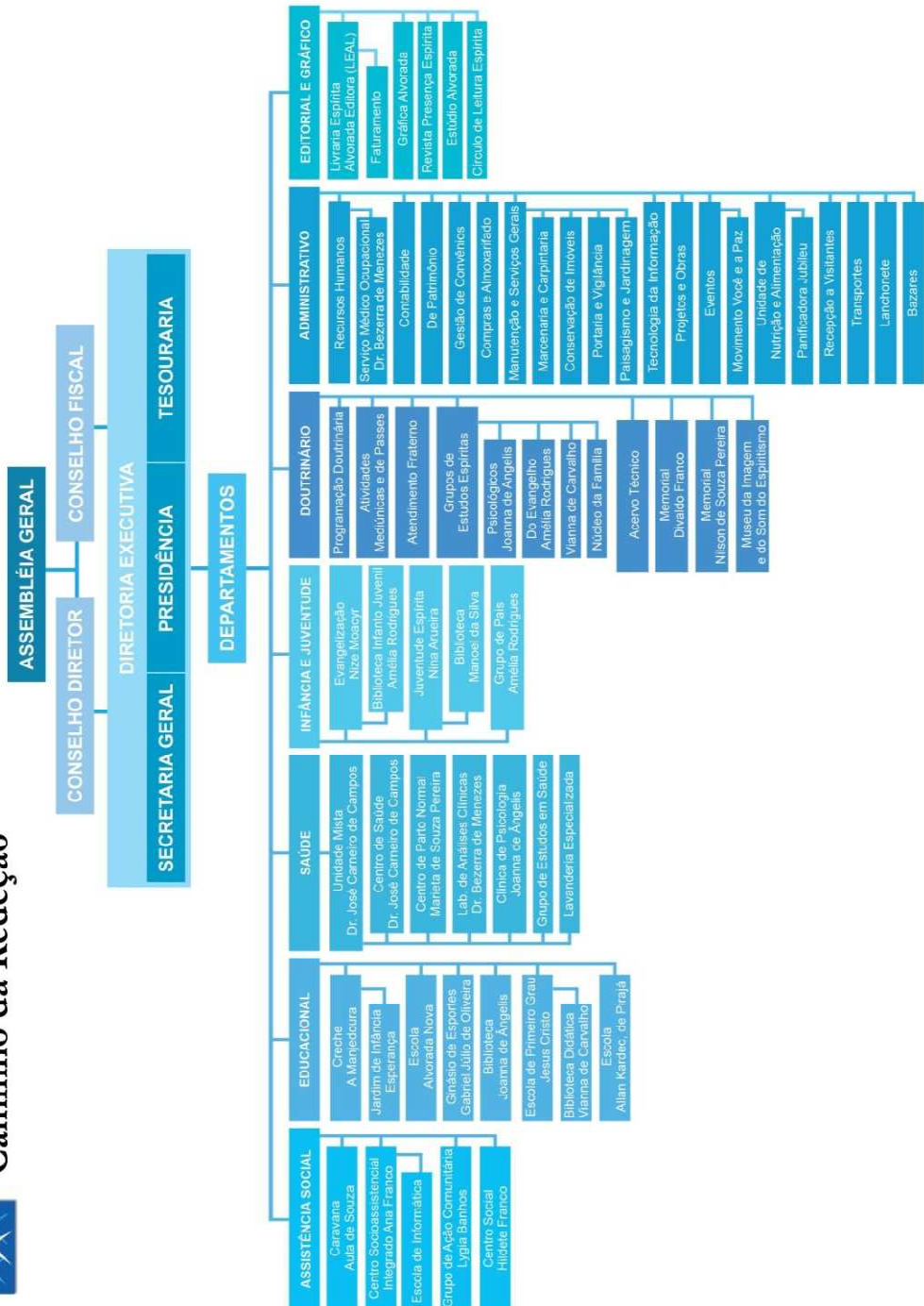
Fonte: Acervo Técnico do CECR, 2017.

De acordo com o Sr. João Alberto Cerqueira de Araújo, responsável pelo Departamento de Administrativo da Mansão do Caminho, a instituição conta com um conselho formado por 25 (vinte e cinco) membros. Além disso, o Centro Espírita Caminho da Redenção (CECR) apresenta várias frentes de trabalhos para a comunidade do Pau da Lima, como também para todos aqueles que procuram o centro espírita para atendimento espiritual. Desse modo, o CECR está dividido em 7 (sete) esferas de trabalho, ou melhor, em 7 (sete) departamentos, são eles: 1. Assistência Social; 2. Educacional; 3. Saúde; 4. Infância e Juventude; 5. Doutrinário; 6. Administrativo; 7. Editorial e Gráfico. Para melhor visualização dessa estrutura, apresentamos o organograma institucional, que, além da função estratégica, é de relevante importância para definir as responsabilidades.



**Centro Espírita
Caminho da Redeção**

Organograma



Como apresenta o organograma da página anterior, temos a Assembleia Geral, que está dividida em Conselho Diretor e Conselho Fiscal, por sua vez, dando origem à Diretoria Executiva, formada pela Secretaria Geral, pela Presidência e pela Tesouraria. Toda a estrutura oriunda da Assembleia Geral está dividida em 7 (sete) departamentos apresentados a seguir:

1. Assistência social: Caravana Auta de Souza; Centro Socioassistencial Integrado Ana Franco, que também é responsável pela Escola de Informática; Grupo de Ação Comunitária Lygia Banhos; e Centro Social Hildete Franco;

2. Educacional: Creche A Manjedoura, que integra também o Jardim de Infância Esperança; Escola Alvorada Nova; Ginásio de Esportes Gabriel Júlio de Oliveira; Biblioteca Joanna de Ângelis; Escola de Primeiro Grau Jesus Cristo, que inclui a Biblioteca Didática Vianna Carvalho; e, a Escola Allan Kardec, de Pirajá;

3. Saúde: Unidade Mista Dr. José Carneiro Campos, que abrange o Centro de Saúde Dr. José Carneiro de Campos; Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira; Lab. de Análises Clínicas Dr. Bezerra de Menezes; Clínica de Psicologia Joanna de Ângelis; Grupo de Estudos em Saúde e a Lavanderia Especializada;

4. Infância e Juventude: Evangelização Nize Moacyr, englobando a Biblioteca Infantojuvenil Amélia Rodrigues; Juventude Espírita Nina Arueira, que possui a Biblioteca Manoel da Silva; e o Grupo de Pais Amélia Rodrigues;

5. Doutrinário: Programação Doutrinária; Atividades Mediúnicas e de Passes; Atendimento Fraternal; Grupos de Estudos Espíritas: Psicológicos Joanna de Ângelis, Do Evangelho Amélia Rodrigues, Vianna de Carvalho, e Núcleo da Família; Acervo Técnico; Memorial Divaldo Franco; Memorial Nilson de Souza Pereira; e Museu da Imagem e do Som do Espiritismo;

6. Administrativo: Recursos humanos, que abrangem os serviços Médico-Ocupacional Dr. Bezerra de Menezes; Contabilidade; Patrimônio; Gestão de Convênios; Compras e Almoxarifados; Manutenção e Serviços Gerais, que dá conta da Marcenaria e Carpintaria, Conservação de Imóveis, Portaria e Vigilância, e Paisagismo e Jardinagem; Tecnologia da Informática; Projetos e obras; Eventos, onde encontramos o movimento “Você e a Paz”; Unidade de Nutrição e Alimentação, onde encontramos a Panificadora Jubileu; Recepção e Visitantes; Transportes; Lanchonete; e Bazares.

7. Editorial e gráfico: Livraria Espírita Alvorada Editora (LEAL), que contém o setor de Faturamento; Gráfica Alvorada; Revista Presença Espírita; Estúdio Alvorada; e, o Círculo de Leitura Espírita.

Dito isto, descreveremos, a seguir, cada departamento da instituição, apresentando seu responsável, suas peculiaridades e um pouco da sua origem, a fim de melhor entendermos a complexidade do trabalho executado na organização. Deixamos para o tópico seguinte as visões e as descrições dos responsáveis a despeito do trabalho que exercem no departamento ou setor e do que pensam acerca da tarefa executada pelos mesmos. Podemos ver, através do organograma, que numa concepção micro cada departamento possui vários setores, no entanto, em uma perspectiva macro, destacamos que os departamentos, de modo distinto, associam-se a 4 (quatro) grandes áreas que por sua vez são: Área Social, Área Educacional, Área da Saúde e Área da Religião. Sigamos, assim, para cada departamento:

Departamento de Assistência Social: este departamento, também conhecido como Departamento de Assistência e Promoção Social, faz parte da área social e tem como objetivo atuar no enfrentamento das mais diversas necessidades da comunidade do bairro de Pau da Lima, seja com foco na criança, no idoso, na família, nos indivíduos com necessidades especiais, entre outros. É também o departamento que absorve, quando realizado pelo Estado, as atividades mediante Políticas Públicas da área social. Os responsáveis por este departamento são o Dr. Edilton Costa Silva e a Sr.^a. Clese Mesquita Cerqueira. Neste departamento, destacamos os setores: Caravana Auta de Souza, Centro Socioassistencial Integrado Ana Franco e Grupo de Ação Comunitária Lygia Banhos.

De acordo com a Sr.^a. Marialva Luz (2017), em matéria para a Revista “Presença Espírita”, a Caravana Auta de Souza foi o primeiro departamento do CECR e, atualmente, promove atividades socorristas a pessoas carentes, enfermas e, em especial, a tuberculosos. O departamento conta com mais de 500 (quinhentos) assistidos, que, por sua vez, recebem quinzenalmente farnéis com itens bem selecionados, acompanhados de uma sopa com pão. Além disso, os assistidos recebem um almoço, acompanhado por uma nutricionista.

Segundo a autora da matéria, todos os participantes dos encontros são apresentados à palavra de Jesus, aliado aos passes coletivos²⁷. São oferecidos aos idosos cobertores, colchões, casacos de flanela, assim como são também oferecidos às gestantes, antes e depois do parto, até que a criança complete 4 (quatro) meses de idade.

²⁷ Segundo os espíritas, o passe é uma espécie de técnica de transmissão de energias através da imposição das mãos. Para mais informações, ler: MELO, Jacob. **O passe:** seu estudo, suas técnicas, sua prática. 16. ed. – Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2005.

Os assistidos ainda recebem da instituição o “Natal” de seus filhos e netos. Todas essas atividades contam com o apoio de inúmeros voluntários.

O nome “Auta de Souza” se deve a uma homenagem que Divaldo fez ao Espírito querido e mentora do nosso trabalho, Auta de Souza, que nasceu no estado do Rio Grande do Norte e faleceu em Natal, sua capital, tuberculosa, aos 24 anos. Poetisa, escreveu, em vida, o livro *Horto*, sua única publicação. Mas no Mundo espiritual, através da mediunidade de Francisco Cândido Xavier, ela escreveu um livro intitulado *Auta de Souza* e, entre as muitas riquezas nele contidas, fez um soneto para Divaldo denominado “Agora”, convidando-o ao trabalho: “Agora, enquanto é hoje, eis que fulgara o teu santo momento de ajudar!” (LUZ, 2017, p. 62).

A citação acima nos remete às análises relativas às sociedades arcaicas estudadas por Mauss. Segundo o autor, nos seus escritos “Ensaio sobre a dádiva”, foram os espíritos dos mortos e os deuses os primeiros grupos de seres com os quais os homens tiveram de estabelecer contrato. Ora, até os dias atuais, essa concepção de que o contato com os mortos não só existe como pode ser provado e estudado é um dos princípios adotados pelos seguidores da doutrina espírita, diga-se de passagem, monoteístas.

Não é nosso desejo, porém, entrar no mérito dessa questão. Contudo, é pertinente deixar o registro da passagem na qual Mauss (2003) fala a respeito dessas civilizações e de como se dá esse contrato:

Talvez em parte alguma essa idéia se exprima de uma forma mais típica do que entre os Toradja das ilhas Celebes. Kruyt nos diz “que o proprietário deve ‘comprar’ dos espíritos o direito de realizar certos atos em ‘sua’ propriedade – na realidade na ‘deles’”. Antes de cortar “sua” madeira, antes mesmo de limpar “sua” terra, de plantar o poste de “sua” casa, é preciso pagar aos deuses. Embora a noção de compra pareça muito pouco desenvolvida no costume civil e comercial dos Toradja, a dessa compra feita aos espíritos e aos deuses é, ao contrário, perfeitamente constante (p. 206).

Outro setor deste departamento que gostaríamos de destacar é o Centro Socioassistencial Integrado Ana Franco, que, na verdade, está lotado conforme organograma no Departamento de Assistência Social, mas que também pode estar disposto em alguns momentos no Departamento Educacional. Este setor tem como objetivo principal ocupar o contraturno dos estudantes. Criado em 2010, são oferecidas aulas de instrumentos de percussão, sopro, cordas e canto para o público matriculado nas escolas da instituição. Aulas de violão, por exemplo, acontecem nas terças e quartas-feiras com gêneros musicais diversos, a exemplo da MPB (Música Popular

Brasileira). Participam uma média de 20 a 25 crianças por aula, e algumas crianças já se mostram talentosas, realizando inclusive composições.

Finalmente, destacamos O Grupo de Ação Comunitária Lygia Banhos cujas atividades comumente são realizadas aos sábados à tarde. Não obstante, outras atividades são realizadas para além do sábado, como é o caso da alfabetização, do reforço escolar e da pesquisa em biblioteca, que ocorrem das segundas as sextas-feiras. Algumas tarefas ainda merecem o destaque tendo em vista o envolvimento do voluntariado. São elas: “visitas e atendimentos a enfermos, reformas ou construção de casas, bazares de roupas, calçados, utensílios domésticos e também passeios ou eventos comemorativos já tradicionais, como Dia das Mães, São João, Dias dos Pais, Dia das Crianças e Natal” (GRUPO, 2017, p. 61).

O Grupo de Ação Comunitária – a partir da década de 1990 passou a se chamar Grupo de Ação Comunitária Lygia Banhos (GACLB), em homenagem à tia Lygia, da Mansão do Caminho, grande colaboradora do Grupo – iniciou suas atividades visitando diversas famílias em seus lares, nos quais o grau de carência era extrema, e os moradores eram totalmente receptivos às visitas dos “tios” e “tias”, com quem eles sabiam que podiam contar (Op., cit., p. 59).

Departamento Educacional: Este departamento associa-se à área educacional, tendo como responsável e diretora a Senhora Clese Mesquita Cerqueira. De modo geral, podemos discorrer que este departamento aplica, acompanha e avalia a aprendizagem de alunos que inicia-se a partir dos 4 (quatro) meses de idade até os 14 anos. Em matéria na Edição Histórica de 70 anos do CECR, na Revista Presença Espírita, a Senhora Clese explica que o percurso educacional é extenso: “A creche A Manjedoura, o jardim de infância Esperança, a escola Alvorada Nova (pré-escola), a Escola Jesus Cristo e o Centro Socioassistencial Integrado Ana Franco” (CERQUEIRA, 2017, p. 51).

Nesta lógica, as mais de três mil crianças matriculadas na instituição gozam do acompanhamento de profissionais que estão em constantes reuniões, treinamentos, avaliações e medições da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos através de capacitações. Para reforçar essa observação, buscamos a diretora, que explica:

O centro Espírita Caminho da Redenção operacionaliza um plano para intervir na estrutura social vigente, sobretudo quando atende crianças em situação de risco social e pessoal através de uma sólida ação educativa, visando a elevação da autoestima e a liberdade de ação na formação do homem integral.

Essa proposta pedagógica estabelece uma consonância entre a diretriz do Centro Espírita Caminho da Redenção e o Referencial Curricular Nacional,

que nortearão as ações a ser desenvolvidas com as crianças, de forma a atender as especialidades afetivas, emocionais e cognitivas de cada faixa etária. É certo que a qualidade das experiências oferecidas contribuirá sobremaneira para o exercício da cidadania (Op., cit., p. 50).

Desse modo, podemos salientar 6 (seis) setores ou frentes, além da atividade de “sindicância”, que, em seguida, descreveremos melhor. Todavia, faz-se necessário explicar que alguns desses setores são de inteira responsabilidade da instituição, outros são cedidos o espaço pela instituição ou possuem convênios, seja com o Estado e seja com o Município, que se responsabilizam por parte dos custos de manutenção das atividades, dentre eles os proventos dos professores. Vejamos:

- Creche para crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos de idade dirigida pela Senhora Clese M. Cerqueira e de responsabilidade da Mansão do Caminho, denominada “A Manjedoura”, que também integra o Jardim de Infância Esperança;

- Escola de Educação Infantil, também dirigida pela Senhora Clese M. Cerqueira e de responsabilidade da Mansão do Caminho, denominada de: Alvorada Nova;

- Escola de Ensino Fundamental I e II, com crianças que vão dos 6 (seis) aos 14 (catorze) anos tendo como diretora a Sr.^a. Rosangela Santos Cardoso e de responsabilidade dividida entre a instituição e o Estado, denominada “Jesus Cristo”;

- Escola de Ensino Fundamental I, compreendendo também alunos que vão do 1º ao 5º ano de responsabilidade do município, denominada “Allan Kardec”;

- Escola de Informática coordenada pelo Senhor Fábio Santos de Souza, com apoio dos professores Elias e Marcelo. É oferecido o curso de informática básica: introdução à informática, recursos e ferramentas do Windows, Word, Excel, Power Point e Internet, estando disponível aos interessados que vão dos 13 aos 21 anos;

- Setor de Artes e Esporte, tendo como coordenação o Sr. Felipe Santos Cardoso. As atividades de educação física, por exemplo, acontecem nas segundas, quartas e sextas-feiras, e os jogos interclasses da instituição acontecem no mês de Agosto.

A instituição Mansão do Caminho, apesar de possuir convênios através de Políticas Públicas de Educação, ainda precisa usar de recursos próprios para manter a plena funcionalidade dessas atividades. O fato é que as necessidades dos setores vão para além da contra partida cedida pelo governo, seja a nível municipal ou estadual.

Podemos destacar que todas as atividades extracurriculares nas escolas da instituição são custeadas exclusivamente pela Mansão do Caminho.

São inúmeros os investimentos que a instituição faz para manter a ordem nesses setores. Evidenciamos, assim, o fato de que, em todos os ambientes, podem-se observar câmeras de segurança (filmadoras) por todos os lados. A responsável pelo departamento consegue, desse modo, ter o registro da movimentação e manter o controle de todas as atividades sem precisar deslocar-se até o local em que estão acontecendo, já que o terreno da instituição, além de possuir grandes dimensões, é acidentado. Além disso, gostaríamos de frisar a preocupação da instituição com seus colaboradores, à medida que destina uma parcela das vagas nas escolas para os seus filhos.

Com relação à atividade de Sindicância, cuja denominação é dada pelos colaboradores da instituição, em suma, refere-se a triagens e visitas às residências das famílias da comunidade que fazem cadastro para o uso de algum serviço disponibilizado, do qual destacamos aqui o serviço da creche “A Manjedoura”. No próximo tópico, apresentaremos a fala do Senhor Edinilson, responsável por essa tarefa, o qual explicará como ela ocorre.

Departamento de Saúde: o departamento que será apresentado está ligado à área da saúde e tem como objetivos: o atendimento em atenção básica e integral à saúde da população do bairro Pau da Lima, sendo esses atendimentos ambulatoriais na unidade mista e/ou no laboratório; atendimento as gestantes, através de todo um projeto envolvendo um planejamento reprodutivo e humanizado da gravidez; e, por fim, o atendimento espiritual, que está ligado a todos os outros. O responsável pelo departamento é o Dr. Edilton Costa Silva. Mas, podemos destacar o Dr. José Carlos Jesus Gaspar, responsável pela casa de parto; a Dra. Marilena Pereira Nunes de Souza, médica obstetra; o Sr. Luiz Rogério Andrade de Santana, supervisor administrativo da área de saúde; e a Senhora Maria Suzana Gomes Montenegro, cedida pelo Estado.

Todos os setores deste departamento possuem suas peculiares importâncias, contudo, gostaríamos de por em realce dois deles:

- Centro de Saúde, denominado Centro de Saúde José Carneiro de Campos, que se reporta a Unidade Mista Dr. José Carneiro Campos;

Instalado na Mansão do Caminho, na Calçada, em uma sala no primeiro andar, onde eram feitos os atendimentos pelos pioneiros, transferiu-se para o Pau da Lima em um tempo em que o bairro ainda dava os primeiros passos da sua organização na década de 1950, época em que os benefícios da eletricidade, da água encanada e dos serviços de esgotamento sanitário eram

quase que totalmente inexistentes. O “Posto Médico” funcionava na base do improviso, e quem mais atendia as pessoas era o casal Astrogildo e Carminha, que faziam às vezes de técnicos de enfermagem. Entretanto, os médicos Altamirando Carneiro e Silva e Reinaldo Machado (ainda colaborando na Caravana Auta de Souza) e Jobim Brasileiro marcaram presença desde as primeiras horas.

Não é exagero dizer-se que, de certo modo, a Mansão do Caminho funcionou com uma espécie de chamariz para o desenvolvimento socioeducacional da região em vários aspectos, inclusive na área de saúde.

Segundo consta, o primeiro diretor médico do Centro de Saúde foi Dr. Joaquim Brasileiro, que prestou atendimento para os moradores da comunidade residente e, eventualmente, para os moradores extramuros da Instituição.

Além dele, outros profissionais de saúde chegaram e, como todos os médicos até hoje, deram a sua colaboração de forma voluntária. Entre os primeiros vale destacar Dr. Maneca e Dr.^a Esmeralda, que deixaram sinais de amor e dedicação no coração de todos os atendidos por eles (SILVA, 2017, p. 71).

A fala do Dr. Edilton Costa, que consta na Edição Histórica 70 Anos CECR, da Revista “Presença Espírita”, demonstra que a participação da instituição não só no setor social, mas no setor de saúde ocorre desde a sua fundação no bairro de Pau da Lima e que o trabalho voluntário nesta instituição por sua vez já passa de meio século. O que chama a atenção é o fato de que a instituição sempre contou com voluntários com as mais diversas qualificações e que muitos desses humanitários dedicaram longos anos das suas vidas em prol da causa ou das causas elegidas pela organização.

Ao que consta na matéria realizada pelo Dr. Edilton Costa Silva, o nome do Centro de Saúde homenageia o Dr. José Carneiro de Campos, que foi professor catedrático de Anatomia Descritiva na Faculdade de Medicina da Bahia, falecido em 20 de maio de 1919.

- CPN (Centro de Parto Normal), denominado Centro de Parto Normal Marieta de Souza Pereira, nome que homenageia a mãe do Sr. Nilson de Souza Pereira. Também em matéria para a Revista “Presença Espírita”, só que pelas impressões do Dr. José Carlos Jesus Gaspar (2017), é possível encontrar mais detalhes sobre o setor:

O processo de construção teve o apoio da família Beira, da Fabiano of Christ Benevolent Society, de cooperadores anônimos e de tio Nilson e Demétrio Ataíde na execução da obra.

Precisávamos formar uma equipe de profissionais, médicos obstetras, pediatras e enfermeiras obstétricas, e contamos com o apoio de Suzana Montenegro e da Dra. Marilena Pereira. A equipe realizou treinamento no Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte, por meio de convênio com o Ministério da Saúde.

O projeto tinha como finalidade atuar de forma direta na proteção dos direitos à integralidade da assistência à saúde materno-infantil, mediante auxílio pré-natal, laboratorial e ao parto e nascimento, oferecendo à comunidade a Unidade Mista Dr. José Carneiro de Campos, onde seriam realizados o pré-natal, a assistência pediátrica, a assistência especializada em saúde, as

terapias integrativas (massoterapias, grupos de gestantes, roda de conversa com gestantes e companheiros, hipertensos, diabéticos), os exames laboratoriais, com seis quartos PPP (pré-parto, parto e pós-parto) e a expectativas de realizar até 180 partos naturais por mês, sendo, portanto, incalculável adição à rede pública de maternidades já existentes no município de Salvador (pp. 68-69).

Ainda na matéria, encontramos uma manchete que traz: “O CPN dispõe de 6 quartos PPP (pré-parto, parto e pós-parto), com a possibilidade de realizar também o parto humanizado na água, feito em uma banheira” (Op., Cit., p. 69). Aliás, segundo o autor, no dia 28 de novembro de 2011, nasceu o primeiro bebê, uma menina de nome Joana. Na época em que a matéria foi escrita, haviam sido realizados 3.380 partos neste setor, que foi inaugurado no dia 26 de agosto de 2011. De mais a mais, alguns colaboradores informam que o nome da menina foi dado em homenagem à mentora espiritual²⁸ do CECR, o espírito Joanna de Ângelis.

Departamento de Infância e Juventude: neste específico departamento, que faz parte da área da religião, encontramos como principal objetivo a evangelização²⁹ de crianças e jovens, além da sensibilização dos pais neste sentido. Não seria inadequado, porém, classificar este departamento também na área educacional, tendo em vista que, para os espíritas, em particular de acordo com o fundador da doutrina, “é pela educação, mais do que pela instrução, que se transformará a humanidade” (KARDEC, 1980, p. 384). O responsável pelo departamento é o Sr. Antônio Kleber da Rocha, e destacamos dois setores: A Juventude Espírita Nina Arueira e a Evangelização Nize Moacyr.

Segundo Silva (2017), podemos encontrar detalhes a respeito da origem da Juventude Espírita Nina Arueira, que existe desde o ano de 1951:

Em 2017, ano em que o Centro Espírita Caminho da Redenção chega ao seu septuagésimo aniversário, a Juventude Espírita Nina Arueira (JENA) completou 66 (sessenta e seis) anos de existência no dia 28 de janeiro. Os mesmos fundadores do Centro, em 7 de setembro de 1947, ainda jovens, Divaldo com 20 anos e Nilson quase 23 anos, fundariam aproximadamente quatro anos depois a União da Mocidade Espírita Nina Arueira, inspirados na sua homônima de Belo Horizonte, MG, contando com o apoio e incentivo de Francisco Cândido Xavier e dos benfeitores espirituais, principalmente Emmanuel (p. 113 – grifos do autor).

Mais uma vez, podemos encontrar relatos que demonstram a relação dos membros da organização com os seres espirituais, ao que na fala o autor se refere como

²⁸ Em alusão às pesquisas observadas por Mauss sobre sociedades arcaicas, podemos dizer que os espíritas costumam adotar para suas obras uma entidade espiritual ou, de outro modo, a entidade é que escolhe uma obra, como defendem os próprios espíritas.

²⁹ Termo destinado ao processo de difundir ensinamentos do Evangelho Cristão.

sendo benfeitores espirituais. O nome da juventude é dado em homenagem a Maria da Conceição Arueira, ou melhor, Nina Arueira, jovem escritora, jornalista e poetisa, que faleceu na cidade do Rio de Janeiro aos 19 anos de idade, em 18 de março de 1935, sendo natural da cidade de Campos dos Goytacazes, também no estado do Rio de Janeiro, tendo nascido dia 7 de janeiro de 1916.

Na sequência, apresentamos o setor de evangelização infantil, que se destina a atender o público espírita infantil e que recebe o nome de Nize Moacyr, em homenagem a uma voluntária da instituição que faleceu ainda jovem, como explica Menezes (2017):

A evangelização infantil Nize Moacyr foi criada no Centro Espírita Caminho da Redenção (CECR) no ano de 1949, aos domingos, das 9h às 11h, na sede da Calçada. O nome foi dado em homenagem a Nize, uma jovem que, apesar da desencarnação precoce, desde cedo já atuava como evangelizadora na Instituição (p. 118 – grifos do autor).

De acordo com a autora, foi numa noite de sábado no ano de 1977 que na Mansão do Caminho iniciou-se a evangelização infantil com uma nova dinâmica, tendo em vista capacitações feitas por voluntários. A evangelização passou a acontecer nos sábados no horário da reunião doutrinária, que era realizada das 20h às 21h, com apenas uma turma que ia dos 7 aos 12 anos. Ainda, explica a autora que no ano de 1986, após uma expansão da evangelização, algumas voluntárias se dispuseram a colaborar na ampliação do trabalho, ampliando assim turmas dos 5 aos 12 anos.

Por fim, Menezes (2017, p. 119) explica que a evangelização infantil na instituição funcionou aos sábados à noite até o ano de 1993, tendo em vista o fato de que todas as atividades que funcionavam no bairro da Calçada foram transferidas no ano de 1994 para o bairro de Pau da Lima, de modo que a evangelização passou a acontecer nos domingos pelas manhãs, das 9h às 11h, como segue presentemente.

Departamento Doutrinário: Este departamento é de compromisso da área da religião e tem como uma das suas finalidades a divulgação dos princípios espíritas. Seu responsável é o Sr. Demétrio Ataíde Lisboa. Abaixo, destacaremos alguns dos setores deste departamento:

Inicialmente, ressaltamos a frente de trabalho que conta com uma programação³⁰ chamada “Programação Doutrinária”. Trata-se, na verdade, de palestras realizadas ao público sempre nos seguintes dias: terças, quintas, sábados, das 20h às 21h15, e aos

³⁰ Disponível em: <<http://www.mansaodocaminho.com.br/centro-espirita/programacao-doutrinaria/>>. Acesso em: 01/06/2018.

domingos, das 16h às 17h15. É importante frisar que diversas outras atividades são executadas por esse setor, como seminários, eventos, etc.

Em seguida, temos o setor chamado “Atendimento Fraternal”, de acordo com Rocha (2017, p. 78). Essa atividade tem início no Centro Espírita Caminho da Redenção em 8 de setembro de 1994, com candidatos selecionados segundo determinado perfil. O autor ainda com relação a este setor esclarece que:

O Atendimento Fraternal tem como objetivo primacial receber bem e orientar com segurança todos aqueles que o buscam. Não se propõe a resolver os desafios nem as dificuldades, eliminar as dores nem os sofrimentos, mas propor ao cliente os meios hábeis para a própria recuperação (Op., Cit., p. 80 – grifos do autor).

Outro importante setor é o das atividades mediúnicas e de passes, sendo as primeiras também conhecidas como reuniões mediúnicas³¹.

Centro Espírita Caminho da Redenção tinha cinco dias de fundado quando realizou a primeira reunião mediúnica. Em 1947, no dia 12 de setembro, uma sexta-feira, dezesseis espíritas convictos e comprometidos com a obra recém-criada se reuniram nas dependências da Casa para o intercâmbio mediúnico sério. À época eram redigidas atas das reuniões mediúnicas, assinadas pelos presentes (DA REDAÇÃO, 2017, p. 81).

Ademais, existem sete reuniões mediúnicas no CECR, sucedendo duas às segundas-feiras, sendo uma representante da primeira reunião, realizada em 1947, tendo a participação do Sr. Divaldo P. Franco até hoje; duas com sua realização na quarta-feira, sendo elas as mais antigas; nas quintas-feiras acontecem duas reuniões, coordenadas pelo Projeto Manoel Philomeno de Miranda; e, aos domingos uma reunião realizada pela JENA.

Já o setor do Acervo Técnico é o lugar onde podem ser encontradas cartas destinadas ao fundador da instituição, bem como documentos, jornais, revistas e todo tipo de material impresso, em áudio ou em vídeo, que tenha informações sobre a instituição. São arquivos separados por categorias e Estados Federativos de onde as notícias, reportagens, etc. foram feitas. A responsável por este setor é a Senhora Iracy Sant’Anna, que, em matéria feita pela revista Presença Espírita, explica melhor:

³¹ Para mais informações sobre a temática, ler: FRANCO, Divaldo Pereira. **Reuniões mediúnicas**. 11. ed. 1. reimp. Salvador: LEAL, 2016.

É para o acervo técnico a que são direcionados todos os frutos das homenagens, que, de acordo com as características, são encaminhados para o Acervo Técnico Divaldo Pereira Franco, para o Memorial ou mantidos no próprio Acervo Técnico II.

Hoje os jornais, revistas, magazines do Brasil e do exterior também se encontram devidamente arquivados de acordo com a época e o local de publicação (SANT'ANNA, 2017, p. 101).

O Sr. Divaldo P. Franco, desde o ano de 1947, profere palestras no Brasil e, posteriormente, no exterior. Em maio de 2017, o fundador completou 90 anos e foi homenageado com mais um título, o que não é novidade, tendo em vista ser criado um setor especificamente para acomodar títulos, homenagens, além de inúmeros presentes recebidos em diversas cidades e países que o orador expressou o seu conhecimento oriundo dos princípios espíritas. A Senhora Iracy Sant'Anna (2017) elucida:

O acervo Divaldo Pereira Franco foi inaugurado em 1998, sendo um marco importante para o Centro Espírita Caminho da Redenção, importante pelas obras de arte apresentadas, os títulos de Cidadania, de Doutor *Honoris Causa*, de Embaixador da Bondade, de *Scientiarum Persona Magnífica*, de *Membre d'Honneur*, Título Honorífico de Gratidão, o *Master Honorary & Meritorius*, este da Real Academia Mundial de Parapsicologia Investigadora Docente de Miami, na Flórida, recebidos por Divaldo. É importante mencionar a *Medaille Reconnaissance Franco-Americaine – Classe Especial*, com aval da ONU, deferência justificada *en raison des services sociaux et humanitaires rendu aux deux pays* (Op., Cit., pp. 99-101 – grifos do autor).

O Sr. Nilson de Souza Pereira, também conhecido como Tio Nilson, faleceu em 21 de novembro de 2013. O CECR também providenciou um setor denominado “Memorial Nilson de Souza Pereira”, que foi inaugurado no dia 16 de dezembro de 2014, localizado na Gráfica Alvorada, na sala em que o fundador passou a maior parte das suas horas trabalhando, quando não, aconselhando todos os que o procuravam. Salientamos que, assim como o Sr. Divaldo P. Franco, o Sr. Nilson de S. Pereira, em 30 de dezembro de 2005, também recebeu o título de Embaixador da Paz no Mundo³², concedido pela “*Ambassade Universelle pour la Paix*”, em Genebra (Suíça), capital da Organização Mundial da Paz, ligada à ONU.

Neste sentido, teve início, no dia 19 de dezembro de 1998, o Movimento Você e a Paz (MVP), que tem como objetivo realizar palestras públicas em bairros periféricos de Salvador, instigando a reflexão acerca da violência e agressividade na atualidade,

³² Disponível em: < <http://www.mansaodocaminho.com.br/mansao/apresentacao/fundadores/>>. Acesso em: 01/06/2018.

com destaque para a Praça Dois de Julho, o popular Campo Grande, conforme explica Mariano (2017) que também relata:

Quando o MVP esteve no Bairro da Paz e no Calabar, dois lugares em Salvador considerados violentos pelo alto número de assassinatos sem elucidação, nos quais corpos em “desova” já não parecem mais chocar os transeuntes, um aparato policial foi montado para ofertar aos convidados e trabalhadores o mínimo de tranquilidade para a montagem do palco e demais providências, e a realização de ambos os eventos deu-se em plena harmonia, não somente levando aos moradores locais uma sensação nítida de que não estão desamparados, mas também passando a alguns participantes e ouvintes a clara certeza de que vale a pena investir na propagação da paz, criando uma onda que vai contaminando os envolvidos e diminuindo em cada um os fatores emocionais que desencadeiam a violência (p. 105 – grifos do autor).

O Movimento Você e a Paz, apesar de ter sido apresentado neste departamento, como se pode constatar no organograma, faz parte do setor de eventos do departamento administrativo. No entanto, devido a sua característica peculiar, esta solenidade tanto pode configurar em um como no outro departamento. A partir do dia 19 de dezembro de 2000, de acordo com a Lei Municipal nº 5.819/2000, foi considerado o *Dia do Movimento: Você e a paz*, fazendo parte do calendário cívico da cidade de Salvador.

Departamento Administrativo: este departamento não se vincula a uma área específica, tendo em vista se tratar de um departamento de controle e orientação. Aqui, encontramos pessoas capacitadas para gerenciar todas as atividades da instituição e garantir o melhor funcionamento dos mais diversos departamentos. Ou seja, este departamento está ligado intrinsecamente a todos os outros. O responsável por este departamento é Sr. João Alberto Cerqueira de Araújo. Vejamos alguns dos setores:

- Setor de RH (Recursos Humanos): departamento onde é feita a seleção, o registro, a codificação, o arquivamento, o controle, a conservação e as transferências entre outras funções que envolvam os documentos dos colaboradores e dos voluntários da instituição. A responsável por este setor é Senhora Paula Almeida Pinto Dias;

- Setor de Contabilidade: ambiente onde são feitos os controles da evolução patrimonial, como calcular e registrar as operações de ordem comerciais e financeiras da instituição. Na contabilidade, podemos encontrar relatórios que tratam da situação mais atual da instituição. A responsável por este setor é a contadora Senhora Gisélia Soares de Freitas;

- Setor de Gestão de Convênio: aqui, encontramos um profissional capacitado a preparar, organizar e realizar tarefas que estejam envolvidas com as operações dos

convênios. Os responsáveis por este departamento são o Sr. João Neves da Rocha e o Sr. Cláudio Roberto de Amorim Andrade.

- Setor de visitas: recinto onde são recebidos os visitantes da instituição. Cada indivíduo assina uma lista já disponível, bem como recebe informações históricas e de natureza informativa sobre o trabalho da instituição. Logo após, o visitante é acompanhado por um voluntário que fará a condução do visitante nas áreas disponíveis para visitação. A responsável por este departamento é a Senhora Maria Anita Rosas Batista.

- Setor de Manutenção e Serviços Gerais, que, como apresentado anteriormente, integra a Marcenaria e Carpintaria, Conservação de Imóveis, Portaria e Vigilância, Paisagismo e Jardinagem. Como responsável por este setor, encontra-se o Sr. Carlos Alberto Jesus Miranda;

- Unidade de Nutrição e Alimentação, onde encontramos a Panificadora Jubileu. Neste setor, gostaríamos de enfatizar a Panificadora Jubileu, cujo responsável é o Sr. Edinilson Pereira da Silva. A panificadora Jubileu conta com um supervisor, um padeiro e dois ajudantes, produz quatro tipos de pães, sendo eles de sal, de leite, de milho, além do pão integral. Assim, são feitos por dia uma média de 4.000 (quatro mil) pães.

Por fim, gostaríamos de destacar que, segundo a Lei 10.097 de 2000, ou Lei do Menor Aprendiz, qualquer empresa de médio à grande porte, possuindo 50 (cinquenta) ou mais funcionários, deve contratar para compor o seu quadro de colaboradores, um percentual de 5% a 15% de jovens na condição de aprendizes. A idade destes menores vai a partir de 14. Neste sentido, a instituição tem parceria com a instituição Irmã Dulce (Obras Sociais), onde podemos encontrar jovens ligados aos mais diversos setores, sendo sempre monitorados por este departamento administrativo.

Departamento Editorial e Gráfico: Este departamento pode ser filiado à área social, pois como em entrevista explicou sua responsável, a destinação final de toda sua receita é social. Ou seja, o departamento existe com fins sociais. A responsável, portanto, desse departamento é a Senhora Des.^a Maria Piedade Bueno Teixeira. Destacamos, desse modo, os seguintes setores:

- Editora LEAL (Livraria Espírita Alvorada Editora) e Gráfica Alvora, que são os setores onde são feitas a editoração, a publicação, a divulgação, as vendas, a revisão e a impressão das obras literárias realizadas pelo fundador da instituição. Cabral (2017) apresenta curiosidades acerca das primeiras obras produzidas pela editora:

De acordo com pesquisas do acervo da Secretaria da Mansão do Caminho (CECR), a publicação inaugural desta editora ocorreu em 1966, com a primeira edição da obra *Legado kardequiano*, do benfeitor espiritual Marco Prisco, cuja produção editorial foi alcunhada de “Edição da Mansão do Caminho”. Somente em 1968 teremos registrado nos livros *Além da morte*, do Espírito Otilia Gonçalves, e *À luz do espiritismo*, do benfeitor espiritual Vianna de Carvalho, o nome oficial da Editora LEAL – Livraria Espírita Alvorada Editora (p. 120 – grifos do autor).

Ainda de acordo com Cabral (2017), os primeiros livros do Sr. Divaldo Franco foram publicados com a parceira da Editora Sabedoria, que, em 1964, publicou a primeira edição do livro “Messe de Amor”, cuja psicografia tem o intermédio da mentora do CECR, o espírito Joanna de Ângelis, o livro “Espírito e Vida”, em 1967, também de Joanna de Ângelis, e a primeira obra pelo espírito de Amélia Rodrigues, denominado “Primícias do Reino”, em 1967. Outra parceira foi o Grupo Editorial Spiritivis, que, no ano de 1965, lançou a segunda obra psicografada por Divaldo Franco, denominada “Filigranas de Luz”, pelo intermédio do espírito do poeta Rabindranath Tagore e, em 1965, o livro “Dimensões da Verdade”, por Joanna de Ângelis.

O médium e orador espírita Divaldo Pereira Franco, por sua vez, é um grande mensageiro do Mundo espiritual e sem ele a editora não teria suas 41733 páginas e 285 obras impressas com mais de 10 milhões de cópias completamente marcadas pela certeza de que o Espírito é imortal. A mediunidade com Jesus de Divaldo nos legou páginas inolvidáveis de estímulo, paciência, fé, amor e caridade; o seu legado literário é simplesmente fantástico e estarrecedor não só pelo volume, mas pela variedade de estilos e gêneros literários, temáticas e abordagens, sejam elas científicas, filosóficas, religiosas, cuja raiz é sempre proveniente do solo fértil da Doutrina Espírita. (p. 122)

Nos chama a atenção o número de obras públicas, bem como a diversidade de conteúdos abordados e os diversos gêneros literários presentes. Além disso, não poderíamos deixar passar despercebido o fato de que, em quase sua totalidade, as obras produzidas pela LEAL a autoria fica a cargo dos espíritos.

Neste sentido, já existem estudos que buscam analisar a autoria dessas obras, bem como traçar uma linha de compreensão a respeito da atuação do espiritismo na contemporaneidade. Apesar de o nosso trabalho não ter como objetivo esse tipo de enfoque, gostaríamos de destacar a pesquisa de doutorado realizada por Alexandre Caroli Rocha, intitulado *O caso Humberto de Campos: autoria literária e mediunidade*.

De acordo com Rocha (2008), foram publicados 12 livros, entre 1937 e 1969, que o médium Francisco Cândido Xavier atribui ao escritor Humberto de Campos e a Irmão X. Em vista disso, foi realizado um estudo sobre o funcionamento autoral desses

textos. No Capítulo III, por exemplo, ele inicia com dois questionamentos. Primeiro, “Como reconstruir a enunciação de um autor que já morreu?” E em sequência, “O que nós, leitores, esperaríamos de um literato que voltasse a escrever, detentor agora de uma experiência da morte, mas precisando dispor de um auxiliar mediúnico, de carne e osso, capaz de lhe captar os pensamentos?” (p. 123).

Rocha continua seus argumentos explicando que realmente os leitores teriam expectativas múltiplas e conflitantes, considerando o fato de que as divergências na comparação entre a obra de um determinado autor e uma obra a ele atribuída seriam muitas. Por outro lado, aclara:

[...] embora possa passar despercebida, uma teoria a respeito do *post-mortem*, que normalmente se relaciona a visões religiosas, sempre estará presente nas leituras de tais textos; portanto, de antemão, textos psicografados atribuídos a um escritor não são simplesmente equiparáveis a textos escritos por esse mesmo escritor antes de sua morte, a não ser que se pressuponha que um médium é semelhante a um lápis e que uma experiência da morte não é um dado significativo (Op., Cit. p. 123 – grifos do autor).

Após apresentar tais reflexões, destacamos que, em momento algum, temos o objetivo de questionar a veracidade da autoria das obras do Sr. Divaldo P. Franco ou dos outros médiuns que publicaram pela LEAL. No entanto, nos baseamos na ideia de que nossos preconceitos e crenças não podem interferir no objeto das ciências sociais, como explica Goldenberg (2009, p. 17): “a pesquisa é uma atividade neutra e objetiva, que busca descobrir regularidades ou leis, em que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa”.

Apresentaremos, por fim, o último setor que nos chama a atenção neste departamento, que é o do Círculo da Leitura Espírita. O setor acompanha o objetivo principal da LEAL, que é o da divulgação do Espiritismo. Desse modo, o Círculo da Leitura Espírita facilita a aquisição dos produtos da editora através dos denominados “Clubes” de assinantes quais sejam: livros, CDs, DVDs e a Revista “Presença Espírita”.

Para, enfim, adquirir esses produtos, é realizado uma assinatura anual cujo recebimento se dá de forma bimestral e chega ao endereço desejado. Por outro lado, existe o projeto de substituir alguns desses produtos impressos pelas mídias digitais, por *pen drive* como já ocorre nos *workshops* e congressos com o Sr. Divaldo P. Franco.

Como explicado anteriormente, apresentaremos no próximo tópico as entrevistas realizadas na instituição Mansão do Caminho.

2.2 As vozes da Mansão...

Este tópico se destina a dar voz ao fundador da instituição, aos funcionários, aos colaboradores voluntários e todos àqueles que, de forma direta, participam e se beneficiam do trabalho exercido pela instituição Mansão do Caminho. Buscamos entrevistar pelo menos um representante de cada departamento, procurando fugir ao fundamentalismo e ouvir desde os cargos ligados à diretoria até os colaboradores que, diariamente, exercem as funções mais práticas e menos administrativas.

Para a realização dessas entrevistas, foram criados 3 (três) modelos³³ com algumas perguntas semelhantes e outras distintas, devido à peculiaridade de cada entrevistado, podendo ser classificados como: 1. Trabalhadores voluntários; 2. Funcionários da instituição; e, 3. Funcionários do Estado (cedidos à instituição).

Diretoria Executiva: inicialmente, trazemos falas do fundador do Centro Espírita Caminho da Redenção e, por consequência, da Mansão do Caminho, obra assistencial. Como já destacamos anteriormente em uma rápida biografia do fundador, gostaríamos apenas usar o espaço para confessar a dificuldade que foi realizar a entrevista com o Sr. Divaldo P. Franco, não por má vontade ou por desatenção, mas pelo fato de o orador dificilmente encontrar-se disponível. Durante a maior parte dos dias de um mês, o Sr. Divaldo P. Franco está viajando no país ou no exterior e, quando volta de suas viagens, passa poucos dias na Mansão do Caminho, onde também reside. O Sr. Divaldo completou agora, no mês de maio de 2017, noventa anos de idade, naturalmente chega muito cansado devido à idade avançada.

Contudo, após esperar alguns dias, conseguimos rápida entrevista, porém, bastante proveitosa. Fomos gentilmente recebidos pelo fundador, que, em outra oportunidade de encontro, já havia autorizado a realização desta pesquisa. Destacamos as seguintes perguntas: “Comente o trabalho que o Sr. desempenha na instituição”.

Na atualidade o meu papel é de supervisão, eu sou o primeiro vice-presidente, a obra está nas mãos de um trabalhador incansável, dedicado e então o meu trabalho é atender quaisquer situações, orientar como conselheiro, mas, sobretudo divulgar a doutrina através da mediunidade, seja pela psicografia, mediante os livros, seja através de conferências, seminários etc. (FRANCO, Divaldo Pereira. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

³³ Os questionários estão disponíveis no apêndice deste trabalho.

Na sequência, perguntamos, “Como o Senhor concebe a Mansão do Caminho?”, ao que foi respondido da seguinte forma:

Como uma organização que deve servir de pioneira para a nova era, porque começamos com um orfanato tradicional e à medida que houve a evolução psicológica e pedagógica transformamos em uma comunidade em que as crianças iam para lares família. Mas no fim do século passado a questão dos lares família não deram os resultados esperados, nós então abrimos uma comunidade que atende a todos. As crianças chegam às sete da manhã, saem as dezessete, fazem as refeições conosco e voltam para o lar para manter o contacto social. (FRANCO, Divaldo Pereira. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

A fala do Sr. Divaldo P. Franco deixa claro que o principal foco da instituição é o da educação das crianças da comunidade de Pau da Lima, de modo que é oferecido aos usuários um serviço de horário integral, que vai das sete às dezessete horas. Por outro lado, observa-se que a instituição, no passar dos anos, foi evoluindo, ao ponto de mudar a forma como conduzia essa filosofia educacional, ou seja, a ideia dos lares-família, como chama o fundador, deu lugar a uma escola ampla e de forma integral.

Este foco na criança fica mais claro na pergunta seguinte, quando interpelamos: “O que o Senhor entende por desenvolvimento? O Senhor acredita que a instituição promove/promoveu desenvolvimento da região? De que forma?”.

O nosso propósito é promover o indivíduo a cidadão, arrancá-lo desse marasmo e da situação deplorável em que se encontra. Realizou um grande desenvolvimento, porque nós atendemos mais de cento e trinta mil pessoas, mais de trinta mil crianças passaram pelas nossas redes escolares e hoje são cidadãos, dessa forma ele amparou no passado, desenvolveu uma nova mentalidade a da solidariedade que não era muito comum em nossa cidade e continua promovendo dentro dos moldes modernos da ciência, da tecnologia e do evangelho. (FRANCO, Divaldo Pereira. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

É importante destacar a colocação do Sr. Divaldo P. Franco, quando afirma o fato de a instituição haver desenvolvido uma nova mentalidade, que seria o da solidariedade. Ora, a comunidade do bairro de Pau da Lima, como apresentado no tópico anterior, vivenciou, desde a sua fundação, inúmeros problemas quanto à infraestrutura, a segurança, a saúde e ao crescimento desordenado, fatores que por si só já ocupariam boa parte das inquietações e do tempo dos moradores. Deste modo, fica difícil conceber a ideia de que uma mentalidade voltada à solidariedade fizesse parte das reflexões feitas pela comunidade.

Atual presidente da Mansão do Caminho, desde o ano de 2013, o Sr. Demétrio Ataíde Lisboa, natural de Aracaju, Sergipe, é casado, químico e engenheiro de segurança, aposentado e espírita. Durante a entrevista, perguntamos: o que lhe motivou a trabalhar na Mansão do Caminho?

Em verdade foi a minha mãe, quando eu estava com dez, doze anos por aí, que eu vim de Aracajú para Salvador fazer exame de admissão de colégio militar, em Salvador no exército. Fiz o exame de admissão e eventualmente ela aqui aparecia e umas duas ou três vezes, se não me falhe a memória, eu fui visitar a Mansão, ela me levou para visitar a Mansão do Caminho, lá no bairro da Calçada. Bom, passou... Daqui fui para São Paulo, eu fiz a escola preparatória, depois voltei para Aracajú, fiz faculdade, vim para cá, trabalhei e me aposentei. Me aposentei cedo, por tempo de serviço e aí eu pensei: o que eu vou fazer de minha vida? Foi então que me veio o insight, porque ela me falava do Divaldo, da Mansão do Caminho e resolvi vir para aqui, trabalhar como voluntário, porque foi uma meta que eu acredito que já tenha sido projetada muito tempo atrás. (LISBOA, Demétrio Ataíde. Salvador, 17 Out., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

Podemos perceber, na fala do depoente, que não só a questão familiar foi importante para a escolha em trabalhar na Mansão do Caminho, como também o fato de ter se aposentado cedo, como relata: "... o que eu vou fazer de minha vida?". Tal questionamento nos faz refletir não só quanto ao perfil do voluntariado espírita, mas também na questão do sentido de vida de algumas pessoas que se acostumam ao trabalho e veem na aposentaria não uma oportunidade de descansar, mas uma falta do que fazer. Ora, fica claro, na fala, que existia uma preocupação com a chegada da aposentadoria e não um alívio.

Departamento de Assistência Social: O responsável Dr. Edilton Costa Silva, nascido em doze de novembro de 1950, em Salvador, médico, solteiro e espírita, participa como voluntário na instituição Mansão do Caminho desde o mês de junho de 1976. O médico nos recebeu no edifício onde funciona o Centro Espírita "Caminho da Redenção" de forma muito gentil, sempre nos deixando a vontade para a realização da entrevista. Desse modo, nos esclarece a respeito das áreas em que atua:

Eu trabalho na área doutrinária com evangelização da juventude, na área social coordenando o grupo de ação comunitária Lygia Banhos e na área médica em que eu atendo como voluntário, dois turnos na semana, terça de tarde e sexta de tarde, e tenho uma função de diretor do Centro de Saúde daqui da Mansão do Caminho. Basicamente são as áreas onde eu tenho mais atuação aqui na Mansão do Caminho (SILVA, Edilton Costa. Salvador, 15 Mai., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

A fim de entender a visão que o médico tem a despeito da instituição, fizemos o seguinte questionamento: “Como o Senhor concebe a Mansão do Caminho?”.

Eu concebo a Mansão do Caminho, como uma instituição que aborda três aspectos úteis para a educação e para o desenvolvimento do ser humano. Então tem: o aspecto de saúde, aqui é como se fosse um hospital de corpo e de alma, o aspecto de educação que aqui também é uma escola e o aspecto espiritual, porque aqui é um templo, é um lugar em que as pessoas cultivam a sua espiritualidade. Basicamente, a Mansão do Caminho atende o ser humano nesses três aspectos e se encarrega já a muitos anos de promover o ser humano no seu aspecto de saúde, educação, espiritualidade. (SILVA, Edilton Costa Silva. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Na fala do Dr. Edilton C. Silva, podemos observar o destaque para três aspectos, sendo eles a saúde, a educação e o espiritual. Acreditamos que, ao citar esses três aspectos, o depoente não desconsidera o social, até mesmo pelo fato de ser responsável pelo setor, mas apresenta qual principal foco da instituição para o desenvolvimento do ser humano. Entendemos, com isso, que o departamento social surge como complemento aos aspectos citados. Tal afirmação fica evidente ao observarmos a trajetória da própria instituição, bem como através dos diversos relatos no campo da pesquisa.

Departamento Educacional: Como principais vozes desse departamento, apresentamos a responsável pelo departamento e a diretora da Escola Jesus Cristo. Iniciamos, assim, com a Senhora Clese Meire Mesquita Cerqueira, responsável pelo departamento educacional, nascida no dia 29 de janeiro de 1938, na cidade de Salvador.

Destacamos um rápido resumo biográfico realizado pela depoente, além do relato de como conheceu o fundador e começou o seu trabalho na instituição.

Eu sou professora, minha religião é espírita desde criança, porque meu pai... eu nasci aqui em Salvador, mas meus pais foram morar em Aracaju, depois do meu nascimento, então eu fiquei até algum tempo em Aracaju, meu pai foi presidente da Federação Espírita Sergipana, minha mãe era uma mulher também conhecida, espírita, e nós fomos educados, eu e toda minha família, minhas irmãs, na religião espírita. Conhecemos Divaldo em Aracaju, quando ele foi lá pela primeira vez, meu pai já era presidente da Federação, depois presidente da União Espírita e nós ainda mais novos, conhecemos Divaldo Franco e nos tornamos amigos, eu morando lá vinha aqui de vez em quando e tinha uma irmã que já trabalhava na Petrobrás aqui, já fazia algum serviço voluntário aqui, até o dia em que eu vim morar aqui também. Eu me mudei com meu marido, já casada com quatro filhos, uma bebê e três filhos pequenos e eu comecei a fazer um trabalho aqui. A princípio era um orfanato, eu tomava conta do almoxarifado, o almoxarifado da instituição, eram casas que as crianças iam com as tias, trocavam roupas, cinco shorts bem velhos

por cinco shorts mais novos, era mesmo que uma loja, não é, tinham várias crianças, cada tia era responsável por uma casa e aí trocava. E eu, depois desse trabalho, contava estórias a alguns meninos e tal, até que eu comecei a trabalhar completamente na educação. Divaldo inaugurou a creche A Manjedoura, e, eu já estava aqui colaborando em outras coisas, eu já era professora, educadora em Salvador e vim para aqui como coordenadora pedagógica da creche e hoje sou coordenadora geral da educação (CERQUEIRA, Clese Meire Mesquita. Salvador, 21 Set., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Sem realizar grandes esforços, podemos identificar a presença clara do vínculo ao vermos, na fala da Sr.^a. Clese Meire M. Cerqueira, a expressão “... conhecemos Divaldo Franco e nos tornamos amigos”. Como explicamos na primeira parte deste estudo, o vínculo contribui para a permanência do elo entre as pessoas e quando estabelecido em organizações é fundamental para a eclosão da solidariedade.

Ademais, o depoimento favorece o entendimento de que é a educação infantil, desde os seus primeiros anos, um dos principais focos da instituição. Assim, seguimos para a entrevista da Senhora Rosangela Santos Cardoso, diretora da Escola Jesus Cristo, natural de Feira de Santana, nascida em 24 de dezembro de 1959, possui 57 (cinquenta e sete) anos, casada, tem dois filhos, professora, realizou o curso de magistério na cidade de Feira de Santana.

Para a diretora da escola Jesus Cristo foi perguntado: Como a Senhora concebe a Mansão do Caminho?

A Mansão do Caminho eu concebo como um presente de Deus para esta comunidade. Porque aqui a comunidade de Pau da Lima e adjacências é acolhida, ela é respeitada, ela é encaminhada, porque aqui a criança chega no ventre da mãe hoje, aí vai para a casa de parto, primeiro faz o pré-natal, depois vai para a casa de parto, depois vai para a creche, vai pro jardim, vai para a Alvorada e em seguida vem para aqui, para a escola Jesus Cristo, porque um dos maiores propósitos de Divaldo e da Mansão do Caminho chama-se educação. A bem pouco tempo eu estava conversando com a presidência e dizendo assim: eu agradeço a Deus, a visão e o entendimento que vocês têm hoje de que o principal fator da Mansão do Caminho existir chama-se educação. Divaldo quer educar o homem, educar a criança para não ser preciso punir o homem. Não é! Eduque a criança e você evita marginalidade, porque eis a razão de hoje nós termos ligado à escola o Centro Socioassistencial Ana Franco, que acolhe os nossos alunos no contraturno, porque Divaldo não espera o que o Governo tem a obrigação de fazer, ele faz o que os governos deveriam fazer. O que esta dentro da possibilidade! Infelizmente, ele não pode atender a toda a população de Salvador, nem mesmo a do nosso bairro, que é imenso o Pau da Lima, mas eu digo que a grande maioria desta comunidade só tem a agradecer a existência da Mansão do Caminho em Pau da Lima, que já está a sessenta e cinco anos, de agora quinze de agosto, a Mansão do Caminho completou sessenta e cinco anos (CARDOSO, Rosangela Santos. Salvador, 20 Set, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Consideramos dois pontos importantes na fala da diretora: o primeiro quando ela diz “Divaldo quer educar o homem, educar a criança para não ser preciso punir o homem”. Esta colocação nos chama a atenção por, mais uma vez, demonstrar a importância que se dá para a educação infantil na visão do maior representante da instituição. Por outro lado, reforça a observação feita no tópico anterior, quando retratamos nas figuras dos fundadores a presença do perfil do *homo educandus*. Como segundo ponto importante, temos a seguinte colocação: “... Divaldo não espera o que o Governo tem a obrigação de fazer, ele faz o que os governos deveriam fazer”. A Senhora Rosângela S. Cardoso apresenta nas suas considerações não apenas uma valorização aos esforços do fundador, como uma crítica a atuação do Estado, de modo que fica claro, para nós, que as atuações cidadãs de forma organizada aproveitam-se das lacunas deixadas pelo Estado para poder atuar.

Para melhor entendimento das atividades realizadas nesse setor, inquiremos: “Em média quantas pessoas se reportam ou são comandadas pela Senhora?”.

Olhe, são 1.200 (mil e duzentos) alunos, 600 (seiscentos) por turno, são 45 (quarenta e cinco) professores, sendo que 33 (trinta e três) do fundamental 2 (dois) e 12 (doze) do fundamental 1 (um), certo? Aí eu tenho mais 19 (dezenove) funcionários, que são 5 (cinco) funcionários administrativos, 4 (quatro) merendeiras, 2 (duas) cozinheiras, 4 (quatro) auxiliares de disciplina e 4 (quatro) apoio para limpeza, certo? Nós temos aqui na escola, são 21 (vinte e uma) salas de aula, mais 2 (duas) salas de projeto, mais os ambientes como este aqui que nós estamos agora que é o laboratório de informática, aí nós temos mais a biblioteca, a sala da direção que é junto com a vice direção, a secretaria, a sala da coordenação, uma sala de professores agregado a uma cozinha porque a maioria dos nossos professores trabalham o dia todo, então eles trazem a comida deles e tem uma sala equipada com geladeira, com micro-ondas, com fogão e tem uma salinha, uma antessala com uma mesa grande, que é a sala de estar onde eles sentam para equilibrar as escritas, algumas que eles precisam fazer de emergência na escola (CARDOSO, Rosângela Santos. Salvador, 20 Set, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Destacamos agora a atividade de sindicância realizada por este departamento, que, como explicamos no tópico anterior, trata-se de uma triagem e uma apuração das informações fornecidas pelos usuários, para tanto, existe um questionário que é preenchido pelo responsável ao adentrar cada casa. O responsável por este serviço é o Sr. Edinilson Pereira da Silva, separado, espírita, auxiliar administrativo e responsável pela padaria instalada nas dependências da própria instituição, portanto, funcionário da Mansão do Caminho, também exercendo trabalho voluntário na entidade. Nascido em 27 de Junho de 1971, na cidade de Salvador, estado da Bahia, é um dos filhos adotados pelos fundadores da Mansão do Caminho e mais conhecido como “Nizinho”.

Para melhor compreender a atividade de sindicância, perguntamos: “Você poderia, em algumas palavras, fazer algum comentário a mais a respeito do seu trabalho, como voluntário, ou dos outros trabalhos da Mansão?”. Sua resposta foi a seguinte:

Posso sim, há uns cinco anos atrás Divaldo Pereira Franco, o criador (da instituição), junto com Nilson de Souza Pereira e Clese Mesquita, que é a diretora da escola Alvorada Nova, Jardim Esperança e da creche A Manjedoura, solicitou-me a presença em um trabalho muito importante. Antes, nós não tínhamos uma triagem da nossa clientela da creche, entravam pessoas que não precisavam manter os seus filhos aqui, pessoas que tinham uma renda muito boa, e nós notávamos que no bairro de Pau da Lima, periférico, havia muita pobreza e muita gente que não tinha oportunidade de vir, ficariam fora da creche, então, convenciamos fazer uma sindicância. Hoje eu sou responsável por essa sindicância, recolho, reúno alguns jovens da juventude espírita de Nina Arueira, da Mansão do Caminho, para que possamos fazer essa sindicância. Como é caracterizada essa sindicância? As mães vêm, se inscrevem, fazem um cadastro, e nós vamos até as suas casas para visitarmos e comprovarmos a real necessidade dessa criança... [...] São casas, se é que podemos chamar de casas, são barracos, muitos horríveis, feito de retalhos de madeira, não é madeira polida, madeira bem feita, de pinho, são retalhos de madeira colhida no chão, são barracos feitos de sacos de lixos, muitas vezes perto de córregos. Vamos, verificamos essa real necessidade e trazemos um relatório para dona Clese, ela verifica o relatório e com isso o menino é admitido na nossa creche. Muitas vezes nós percebemos que muito da nossa clientela, a última refeição é às cinco horas da tarde quando encerra o expediente, e na sexta-feira é emocionante perceber e constrangedor que a última refeição de muitos deles é o daquela da sexta-feira às cinco horas da tarde, só vão ter uma refeição respeitável, digna de um ser humano, na segunda-feira quando eles vêm para creche (SILVA, Edinilson Pereira da. Salvador, 12 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

A fala do Sr. Edinilson, ao descrever as casas dos moradores do bairro Pau da Lima, deixa evidente a situação precária na qual as comunidades se encontram. Como explicamos anteriormente, acompanhamos a realização da atividade e, observando a condição de subdesenvolvimento do bairro durante as visitas feitas em companhia do Sr. Edinilson, imediatamente lembramo-nos do economista Furtado (1981, p. 13), quando discorre:

O Nordeste não é um simples problema regional e tampouco um problema nacional entre outros, cuja abordagem pudesse ser deixada para amanhã, como se a solução dos demais pudesse avançar enquanto a desse espera. O Nordeste é, na verdade, a face do Brasil em que transparece com brutal nitidez o sofrimento de seu povo.

Em contrapartida, pudemos observar, durante as semanas que passamos pesquisando na instituição Mansão do Caminho, o empenho dos trabalhadores, dos

diretores e dos voluntários no intuito de minimizar diariamente todas as demandas que surgem da comunidade, seja na área da saúde, da educação ou mesmo na área social.

Não podemos, de nossa parte, sustentar que o trabalho da instituição estudada vem sendo realizado com a aprovação da comunidade em que se encontra. Contudo, a historiadora Ana Cláudia Landi (2015) nos informa, no livro biográfico do Sr. Divaldo P. Franco, que “em várias oportunidades, os líderes do tráfico local avisaram aos dirigentes da Mansão de que nunca permitiriam qualquer dano ou ataque à instituição ou a seus colaboradores. Afinal, são seus filhos e esposas que a frequentam” (p. 207).

Ora, se os próprios traficantes da região enxergam na instituição um lugar que deve ser preservado, não é difícil imaginar que exista algum reconhecimento por parte da comunidade em relação à Mansão do Caminho. Mais a frente, apresentaremos uma entrevista de um morador da comunidade que pode, nesse sentido, nos ajudar.

Departamento de Saúde: O Dr. Edilton C. Silva é o responsável por este departamento, contudo, destacamos três as vozes de três outros atores da área da saúde.

Primeiramente, apresentamos a fala da Dra. Marilena Pereira Nunes de Souza, médica obstetra, divorciada, atualmente em união estável, religião espírita. Segundo ela: “não sou praticante da religião espírita, mas sou de crença, não frequento o Centro, mas minha crença é espírita”. Ela nasceu em Iguai, estado da Bahia. A Dra. Marilena é funcionária do Estado da Bahia cedida à Mansão do Caminho, laborando diretamente com os partos no CPN.

A médica obstetra nos confessou que trabalhar na instituição, em especial no CPN, é uma realização pessoal, tendo em vista adotar a filosofia do parto humanizado, pois, apesar de tentar implantar em outras instituições, foi na Mansão do Caminho que pode aliar seu ideal ao trabalho. Gostaríamos de destacar o questionamento, que trata justamente da relação que ela tem dentro da entidade: “Percebe algum trato diferente pelo fato de não ser um funcionário formal da instituição?”.

Olhe, no dia a dia do meu trabalho não percebo diferença nenhuma. Umhas diferenças mínimas no final do ano, que a gente não recebe a cesta de natal, [...] mas assim, não faz diferença nenhuma, o meu (dia), eu chego aqui, trabalho igual a qualquer um outro funcionário da Mansão. Algumas vezes tem algumas questões burocráticas, que (é) a minha forma de lidar com as questões burocráticas da Mansão do Caminho. Eu não tenho as mesmas exigências que os funcionários da Mansão, que são funcionários da Mansão do Caminho, não me é cobrada a mesma exigência, mas eu tenho um trabalho igual a todos os outros funcionários, os outros médicos obstetras que trabalham aqui, quando eu venho pra cá eu trabalho da mesma forma e não

sinto diferença no trato dos funcionários da Mansão do Caminho pra comigo pelo fato de eu não ser (funcionária). Eu acho até que as pessoas... muita gente nem sabe que eu sou do Estado e estou aqui, entendeu, então não percebo grandes diferenças, diferenças muito sutis (SOUZA, Marilena Pereira Nunes de. Salvador, 11 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Como podemos ver, de acordo com a Dra. Marilena P. N. de Souza, não existe nenhum trato diferente que se deva ser levado em conta para com ela em relação aos demais funcionários da instituição, mesmo ela estando cedida pelo Estado, como afirma: “Eu acho até que as pessoas... muita gente nem sabe que eu sou do Estado” e ainda completa “... então não percebo grandes diferenças, diferenças muito sutis”.

Outra entrevista, ainda da área de saúde, é a da Senhora Maria Suzana Gomes Montenegro, enfermeira obstetra, com especialização em obstetrícia, casada, espírita, nascida na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, em 2 de Maio de 1957. Funcionária da SESAB (Secretária Estadual da Saúde da Bahia), ela trabalha na Mansão do Caminho através de um convênio de cooperação técnica. Fizemos-lhe a seguinte pergunta: “O que a Senhora entende por desenvolvimento?”. Sua resposta foi a seguinte:

Bom, isso é uma pergunta muito ampla, mas aqui dentro do meu (trabalho), tentando ser mais restrito, e dentro da minha ação diária, eu entendo desenvolvimento como uma busca contínua para implantação e manutenção dessa assistência diferenciada, empoderamento das mulheres, informação as famílias, melhoria da qualidade de vida no cuidado de receber um bebê no mundo, pra mim isso é um desenvolvimento. E para Mansão do Caminho eu vejo como um projeto onde eles primam pelo desenvolvimento de uma comunidade necessitada, então eles têm curso de: profissionalizante pra os jovens adolescentes da comunidade; eles têm: escolas; eles têm: o apoio de creche, o apoio das cestas básicas, então eles promovem o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade (MONTENEGRO, Maria Suzana Gomes. Salvador, 11 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Realmente, o tema desenvolvimento é muito amplo e pode ser visto de formas bem diferentes a depender do referencial que se tenha. Nos chama a atenção o uso de termos como: “empoderamento das mulheres”, “qualidade de vida” e “desenvolvimento socioeconômico”. Tais termos usados nos levam a crer que a visão que a instituição possui ultrapassa uma simples disposição em promover a assistência, ou melhor, a assistência social, pois simbolicamente são difundidos princípios que ampliam a perspectiva ao menos dos colaboradores.

Assim como foi perguntado à depoente anterior, perguntamos a Senhora Maria Suzana Montenegro: “Percebe algum trato diferente, pelo fato de não ser um funcionário formal da instituição?”.

Sim, isso é uma questão da própria instituição, não é? Então assim, apesar de eu ser uma coordenadora, de atuar na direção, de ter todo apoio e respaldo, existem algumas questões administrativas que são dificultadas pelo fato do meu vínculo não ser, meu vínculo empregatício não ser, é, Centro Espírita Caminho da Redenção. Então, existe sim uma diferença de tratamento pelo fato de eu não ser funcionária da instituição e, muitas vezes, acaba criando algumas dificuldades para o dia a dia do meu trabalho, mas a gente vai contornando e administrando da maneira que seja necessário, sempre com o foco de que o principal é que o serviço flua com destreza, com rapidez, com segurança e com acolhimento. (MONTENEGRO, Maria Suzana Gomes. Salvador, 11 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Observamos que a opinião da coordenadora de enfermagem difere da opinião da médica obstetra, mesmo sendo ambas funcionárias do Estado e trabalhando no mesmo setor. No entanto, segundo o relato, mesmo existindo certa diferenciação, o trabalho consegue fluir, pois o foco concentra-se na destreza, na rapidez, na segurança e na presença de acolhimento. Diga-se de passagem, o acolhimento é, para os profissionais do CPN, o fator primordial, de forma que as mães que buscarem a instituição se sintam a vontade para poder parir.

Por fim, destacamos falas do Sr. Luiz Rogério Andrade de Santana, nascido em 21 de dezembro de 1982, na cidade de Salvador, tem 33 anos, é casado, possui uma filha, mora no bairro da Ribeira, é formado em administração financeira, possui especialização em instrumentação cirúrgica e, na época da entrevista, estava concluindo especialização em administração hospitalar. Atualmente, é o supervisor administrativo da área de saúde.

Inicialmente, perguntamos: “O que o Sr. pensa a respeito do que faz?”

Quando eu cheguei aqui a primeira coisa que eu vi no RH é uma frase engraçada para fazer você refletir: trabalhar na Mansão do Caminho, não é um simples emprego, um simples trabalho e sim abraçar uma causa, então quando eu faço, sempre penso que eu estou fazendo não só pra mim também, não é, espiritualmente, pessoalmente, mas também para o outro. Então eu recebo esses elogios, não só por causa de mim, mas de todos os envolvidos nessa causa, dizendo que o trabalho é importante, como gostam do trabalho pela qualidade e isso me motiva cada vez mais. Eu vi nas redes sociais, pessoas que não tem nada a ver com a Mansão do Caminho, pessoas que não são espíritas, dizendo, relatando da Mansão do Caminho, da área de saúde. Então pra mim, isso é muito bom nesse sentido, pessoalmente, gosto muito do que faço por causa disso. (SANTANA, Luiz Rogério Andrade de. Salvador, 22 Set, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

A frase que o Sr. Luiz Rogério A. Santana se referia é a seguinte: “Trabalhar na MANSÃO DO CAMINHO é muito mais do que um emprego, é abraçar uma causa”. Tanto nos chama a atenção a frase como o fato de os colaboradores adotarem os interesses ou as filosofias propostos pela Mansão do Caminho. Voltaremos adiante a explorar esse ponto.

De mais a mais, observamos que o supervisor administrativo sente-se a vontade e gosta do que faz. Em outras palavras, o Sr. Luiz Rogério A. Santana nos revelou que o financeiro não é o mais importante na sua escolha por trabalhar na instituição, mas que a qualidade de vida é sua principal razão de querer continuar trabalhando na Mansão do Caminho.

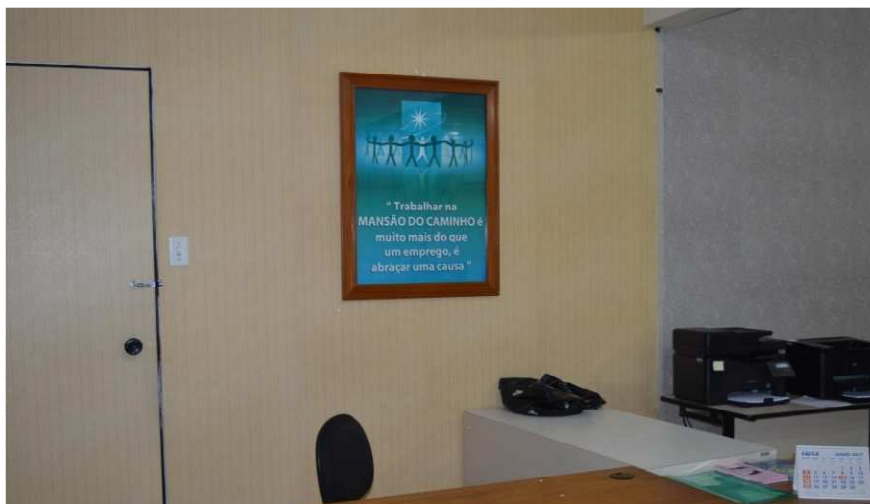


Figura 11: Quadro – Abraçar uma Causa
Fonte: Própria, 2017.

Encerramos as falas desse departamento com mais uma pergunta ao Sr. Luiz Rogério A. Santana: “Como o Sr. compreende a participação do Estado na instituição e qual a sua relação com esses outros trabalhadores?”

A participação do Estado é muito importante, por quê? É da obrigação dele promover o bem estar social, não é! Então a Mansão do Caminho entra com a parte da qualidade do serviço, a Participação Público-Privadas vem desenvolvendo isso, vem trazendo isso e notando que cada vez mais isso é possível. Então, o governo dá subsídios para nos mantermos nessa qualidade e a gente faz o trabalho para a sociedade. Então para mim o governo tem um papel fundamental, fazer com que isso dê certo, não interrompendo esse tipo de trabalho, esse tipo de financiamento, esse tipo de subsídio para essas instituições filantrópicas principalmente, para poder sempre prestar um bom serviço para a sociedade. De modo diverso, a gente tem um trabalho de interatividade, cada um tem o seu papel fundamental na instituição e quando se juntam todos é para um só objetivo, não é, seguir a obra do Divaldo Franco, que é: toda pessoa que chega aqui, batendo a nossa porta, a gente atender com

qualidade para sair satisfeito. Então a gente faz isso, todo mundo tem um papel, cada um tem um papel fundamental. (SANTANA, Luiz Rogério Andrade de. Salvador, 22 Set, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Percebemos, com o diálogo realizado, que a visão da participação do Estado e a sua importância variam de setor para setor e que se para alguns o Estado deixa a desejar, para outros o Estado tem uma participação fundamental para a manutenção da atividade. O supervisor nos explica que o Estado contribui com os recursos e a instituição entra com a prestação do serviço primando pela qualidade. Neste sentido, nos foi informado que são 7 (sete) os convênios que a instituição possui: 1. Cooperação técnica com a prefeitura municipal de Salvador; 2. Cooperação técnica com a SESAB; 3. Contratualização, que dá o subsídio para o funcionamento na área; 4. Materiais Permanentes; 5. Materiais de Consumo; 6. Ciafarma, distribuição de medicamentos; e, 7. Rouparia.

O Sr. Luiz Rogério A. Santana ainda nos apresenta os seguintes dados com relação aos colaboradores do Centro de Parto Normal, são: 76 (setenta e seis) voluntários; 62 (sessenta e dois) funcionários, com destaque para 13 (treze) cedidos pelo Estado, 6 (seis) cedidos pelo município de Salvador, 3 (três) funcionários no Laboratório, 1 (um) funcionário no Grupo de Estudos e 1 (um) funcionário na Psicologia.

Departamento de Infância e Juventude: neste departamento, destacamos a fala do Sr. Antônio Kleber da Rocha, seu responsável. Segundo o depoente, ele é casado, tem dois filhos, tem formação na área de comunicação, atualmente é professor na área de ciências e biologia, participa, já há alguns anos, da instituição, estando desde os vinte e um anos na Juventude Espírita Nina Arueira, onde se tornou, segundo o mesmo, coordenador geral, sempre enfatizando que está junto com os demais colaboradores e outros coordenadores da parte pedagógica, trabalhando, assim, meio que num colegiado.

Na sequência, ao ser perguntado acerca do local de nascimento, revela o seguinte: “Eu sou na realidade natural de Itabuna, interior da Bahia, viemos para cá para servir as forças armadas, passamos três anos na aeronáutica, depois nos desligamos e viemos participar da instituição” (ROCHA, Antônio Kleber da. Salvador, 08 Out, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Dentre as diversas perguntas realizadas na entrevista destacamos a seguinte: “Comente, a partir do trabalho que o Senhor desempenha na Mansão do Caminho, a relação entre dar, receber e retribuir”.

Eu diria que se a gente fosse dar uma porcentagem a isso, eu diria que o receber é noventa por cento, o dar o doar por volta de dez por cento, não é. Porque noventa por cento? Noventa por cento, porque nesses anos que temos aqui mourejado são noventa por cento de benefícios. A nossa alegria, a nossa forma de lidar com a vida cotidiana, os desafios dela, a nossa vida profissional, a nossa vida familiar, esses aspectos mostram para nós de forma indelével que foi fundamental ter feito a escolha certa por Jesus. Esta instituição, os... aqueles que estão encarnados, ainda na figura de Divaldo, hoje sem a presença do nosso querido Tio Nilson, tem sempre sido o estímulo do irmão mais velho, aquele que puxa a fila em direção a Jesus. Então, esses noventa por cento é de benefício pleno em nossas vidas, aquilo que damos, o tempo que dispensamos aqui não tem significado ao valor imenso de gratidão que temos do que temos recebido até o exato momento. (ROCHA, Antônio Kleber da. Salvador, 08 Out, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Chamou-nos a atenção, em especial, o fato de o depoente quantificar a relação entre o dar, receber e retribuir, de forma que a relação fica bastante desequilibrada. Ora, segundo o Sr. Antônio Kleber da Rocha, receber seria noventa por cento desta relação, demonstrando que o peso do receber supera em muito o do dar e do retribuir. Para mais, acreditamos que, para o itabunense, o fator religioso e o sentimento de gratidão parecem ser os elos mais importantes que o ligam à instituição.

Departamento Doutrinário: para este departamento, que tem como responsável o Sr. Demétrio Ataíde Lisboa, fizemos o seguinte questionamento: “O que o Senhor entende por desenvolvimento?”.

O desenvolvimento tem várias vertentes, desenvolvimento econômico, educacional, político e entendo como aquilo que começa de um valor pouco, você dimensiona ele com um valor pouco e vai crescendo, vai crescendo, porque desenvolvimento é elevação, é crescimento, é tudo aquilo que a gente faz objetivando um ponto final, mas que seja um desenvolvimento com crescimento, sem o crescimento individual, pessoal, espiritual, não é desenvolvimento. (LISBOA, Demétrio Ataíde. Salvador, 17 Out., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

A fala do presidente e responsável pelo departamento doutrinário, ao considerar o crescimento espiritual como sendo um fator para o desenvolvimento, abre um precedente para debatermos acerca dessa possibilidade. Se fizermos uma análise tomando por base a lógica economicista, dificilmente encontraremos espaços para

avançar nos diálogos, neste sentido encontramos na sua contracorrente campo propício para discussões.

Marcel Mauss, em seus estudos sobre o espírito da coisa dada na religião maori, principia essas discussões a despeito do fator espiritual quando nos apresenta o conceito do *hau*³⁴, que se trata de um poder espiritual. Ora, seguindo a lógica de que o *hau* gera um circuito de trocas com o transcendente em que as relações vão se multiplicando, não é um exagero supor que o crescimento espiritual, como fala o Sr. Demétrio A. Lisboa, também proporcione avanços na medida que se multiplica. No entanto, não podemos, com isso, assegurar que o fator espiritual seja um fundamento para o desenvolvimento, mas podemos questionar. Neste ínterim, as religiões vão buscando espaços para ampliar essa visão, como apresenta Caillé (2006):

Independentemente do cristianismo, parece claro que uma das tarefas essenciais de todas as grandes religiões universais foi de proceder a uma espiritualização crescente do amor e do dom, e para atingir este fim, perseguir tudo aquilo que fosse da ordem do narcisismo, do particularismo, do orgulho ou do cálculo. (pp. 48-49)

Departamento Administrativo: este departamento fica a cargo da responsabilidade do Sr. João Alberto Cerqueira de Araújo, natural de Serrinha, interior baiano, nascido no dia 1º de maio de 1956, aposentado, trabalhou na Petrobrás e em outras empresas do estado da Bahia, exercendo sempre funções de nível técnico, é filho do Sr. Donato Simões de Araújo e da Senhora Lísia Cerqueira de Araújo, escolhemos dentre as perguntas, a seguinte: “Comente, a partir do trabalho que o Senhor desempenha na Mansão do Caminho, a relação entre dar, receber e retribuir”.

Baseado no que a própria doutrina nos ensina e a Mansão do Caminho não pode se apartar disso, muito pelo contrário é a bandeira. A gente aprende que na contabilidade divina o mais importante é o dar ou mais ainda o doar, não é, porque dar a gente deturpa e pensa que é dar coisas e não dar-se. Tem um filósofo, radicado nos Estados Unidos, ele é indiano que é Deepak Chopra, vários livros dele, ele escreve algo sobre isso, não lembro agora se é *As sete leis espirituais do sucesso*, mas ele fala um pouco sobre essa questão. Ele diz que na dinâmica da vida, da natureza, daquilo que a gente chama da providência, é... o receber é um aspecto negativo, que o positivo, que o que esta sincronizado com a proposta divina, das suas leis do universo é o dar e não o receber. Dentro daquilo que coloca a doutrina espírita para nós outros, usando por associação, fazendo uma associação com a contabilidade, na contabilidade humana é diferente da divina, haver do ter, onde você entra com as colunas, vai colocando seus créditos, seus débitos lá... o que é crédito

³⁴ Para mais informações ler: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, pp. 197-200.

o que é débito do ter, haver. Aquilo que a gente acha... o dinheiro que sai é dever, é o débito, se deve é o contrário para a contabilidade divina, na hora que você disponibiliza algo, seja dinheiro, seja você próprio, na realidade é crédito, não é, a gente aprende isso e a doutrina coloca claro e a gente aqui na instituição, sempre seguindo os passos daqueles pioneiros, Divaldo e tio Nilson. Mas importante não é também só dar para qualquer um, toma aqui, toma aqui... não é isso, mas esse dar de maneira que dignifique a pessoa, que der condições, instrumentalize a pessoa para ele saber como viver dignamente, porque se você escraviza também a pessoa, só dando coisas para ela, ela fica aprisionada, presa a você, também isso não é digno, isso não é caridade, não é, você tornou várias pessoas que você ajudou miseráveis, você estabeleceu uma indústria de miserabilidade. Então o dar e o receber é bom no aspecto de que: dar eu entro na proposta divina de dignificação, de transformação, de ajuda para que todos nós crescamos; esse recebe precisa saber de que forma é esse receber, até o receber é importante a gente saber como fazer para que não destacar a pessoa que deu, mas saber a importância, para que o outro saiba a importância não de eu receber, mas de ele dar. Parece uma coisa simples, mas não é, não é tão simples! No contexto geral quanto mais você recebe individualmente, mas se torna devedor das divinas leis, quanto mais você disponibiliza, você ajuda, mas você torna credor das leis divinas. A palavra retribuir, ela nesse contexto fica desproposita, porque já se pressupõe algo que Jesus disse... quando você dar algo, faz uma oferenda, faz uma ajuda, um benefício e que você com a mão doa e com a outra levanta destacando a ação que fez, você já recebeu o pagamento, a paga já foi feita. Quando você faz algo, esperando algo em troca, você já foi beneficiado, ou seja, é você com sigilo próprio na sua contabilidade, na sua consciência, porque não vai vir nada em troca. Então o retribuir, toda vez que a gente faz algo com essa ideia retributiva, de ter uma retribuição aquilo perdeu o valor, por mais valoroso que seja, ele perde o valor, porque nunca deveremos fazer nada, independente do valor daqui, por mais significativo que seja e do estado, da situação daquele que está recebendo, você vê, é o mínimo, mesmo inconsciente, o mínimo de desejo de retribuição perde o valor. (ARAÚJO, João Alberto Cerqueira de. Salvador, 29 Set., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

Destacamos, nesta fala, os conceitos de “contabilidade divina” e “contabilidade humana” apresentados pelo Sr. João Alberto C. de Araújo. No comentário, vemos o sentido do que, para a “contabilidade humana”, pode ser considerada perda, para a “contabilidade divina” trata-se de um ganho. Ainda foi dito que o dar tem uma importância maior que o receber, sendo o primeiro positivo e o segundo negativo. Já com relação ao retribuir, o depoente explica que não deve ser considerado, pois não se deve dar na espera de receber retornos.

Esta última colocação acerca do retribuir nos remete à ideia da unilateralidade da dívida defendida por alguns estudiosos, que alegam que a dívida só pode existir se não houver uma espera pelo retorno. Discutiremos melhor esse ponto mais adiante.

Para o setor de RH (Recursos Humanos), apresentamos a entrevista realizada com a Senhora Paula Almeida Pinto Dias, assistente social, casada, católica, nascida em Cachoeira, município baiano, em 5 de novembro de 1975, atual supervisora de recursos humanos. Solicitamos: “Comente o trabalho que a Senhora desempenha na instituição.”.

Bem, como meu trabalho é voltado pra RH, eu cuido mais das pessoas que são empregados, são os funcionários da Mansão do Caminho. Com base na CLT, mesmo sendo uma instituição filantrópica, as leis que regem os funcionários é a CLT, a gente tem que está sempre toda dentro da legalidade trabalhista. Então hoje a gente desempenha esse trabalho de, o RH, de estar toda na previdenciária e trabalhista, pra botar os funcionários todos dentro da legalidade. Então aqui nos recursos humanos, nós temos recrutamento para o funcionário. (DIAS, Paula Almeida Pinto. Salvador, 13 Mai., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

Neste sentido, buscando compreender como são feitas as admissões na Mansão do Caminho, questionamos: “Como é que se dá essa contratação?”.

Curricular mesmo, banco de dados, eu recebo alguns bancos de dados, os setores também recebem, então a contratação se dá de forma convencional, onde tem o recrutamento por currículo, às vezes eu divulgo a vaga, tanto em alguns órgãos, como o SINE, busco os currículos, a gente faz as etapas, tem psicólogo que é voluntário, tem a parte de exame médico que é obrigatório e tem a parte das entrevistas. Então o recrutamento ele segue base de dados, pesquisa curricular, as entrevistas, psicólogo e aí o exame admissional que é o obrigatório mesmo. (DIAS, Paula Almeida Pinto. Salvador, 13 Mai., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

Na própria Mansão do Caminho, são realizados os exames médicos e, como vemos na fala, antes de serem admitidos, os funcionários passam por uma entrevista no RH e por um psicólogo. No entanto, segundo a Senhora Paula Almeida Pinto Dias, a participação dos voluntários é considerável na instituição, a ponto de ultrapassarem o número de colaboradores. Deste modo, perguntamos: “Qual é essa proporção mais ou menos?”.

Eu tenho hoje um total... Tem alguns meses que a gente chega a ter vinte por cento a mais da quantidade de voluntários, tem meses que diminui mais, mês de janeiro, fevereiro, tem um oscilação, mas tem meses durante o ano que a gente tem uma proporção sempre maior de voluntários, acho que daí a gente ter e conseguir... (DIAS, Paula Almeida Pinto. Salvador, 13 Mai., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

A supervisora nos informou ainda que, até o momento da entrevista, a instituição contava com 290 (duzentos e noventa) funcionários e 300 (trezentos) voluntários, e que, sem o apoio dos últimos, muitas das atividades realizadas na instituição seriam impossíveis de acontecer, tendo em vista a expressividade dos mesmos.

Para o setor de Convênios, apresentamos duas entrevistas, começamos com o Sr. João Neves da Rocha, casado, espírita, industrial aposentado pela Petrobrás, nascido em Salvador, estado da Bahia, em 23 de Junho de 1939, trabalha como voluntário na

instituição desde o ano de 1975. Abaixo, salientamos o seu relato a partir do que lhe solicitamos: “Comente, a partir do trabalho que o Senhor desempenha na Mansão do Caminho, a relação entre dar, receber e retribuir”.

Dar, receber e retribuir, e, essas coisas para nós são muito interligadas, são muito íntimas, mas começa efetivamente no dar. Quando a gente dar, a gente já sente a satisfação naquele que recebe, ainda que não tenham talvez um processo adequado de compreender o valor da dádiva, mas a retribuição que as pessoas dão, as vezes os que recebem, outras vezes os que colaboram já é muito significativo. Então, dar, receber e retribuir é muito importante. Muitos voluntários que chegam a nossa casa, pedem para ser voluntários porque receberam aquilo que a gente estava dando e eles acham que retribuir, já que tem tempo, dispõe de alguma coisa é algo natural. E a gente entende que alguns que não aparecem no processo da retribuição, estão retribuindo a sociedade aquilo que a gente deu, aquilo que a gente ofertou. A gente não deve pensar, nunca, em dar para receber em troca, nem esperar uma retribuição concreta, a gente sabe que nada que se dá fica sem resposta e a pessoa se não retribuir agora vai retribuir adiante, e mais tarde (ROCHA, João Neves da. Salvador, 9 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

O Sr. João N. da Rocha inicia sua fala valorizando o circuito da dádiva, afirmando que o dar, o receber e o retribuir são importantes. Com esse pensamento, podemos fazer um contraponto em relação à fala do Sr. João Alberto C. de Araújo, tendo em vista a diferença de visões quanto ao retribuir. Nesta perspectiva, que considera a retribuição como importante para a dádiva, o Sr. João N. da Rocha explica que não acontecendo o retorno de quem recebeu para quem deu algo no circuito, o retribuir continua existindo, à medida que é repassado para a sociedade.

Ora, a ideia nos remete a uma das características da dádiva, que é a de justamente ser interessada e desinteressada ao mesmo tempo, pois, mesmo que em um processo de troca-dádiva não exista um interesse equitativo em ser retribuído, existe o interesse de que o elo gerado pela dádiva tenha continuidade, ou que aquele que recebeu possa ter uma melhoria após o que foi dado, por exemplo. O responsável pelo setor de convênios ainda salienta que não se deve dar esperando um retorno, mas que é natural que aconteça. Em outras palavras, Caillé (2006) esclarece:

O problema desaparece quando se determina que o dom não é definível *sem* o interesse, mas que deve ser definido *contra* ele. Ele existe e opera porque sendo dom determinado e não dom em si, dom de alguma coisa, ele está sempre ligado, de forma contraditória, com outra coisa que não ele mesmo. Essa é a razão pela qual o dom é ao mesmo tempo troca, sem se reduzir a esta, ao mesmo tempo condicional e incondicional, interessado e desinteressado. (p. 55 – grifos do autor)

O outro entrevistado no setor de convênios é o Sr. Cláudio Roberto de Amorim Andrade, casado, diz-se simpatizante do espiritismo, lotado na secretaria geral, exerce a função de consultor técnico, nasceu em Salvador, estado da Bahia, em 26 de Junho de 1978. Portanto, é funcionário do CECR. Dentre o que lhe perguntamos, solicitamos: “Comente o trabalho que o Senhor desempenha na instituição”.

Na instituição eu trabalho diretamente com convênios, acompanhando os convênios federais, municipais, estaduais, desde o início, desde a sua criação, seu planejamento até suas prestações de conta, como um todo eu desempenho um papel bastante amplo na área de convênios, também faço as licitações, todo processo de compra dos convênios federais onde eu também sou lotado, né, como membro da comissão de licitação no departamento de gestão de convênios, enfim, além do suporte à administração de uma maneira geral, dando suporte ao secretário geral, a secretária, ao nosso patrono, ao presidente e aonde for necessário, eu costumo dizer que eu visto a camisa não importa onde eu vá jogar (ANDRADE, Cláudio Roberto de Amorim Andrade. Salvador, 9 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Destacamos, na fala do Sr. Cláudio R. de Amorim, a frase “eu costumo dizer que eu visto a camisa não importa onde eu vá jogar”. Essa expressão deixa claro o sentido da frase colocado no quadro fixado na parede do RH, pois a filosofia da instituição consegue chegar a todos os setores. Podemos observar que não existe, por parte do depoente, uma preocupação em exercer papéis distintos da sua função, deixando claro que a cooperação entre os setores é uma prática comum na instituição.

No setor de visitas, a responsável é a Senhora Maria Anita Rosas Batista, que, segundo relato, exerceu as profissões de professora de história, de ciências sociais e de psicopedagoga na área de Psicologia Educacional, atualmente está aposentada, nascida em São José do Rio Preto, estado de São Paulo, trabalha como voluntária na instituição. Segue questionamento feito na sua entrevista: “Caso tenha trabalhado em outra instituição (ou empresa) responda: quais diferenças entre sua vida profissional anterior e o seu trabalho na Mansão do Caminho?”.

É sempre muito diferente, eu dei aulas, né (sic), escola do governo, estaduais, dei aulas em escolas particulares, né, de freiras, e, é assim, é muito diferente porque a Mansão aqui a gente forma uma família, eu almoço aqui com todos ali na casa grande, né, que é a casa de Divaldo, com os outros diretores do trabalho, então sempre foi um clima de harmonia, principalmente quando tio Nilson era vivo, que ele era, ele era e é, como um pai da gente, então a gente chegava ele beijava a mão, ele perguntava como era o dia da gente, então era uma relação de família, de amor, então é bem diferente, né, das escolas que eu trabalhei (BATISTA, Maria Anita Rosas. Salvador, 11 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

O relato da depoente deixa evidente a presença do vínculo na instituição, pois, como ela mesma coloca, “a gente forma uma família”. Na primeira parte deste trabalho, abordamos a questão do vínculo gerado nas organizações e durante a pesquisa podemos constatar que, muitas vezes, fica difícil identificar quem é voluntário e quem é colaborador. É oferecido, pela instituição, almoço a todos os trabalhadores, sejam funcionários da instituição, cedidos pelo Estado ou voluntários, chegando-se a ter inclusive o cuidado de oferecer alimentação diferenciada para aqueles que aderem ao vegetarianismo.

Alguns voluntários residem nas próprias dependências da instituição, o fundador reside na chamada “casa grande”, citada pela Senhora Maria Anita R. Batista e, a nosso ver, o nome *Mansão* faz jus ao lugar, pois enumerar a quantidade de repartimentos em todos os prédios não é tarefa das mais simples.

Finalizamos as falas desse departamento com o Sr. Edinilson P. da Silva, responsável pela panificadora *Jubileu*. Perguntamos: “O que o Sr (a). entende por desenvolvimento?”.

Desenvolvimento pode ser intelectual-moral, social e espiritual, de todas as formas... O desenvolvimento não significa que é só ganhar dinheiro, quando você promove ou dá oportunidade a alguém de deixar seu filho em uma creche para que possa trabalhar, adquirir o seu ordenado, para que possa crescer no seu desenvolvimento moral, econômico, pra mim isso é desenvolvimento, é você ter oportunidade de crescer na vida, não só financeiramente, mas moralmente, e que é o que nós trabalhamos muito aqui nesta casa.

Mais uma vez, podemos encontrar a questão espiritual ligada à visão de desenvolvimento na fala de um depoente, no entanto, não é essa a análise que faremos. Gostaríamos de destacar, nesta fala, uma das visões que, para o responsável pela panificadora, também seria desenvolvimento: “quando você promove ou dá oportunidade a alguém de deixar seu filho em uma creche para que possa trabalhar...”. Este ponto de vista nos remete às observações feitas por Amartya Sen (2010), no seu livro *Desenvolvimento como liberdade*.

Para o autor, para que exista desenvolvimento é necessário que se removam as principais fontes de privações de liberdade, que, segundo suas perspectivas, seriam a pobreza e tirania, a carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Neste sentido, o autor defende que, para os estudos históricos, o desenvolvimento de mercados livres em geral e da livre procura de emprego em particular é um fato muito valorizado. Ainda de acordo com o autor, “mesmo o grande crítico do capitalismo, Karl Marx, viu a emergência da liberdade de emprego como um progresso importantíssimo” (Op., Cit., p. 152). Sen explica que, atualmente, essa liberdade ainda tem importância crítica em várias partes do mundo e apresenta quatro exemplos que corroboram o seu entendimento. Destacamos o que mais se aproxima da fala do depoente:

[...] a liberdade das mulheres para procurar emprego fora de casa é uma questão fundamental em muitos países do Terceiro Mundo. Em muitas culturas essa liberdade é sistematicamente negada, e isso, em si, é uma grave violação da liberdade das mulheres e da igualdade entre os sexos. A ausência dessa liberdade prejudica o ganho de poder econômico das mulheres e tem ainda muitas outras consequências. Além dos efeitos diretos do emprego no mercado, favorecendo a independência econômica feminina, trabalhar fora tem importância causal na atribuição de uma “fatia” melhor às mulheres nas distribuições dentro da própria família. É desnecessário dizer que o trabalho executado pelas mulheres em casa pode ser imensamente árduo, porém raramente ele é tido em alta conta ou mesmo reconhecido (e com certeza nunca é remunerado), e a negação do direito de trabalhar fora de casa é uma violação monumental da liberdade feminina. (p. 155)

O fato de uma mulher ter filhos não implica dizer que suas liberdades sejam negadas, contudo, podemos afirmar que a conjuntura mediante essa circunstância pode, sim, prejudicar as oportunidades econômicas femininas. Se considerarmos a fala do Sr. Edinilson P. da Silva e o fato de que a Mansão do Caminho assiste a mais de 3.000 (três mil) crianças e que, para cada uma, existe pelo menos uma mãe e vice-versa, são mais de 3.000 (três mil) mulheres com a oportunidade de trabalhar ou pelo menos procurar trabalho, tendo em vista que a instituição oferece o serviço de turno e o contraturno.

Departamento de Editorial e Gráfico: Para o último departamento, apresentamos a fala da Senhora Des.^a Maria Piedade Bueno Teixeira, responsável pelo departamento Editorial e Gráfico da instituição. Desembargadora aposentada, espírita, nascida na cidade de Bom Jardim de Goiás, no estado de Goiás, exerce o seu trabalho de diretora do departamento editorial e gráfico de forma voluntária. Perguntamos: “Como a Senhora concebe a Mansão do Caminho?”.

A Mansão do Caminho é uma obra social inigualável. Ela, no nosso país, ela é modelo único, salvo engano. Se existe uma outra similar Mansão do Caminho no nosso país eu desconheço. A Mansão do Caminho é uma obra

gigante de atendimento nas três áreas de assistência social. Na educação, que é sua razão de ser, conforme a visão do seu fundador Divaldo Franco e também do Nilson de Souza Pereira; Na assistência social, propriamente dita, e na saúde. Portanto, a luz inclusive da legislação brasileira, ela atua nas três áreas da assistência social. Uma competência ímpar, com um atendimento estupendo de número de atendidos, ou assistidos, educandos assistidos nas três áreas de atuação. A Mansão do Caminho é um exemplo que as nossas autoridades governamentais deveriam conhecer que no seu país há uma obra em pleno funcionamento há sessenta e cinco anos com competência e com um percentual muito grande, inclusive hoje, de recursos próprios, são poucos convênios, proporcionalmente à sua área de atuação são pouquíssimos convênios, e que funciona, e que atende com satisfatividade a população carente do bairro do Pau da Lima e adjacências da cidade de Salvador, na Bahia. (TEIXEIRA, Maria Piedade Bueno. Salvador, 11 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Na fala da Senhora Des.^a Maria Piedade B. Teixeira, frisamos a sua afirmativa em colocar a Mansão do Caminho como sendo uma instituição modelo e que as autoridades governamentais deveriam conhecê-la, instituição essa que vem, há mais de 60 (sessenta) anos, contribuindo no atendimento das demandas do bairro de Pau de Lima, na cidade de Salvador. Além disto, fica clara a crítica ao Estado, tendo em vista que, proporcionalmente, existe um desequilíbrio entre o número de convênios firmados e o volume de serviços prestados pela instituição, diga-se de passagem, em sua maior parte realizados com recursos próprios.

Para finalizar, iremos comentar o seguinte questionamento: “Comente o trabalho que a Senhora desempenha na instituição?”. Ela, por sua vez, respondida da seguinte maneira:

O fundador da Mansão do Caminho, Divaldo Pereira Franco, médium, orador espírita, ele também é autor psicógrafo; e, o seu fiel amigo Nilson de Souza Pereira estabeleceu a gráfica Alvorada para a produção das obras psicografadas por Divaldo. Posteriormente, foi criada também a livraria espírita Alvorada editora para o escoamento dessas obras. O trabalho hoje, que já se constituiu um departamento. O trabalho nesse departamento é (um trabalho) gigante, porquanto nós atuamos desde a edição do livro, através da editora LEAL, até a venda desse livro. É um trabalho de grande responsabilidade porque veiculamos a mensagem espírita trazida pelo Divaldo, e vertida a ele pelos benfeitores espirituais, e a difusão doutrinária, além dessas obras serem responsáveis pelo percentual significativo de ingressos de recursos para subsistência da obra social Mansão do Caminho. De modo que diríamos que o lucro, entre aspas, da livraria Espírita Alvorada editora, eu costumo dizer, aliás, entre aspas, um lucro social e não constitui propriamente um lucro no seu sentido próprio, é para efeitos legais, para efeitos contábeis, para efeitos fiscais, é um lucro no seu sentido próprio, mas o lucro maior dele é social, porque é revertido, integralmente, para o Centro Espírita Caminho da Redenção e sua obra social Mansão do Caminho, de modo que o trabalho que aqui desempenhamos é de uma responsabilidade, Wanderley, que ainda não vislumbramos a dimensão dessa responsabilidade. E para nós constitui, portanto, também uma honra de estar trabalhando aqui, mas acima de tudo com uma responsabilidade que ainda não tenho essa

dimensão exata, porque um médium que trabalha até hoje com a idade que acabamos de comemorar, os seus luminosos noventa anos, com uma dinâmica de trabalho incomum, exemplo para todos nós, produzindo psicograficamente, trazendo mensagens iluminadoras das consciências do ser humano, é muita responsabilidade, portanto, que constitui essa tarefa (TEIXEIRA, Maria Piedade Bueno. Salvador, 11 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Dois momentos nos chamam a atenção: o primeiro, quando a diretora destaca a importância do seu trabalho tendo em vista o fato de a Editora divulgar a mensagem da doutrina espírita trazida pelo Sr. Divaldo P. Franco, como expressa: “... trazendo mensagens iluminadoras das consciências do ser humano”; e o segundo momento; quando explica que o lucro obtido pela instituição, não é propriamente um lucro mercantil, mas um lucro social. Nesses termos, a Senhora Des.^a Maria Piedade B. Teixeira nos confidenciou que a livraria responde por boa parte dos recursos que a instituição Mansão do Caminho obtém, e que todo este lucro, sendo ele considerado social, é integralmente repassado para a obra, respondendo, segundo sua estimativa, a um percentual de cerca de 78% (setenta e oito por cento) das receitas da organização.

O tópico seguinte trata dos efeitos colaterais não previstos que a dádiva exerce da instituição. Apresentaremos, através das entrevistas, a forma como alguns colaboradores foram beneficiados e passaram a beneficiar através da instituição, ampliando o vínculo entre doador e donatário, à medida que a lógica economicista fica em segundo plano e o dom passa a ser a tônica diária dos colaboradores e participantes da obra assistencial do Centro Espírita Caminho da Redenção.

2.3 A dádiva e a Mansão do Caminho: efeitos colaterais não previstos

Neste tópico, traremos duas entrevistas que, na nossa visão, apresentam similitudes com os estudos realizados pela sociologia a respeito dos efeitos não intencionais da ação intencional. Convencionamos chamar de “efeitos colaterais não previstos”, no entanto, deixamos claro que o nosso foco no estudo não é comprovar sobre todas as circunstâncias que realmente trata-se de um efeito não intencional da ação intencional, apesar de vermos a conexão da teoria com a empiria.

Apoiamo-nos em especial nos estudos de Higgins (2011) para traçarmos uma linha de raciocínio entre o teórico e as entrevistas realizadas. Em uma das suas primeiras colocações, o autor diz que, “A história é feita pelos seres humanos, mas não obedece a um plano humano” (p. 258), o que nos faz refletir no modo como esse plano acaba acontecendo.

Ora, durante todo nosso estudo, buscamos compreender a lógica exercida pela dádiva na instituição e como o contexto teórico dialogava com a vida prática dos entrevistados pela Mansão do Caminho. No entanto, observamos que alguns casos vão além das observações feitas com o auxílio da dádiva, no sentido de que alguns entrevistados não só possuíam o desejo de retribuir o que foi recebido e assim, de forma inconsciente, dar continuidade no circuito, como também fizeram das suas escolhas a via principal na condução de suas vidas, a ponto de fazerem do desejo de trabalhar na instituição o sentido para as suas próprias vidas. Assim, a importância da teoria estudada na nossa concepção sempre se dá no sentido de buscarmos aferi-la.

Higgins (2011) explica que autores como Adam Smith, Robert K. Merton, Raymond Boudon e Anthony Giddens tratam da temática. Todavia, em especial, destacamos a visão de Giddens trazida pelo autor na obra *Teoria da Estruturação* (1989), que tem como essência “desvendar como as limitações da “presença”, das interações aqui e agora, são transcendidas pela extensão das relações sociais através do tempo-espaço” (p. 272).

De forma prática, podemos observar que mesmo não havendo intenção por parte do Sr. Divaldo P. Franco ou da instituição “Mansão do Caminho” em ter naqueles que foram, por eles, orientados ou assistidos, seus futuros colaboradores e as suas ações acabaram por gerar um efeito colateral não previsto. Neste sentido, apresentaremos, através das entrevistas, como esse efeito se deu.

Iniciamos com o Sr. Felipe Santos Cardoso, natural de Feira de Santana, nascido em 14 de julho de 1987, formado em Educação Física, estado civil solteiro, que não possui religião definida, mas se afeiçoa muito ao espiritismo, como relata. Trabalha na “Mansão do Caminho” na função de instrutor de atividade esportiva e sua relação com a instituição ocorre desde criança. Neste sentido, perguntamos: “O que lhe motivou a trabalhar na Mansão do Caminho?”.

Talvez essa influência que eu tive de viver aqui minha vida inteira, de reconhecer a importância do trabalho, eu acho que, talvez, é como te falei, a Mansão do Caminho, você deixa um pouquinho de você nela e ela deixa um pouquinho dela em você. Como eu já trabalhava, não, convivía com educação no meu dia-a-dia, convivendo na escola, vivendo ali praticamente, eu acabei tomando meio que gosto por lidar com isso, vendo as pessoas fazendo aquilo eu falava, quero fazer isso também, se tornou algo interessante, quando apareceu a possibilidade não tive pra onde correr. Então o que me motivou a trabalhar aqui foi justamente essa convivência, juntou a vontade de fazer algo que aqui já acontecia com o lugar onde eu cresci e já sonhava em trabalhar, eu tentei encaixar as duas coisas e graças a Deus eu consegui e me sinto imensamente feliz por isso. (CARDOSO, Felipe Santos. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

O depoente é filho da Sr.^a Rosângela Santos Cardoso, diretora da Escola “Jesus Cristo”, e seu relato vem corroborar a lógica do circuito da dádiva, no sentido de que é estabelecido um vínculo entre a instituição e o educador físico desde sua tenra idade. Para melhor compreender esse vínculo com a “Mansão do Caminho”, questionamos: “Comente o trabalho que o Sr. desempenha na instituição.”.

Então, é pra começar do começo, aquela história que eu te contei? Eu, quando cheguei aqui, tinha três anos de idade, convivía num ambiente escolar, porque eu morava aqui em Pau da Lima também, sou um filho do bairro de Pau da Lima onde a Mansão do Caminho fica não é, minha mãe veio de Feira de Santana, viemos pra cá, eu tinha três anos, e como a gente não tinha condições financeiras pra ter uma empregada, eu ficava o dia inteiro aqui com minha mãe pela Mansão do Caminho, ela trabalhava na escola, e eu, ou ficava na escola ou rodava isso aqui tudo, criança vendo um negócio desse tamanho aqui fica louca, não é, só queria saber de correr, e aí desde então, eu vim pra cá. Nesse período, eu já comentava com minha mãe que um dia eu queria trabalhar aqui na Mansão do Caminho, curioso, e é realmente verdade. Quando eu consegui dar aula na escola, eu já fiquei muito satisfeito porque eu estava a um passo de ter êxito em relação ao que eu queria, e virou um sonho, fiquei meio que obstinado de algum modo conseguir chegar a trabalhar aqui na instituição, até que surgiu a oportunidade de desenvolver o projeto junto com tia Clese, pra que passasse a funcionar o Centro Socioassistencial Ana Franco, que a gente chama de Centro de Artes e desde então passei a trabalhar aqui. Em relação à função que eu desempenho aqui, é... eu trabalho com crianças, meninos e meninas de dez a dezesseis, dezessete, em alguns casos até dezoito anos, mas é muito difícil, desenvolvendo atividades esportivas e tentando fazer com que o esporte se torne uma ferramenta de inclusão social e é realmente uma delas.

(CARDOSO, Felipe Santos. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

A fala do Sr. Felipe Santos Cardoso esclarece que a sua relação com a instituição surge desde a infância e que o sentimento de retribuir, de alguma forma, os benefícios adquiridos quando era usuário dos serviços da instituição nos faz refletir que o sistema da dívida se faz de forma muito presente, na medida em que o entrevistado volta à instituição após sua formação acadêmica na condição de professor e colaborador, levando a diante o tripé dar, receber e retribuir. Vemos, ainda, que existe um vínculo claro entre o entrevistado e a organização, de modo que a relação passa de pessoa física à pessoa jurídica, quando se adota a causa representada pela “Mansão do Caminho”, seja na área da saúde, da educação ou mesmo na área social.

Na sequência, trazemos a entrevista com o Sr. Carlos Alberto Jesus Miranda, que nos informa que nasceu em Abaeté, na cidade de Salvador, estado da Bahia, em 29 de novembro de 1979, que é casado, espírita, e sua função na instituição é a de supervisor de manutenção. Dessa forma, ele é responsável pelo setor de Manutenção e Serviços Gerais. Perguntamos: “O que o Sr.^(a) pensa a respeito do que faz?”.

O que eu penso a respeito do que eu faço, imagine quando você consegue chegar num momento da sua vida, e que você está ajudando, trabalha em uma empresa, que na verdade não é empresa, tem que ser empresa por causa do governo, mas não é, então é assim: Eu venho trabalhar na instituição... eu venho trabalhar na instituição, que eu vejo que faz o bem o tempo todo, então eu me sinto, eu particularmente me sinto num momento de êxtase, de prazer em ajudar, de vivenciar esse momento, de participar dessa obra divina. Vim aqui pra Mansão, larguei minha empresa, eu era empresário larguei minha empresa, ganhava muito dinheiro, mas não tinha qualidade de vida, trabalhava direto, trabalhava das cinco da manhã a meia-noite, então era muito materialista. E teve um dia que eu tive que largar tudo isso porque minha esposa estava chegando num estágio de loucura, e eu tive que optar, família ou material. Minha esposa veio para o Centro em busca de ajuda, ela veio e ela insistiu que eu viesse, e eu vim, e quando eu cheguei aqui, interessante, quando eu cheguei aqui eu conheci um rapaz, e ele perguntou “você não quer trabalhar na Mansão como motorista?”, eu fiz: oh! “quero, eu aceito”, e larguei tudo cara, e vim. Hoje eu fico na Mansão de domingo a domingo, meus filhos cresceram certo? Minha família é... hoje é estruturada, é estruturada, minha esposa faz parte da mediúncia, trabalha toda quinta-feira no atendimento fraterno das quatorze as vinte e uma horas, minha filha com vinte e dois anos segue o mesmo exemplo, o mesmo exemplo, meu filho, que foi diagnosticado pelos psicólogo, psiquiatra, era uma criança hiperativa e tinha que tomar Ritalina que era um medicamento muito forte, tio Divaldo participou, ajudou, tio Divaldo com muita paciência, com muito amor, nos apoiou o tempo todo, suspendeu a Ritalina, meu filho hoje tem dezesseis anos, é um homem espetacular, é um jovem espetacular, participa da agenda da instituição, então enquanto meus parentes, dia de domingo, estão em praias, estão em clubes, eu estou aqui na evangelização com minha família, trabalhando em prol de outras pessoas porque é isso que me sustenta, fazer o bem independente a quem seja, não me interessa se a pessoa é de outras

religiões, não me interessa a cor da pessoa, nem a raça, o que me interessa, certo, é que a pessoa chegue aqui, certo, ela seja bem acolhida, isso para mim que é importante. (MIRANDA, Carlos Alberto Jesus, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Destacamos o momento em que o supervisor de manutenção, no seu depoimento, fala a respeito da proposta recebida de poder trabalhar na instituição, ao que responde: “...quero, eu aceito”, e “larguei tudo cara, e vim”. Vemos que o entrevistado toma uma decisão de deixar a condição em que se encontrava para, a partir desse momento em diante, adotar novas posturas, o que fica evidente em toda sua fala.

Se, de certo modo, a realização pessoal demonstra um princípio de cálculo racional, a dádiva como abordado anteriormente não é necessariamente desinteressada. Entretanto, observamos que a realização ocorre em função do fortalecimento do vínculo em uma situação em que o depoente, enquanto pessoa, passa a ter um acolhimento não encontrado anteriormente no exercício da sua profissão e a sua possível mudança de sentido de vida é motivada em um ambiente cuja realidade não é utilitária.

Finalizamos apresentando as últimas colocações feitas pelo Sr. Carlos Alberto Jesus Miranda: “Tem mais alguma observação, alguma consideração que você queira fazer que ache pertinente?”.

É... Eu gostaria de ter entrado na Mansão há mais tempo. Quando eu era pequeno, eu morava nesse bairro do Pau da Lima, eu morava num bairro que era estrada de barro, não tinha luz, onde eu morava, eu morava no Coroado que fica a mais ou menos a um quilômetro da Mansão, que era uma favela, eu venho de uma família bem humilde, bem humilde, então quando eu tinha seis pra sete anos eu saía da minha casa e ia para o lixão catar carne, catar as coisas estragadas e fazer papelão, saco de papelão, que naquela época a gente fazia com goma pra poder vender e ganhar um dinheirinho. Minha família é bem humilde, minha vó é bem pobre, meu pai tinha me feito e tinha deixado, então morava eu, minha vó e meu tio e esse tio era alcoólatra, então lutei muito, lutei bastante pra sobreviver, nunca peguei nada dos outro, mas sempre, sempre trabalhando desde os nove anos de idade correndo atrás pra poder ajudar a família, e quando tive a oportunidade de conhecer a Mansão eu parei um pouco e pensei no meu passado em relação às crianças, as crianças que vêm, e essas crianças muitas vezes que batem aqui na porta com seus pais me lembra um pouco do meu passado, e eu fico muito feliz hoje de participar da Mansão, porque sei que hoje essas crianças têm essa casa maravilhosa que ajuda, na época eu não conhecia, não tinha conhecimento sobre a Mansão do Caminho, talvez se eu tivesse o conhecimento que eu tenho hoje ou que essas crianças têm hoje e tivesse chegado aqui com dez, onze, doze anos, teria feito muito mais, mas eu me sinto muito feliz, honrado, de tá nessa obra que eu agradeço a Deus todos os dias por participar. Quem me trouxe foi um grande, grande espírito também que me tirou a luz, foi um espírito que me trouxe porque do nada eu vim aparecer na Mansão, e de uma hora pra outra eu já chegando na Mansão, é muito interessante porque você chegar aqui, em pouco tempo de trabalho você crescer dentro de uma instituição dessa, assumir responsabilidades e se doar, e fazer e... é muito

diferente, é uma sensação que a pessoa, ela que vive, não adianta eu falar, eu que sinto, então é um sentimento muito prazeroso, muito bom, então eu sou muito grato a Deus, agradeço a Deus, se hoje a Mansão disser assim ‘Miranda arrente (sic), infelizmente, não pode mais ficar com você’, não tem problema, eu vou continuar ajudando a instituição da melhor maneira possível, tenho o maior respeito por essa casa, e falo do fundo do meu coração o que eu puder fazer pra ajudar eu vou fazer, então eu só tenho que agradecer a Deus e agradeço a Deus todos os dias e aos bons espíritos por me ajudar, porque é muito, é muito gostoso trabalhar aqui. (MIRANDA, Carlos Alberto Jesus, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

A fala do colaborador Carlos Alberto Jesus Miranda, conhecido na instituição apenas por Miranda, deixa evidente o efeito não esperado provocado pela dádiva, na medida em que o trabalho realizado na “Mansão do Caminho” e os vínculos estabelecidos ultrapassam a lógica do cálculo e passam a tomar uma nova razão de ser. Podemos ver pelo relato que o esforço feito pelo colaborador é reconhecido pelos membros da instituição, o que gera um sentimento de valoração do indivíduo e, conseqüentemente, o estabelecimento do ciclo dar, receber e retribuir, tendo a inserção desse terceiro elemento que é a organização.

De mais a mais, podemos observar que os efeitos colaterais não previstos acontecem sem que exista uma real intenção, ou melhor, as inúmeras ações realizadas pela instituição não podem ser dimensionadas pelo fato de que as ações sociais realizadas são, para cada participante deste circuito, muito pessoais e significativas.

No tópico seguinte iremos tratar acerca do perfil do voluntariado espírita tomando por base esse estudo de caso ora pesquisado. Para corroborar nosso estudo, apresentaremos as falas dos voluntários que se encontram especial nos cargos da instituição.

2.4 Voluntariado espírita e desenvolvimento social

Este último tópico destina-se a tentar elaborar um perfil dos voluntários espíritas que foram fonte das nossas observações realizadas no campo da pesquisa, durante todo o período que passamos na instituição “Mansão do Caminho”. Destacamos, inicialmente, o empenho dos trabalhadores, dos diretores e dos voluntários no intuito de minimizar diariamente todas as demandas que surgem da comunidade, seja na área da saúde, da educação ou mesmo na área social.

Confessamos que traçar um perfil de um voluntário já não é tarefa das mais fáceis e traçar o perfil de um voluntário espírita é ainda mais complicado. Por isso, apresentamos algumas das entrevistas que nos ajudaram nessa difícil tarefa, como também discorrem a respeito da importância do voluntariado para a “Mansão do Caminho.”

Como primeira fala, trazemos o presidente da instituição: “Como o senhor vê a participação do voluntariado na instituição?”.

Fundamental, sem os voluntários nós não poderíamos existir, você imagina que nós temos quatrocentos voluntários. Como é que se daria conta de tudo isso aqui? Quem é que substituiria? Funcionários? Não teríamos condições jamais, de ter setecentos funcionários, já que nós temos quatrocentos voluntários. Aliás, deve-se ao voluntário a existência da Mansão do Caminho, tio Nilson e Divaldo quando aqui começaram, começaram com um conjunto de voluntários, os amigos deles que contribuíram para que nós chegássemos a esse ponto, sem o voluntário não existiria a Mansão do Caminho. (LISBOA, Demétrio Ataíde. Salvador, 17 Out., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

O Sr. Demétrio Ataíde Lisboa deixa claro que, sem a participação dos voluntários, a instituição não existiria, pois foi fundada a partir desta ação civil voluntária; e que sem a participação desses espontâneos trabalhadores seria impossível manter as atividades da instituição em funcionamento.

Outra entrevista que nos chama a atenção é a do médico Dr. Edilton Costa Silva. Apresentamos uma das perguntas realizadas no entrevista: “O que o Sr. pensa a respeito do que faz?”.

Olha, o trabalho voluntário é um trabalho de doação, é um trabalho de amor, e a retribuição que você tem ao participar de um trabalho desse é dada pelo próprio prazer que o trabalho proporciona, pela própria alegria de estar engajado numa equipe que tem uma visão da vida, uma visão do mundo diferenciada, melhor qualificada, uma visão espiritualista, uma visão

humanista. Então, fazendo parte de uma obra dessa natureza, você se sente melhor consigo mesmo, que... você se vê como alguém que não se preocupa apenas consigo mesmo, com sua prosperidade econômica, com seu bem estar, mas com o bem estar de uma coletividade. Então, nesse contexto, eu me sinto realizado, eu me sinto feliz, porque me considero uma pessoa integrada numa obra de vanguarda, e que me faz muito bem participar dela (SILVA, Edilton Costa. Salvador, 15 Mai., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

O médico da instituição nos ajuda a ir traçando esse perfil do voluntário espírita quando diz: “você se vê como alguém que não se preocupa apenas consigo mesmo”. Se pensarmos que, quando o indivíduo deixa de considerar apenas suas vontades e desejos, quando passa a deixar o seu egoísmo de lado e começa a analisar a conjuntura em que se encontra no sentido de modificá-la para melhor, vemos, no relato acima, uma predisposição para que individualmente o desenvolvimento social possa ganhar espaços.

No tocante à satisfação pessoal através do “próprio prazer”, como relatado, nos faz refletir que, na relação antiutilitária, o ganho econômico e financeiro parecem não representar a finalidade última da existência humana.

O responsável pelo setor de Convênios também nos ofereceu conteúdo para ampliar este debate. Questionamos o seguinte: “O que lhe motivou a trabalhar na Mansão do Caminho?”.

O que me motivou a trabalhar na Mansão do Caminho foi a oportunidade de devolver ao espiritismo aqui que o espiritismo fez por mim. No início da minha vida conjugal, da minha vida laboral, eu tive muitas dificuldades (dificuldades naturais) de um homem do mundo. A partir do sofrimento, eu encontrei um norte do espiritismo para minha vida e como eu sempre fui um homem de ação, eu vi na Mansão do Caminho uma porta de religiosidade, mas não uma religiosidade contemplativa. Era uma religiosidade que me colocava diante do mundo para ajudar nos processos de transformar, de construir uma sociedade mais justa. Então, a Mansão do Caminho foi como que algo fantástico para a minha própria vida, por que no momento em que eu trabalhava para o ganha pão, eu já trabalhava para o labor da caridade. Terminado o meu contrato de trabalho, depois de trinta e três anos de serviço, eu apenas dei continuidade aquilo que eu já fazia na órbita, no âmbito do trabalho social (ROCHA, João Neves da. Salvador, 9 Mai., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Podemos observar, na fala do Sr. João N. da Rocha, os motivos de optar pelo trabalho voluntário na “Mansão do Caminho”. Dentre suas justificativas, nos chama a atenção o fato de que a filosofia espírita é talvez o principal elo para o exercício da prática do voluntariado. Identificando-se como homem do mundo, que passa por dificuldades ante as obrigações cotidianas e a condição própria de quem está vivo, o

entrevistado apresenta a religião como foco para poder realizar os trabalhos e exercer a ação altruísta da caridade, por exemplo.

A fim de que o trabalho tivesse espaço não só para as vozes dos colaboradores, voluntários e diretores da “Mansão do Caminho”, buscamos na comunidade, através da entrevista com um de seus moradores, escutar o que se pensa a respeito da instituição e da sua ação junto à comunidade.

Conseguimos, após várias tentativas, encontrar um morador que se disponibilizou a realizar uma entrevista para o nosso trabalho. Contamos, assim, com o Sr. Agnaldo Barreto Santana, nascido em 16 de março de 1944, portanto com 73 anos, católico, aposentado como caldeireiro, tendo frequentado a escola até o ensino médio. Perguntamos: “Quando o senhor se mudou para o Pau da Lima?”.

Porque adquiri família... Adquiri família, vim pra Pau da Lima, mas antes eu já vinha em Pau da Lima. E Pau da Lima era um bairro muito promiscuo, entendeu? Muito pobre, tanto prova, que aqui não era uma cidade, aqui não tinha ônibus. Aí, nessa entrada ali, onde é a Mansão, não tinha ônibus, não tinha carro. Era uma portela, aquilo era uma fazenda. Dizem... não sei a história, que essa fazenda foi trocada, esse bairro de Pau da Lima, foi trocado por essa família de Marcos e Paulino (sic), São Marcos, tem um bairro São Marcos, foi trocado por um burro. Eles deram um burro, a família deles deram um burro e eles ficaram com a terra. E, aqui era um... mato, aqui só tinha trilha pra você andar... aí na entrada, onde nós saímos, de um lado pro outro tinha uma cancela, você não entrava. Era tipo fazenda mesmo, com o tempo já tinham alguns moradores, mas eram poucos. Já tinham moradores, mas eram poucos. Tanto prova que... no Retiro, você vai pegar um pouco mais da história... No Retiro, você já passou por lá, conhece? Ali era um matadouro, onde se matava todo boi, todo gado de Salvador, toda carne abastecida em Salvador era no Retiro. O gado... tinha gado que vinha para aqui, fica ali... sabe onde é a prefeitura? Já viu a prefeitura ali na frente? Depois do Bompreço, aonde tem a delegacia. Ali era aberto, ali ficavam os gados que vinham para ser abatido no Retiro, ficava ali. Quantidade... descansando para descer, ir pro Retiro, que por aqui é fácil... ele vai pela mata escura, saio na mata escura, naquela primeira... lá no Bom Juá, descem por aqui, descendo do Bom Juá, já está perto para o Retiro. Aí, ele era abatido ali. Onde é a prefeitura era um curral de gado, que vinha do interior e ficava aqui (SANTANA, Agnaldo Barreto. Salvador, 5 Out., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

O Sr. Agnaldo B. Santana nos explica um pouco da história do bairro, informando-nos que chegou a morar em definitivo no Pau da Lima em 79 (sessenta e nove), mas que já visitava a região e que pode acompanhar o seu crescimento. Neste sentido, perguntamos: “O Sr.^(a) acredita que a instituição promove/promoveu desenvolvimento da região? De que forma?”.

Promoveu... promoveu... Porque Pau da Lima é conhecido mais por causa de Divaldo Franco, a Mansão do Caminho e a obra social que ele fez. Começa como eu falei a você, a obra social dele. A obra social que ele fez. Quer dizer... quem é que não quer, quem não vai ser beneficiado? Em Pau da Lima se tiver cem mil pessoas, não sei quantas pessoas tem... cem mil pessoas, se não foram... se noventa mil não foram beneficiadas diretamente, já foram indiretamente, pela Mansão. Noventa mil, só ficaram dez mil que não foram beneficiados e eu acho que eles não foram beneficiados, porque alguns não conhecem e não sabem como é a Mansão. Por que você sabe, no seu estudo, você sabe que o espiritismo eles (a comunidade) tem como uma doutrina de rico... bem poucas pessoas não vem pro espiritismo porque pensam que é doutrina de rico. Que eles são isso, que nós somos isso, que nós somos aquilo, não é nada disso, eles não vem por isso. É por isso que eu vejo a Mansão e Divaldo, a Mansão do Caminho no nome de Divaldo, beneficiou muito Pau da Lima e ainda vai beneficiar mais. Aonde é Pau da Lima? Aonde Divaldo Franco mora, ponto. Só isso é um grande marketing, não é? É uma grande propaganda (SANTANA, Agnaldo Barreto. Salvador, 5 Out., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Se, por um lado, na visão do caldeireiro aposentado, a instituição promoveu desenvolvimento, explicando que a grande maioria de moradores, direta ou indiretamente teriam sido beneficiados³⁵ pela “Mansão do Caminho”, por outro lado, também nos fornece conteúdo para observarmos o perfil do voluntário espírita. Segundo a sua visão, nos termos “doutrina de rico”, o morador explica que os membros da comunidade não procuram o Centro Espírita “Caminho da Redenção” pelo fato de o espiritismo ser uma religião de abastados.

Todavia, gostaríamos de distinguir a Casa Espírita da obra social. Durante nosso período de pesquisa, observamos que o fluxo de pessoas que procuram a instituição cai vertiginosamente numa relação entre as atividades da obra social “Mansão do Caminho” e as atividades da Casa Espírita – Centro Espírita Caminho da Redenção. Além disso, o público nessas atividades, que, em sua maioria, acontecem em horários diferentes às da Casa Espírita do turno da noite e nos finais de semana, se apresenta também muito diferenciado.

O fato é que da parte da instituição em geral, não vemos nenhum empecilho para que a comunidade participe das atividades da Casa Espírita. Mas, por outro lado, o posicionamento é de deixar os moradores livres para escolherem se desejam ou não frequentar. Ao que parece, o que afasta a comunidade das atividades da Casa Espírita é realmente o poder aquisitivo das pessoas que frequentam essas atividades, em sua maioria, aparentemente bem vestidas e de posse de um automóvel. Para uma

³⁵ Para melhor compreender os benefícios, é necessário destacar que, durante toda a entrevista, o Sr. Agnaldo B. Santana defende a opinião de que o desenvolvimento manifesta-se principalmente através da educação, o que só seria possível com a presença de escolas de qualidade a exemplo da existente na obra “Mansão do Caminho”.

comunidade periférica cujos níveis de renda são abaixo, muitas vezes, do salário mínimo esses fatores podem ser claros indícios da visão trazida pelo Sr. Agnaldo B. Santana.

Neste sentido, podemos destacar dados do CENSO 2010 (IBGE, 2012), em que os espíritas, em nível de Brasil, representaram os mais elevados índices de educação e rendimento. Ademais, a maior proporção dos espíritas está no grupo entre 50 e 59 anos e 68,7% dos espíritas são brancos, representam ainda o grupo religioso com maior nível de instrução totalizando 31,5% de pessoas com nível superior completo e 1,8% apenas de pessoas sem instrução. Outro destaque se dá na classe com rendimentos acima de 5 salários mínimos, tendo os declarados espíritas representado um percentual de 19,7% dos pesquisados. Tais dados nos parecem estar bem próximos à realidade encontrada dentro da própria diretoria da instituição.

Mais uma vez, gostaríamos de destacar a fala do Sr. Edilton Costa Silva: “Comente o trabalho que o Sr. desempenha na instituição.”.

Como você sabe, eu sou voluntário e sempre fui, e o meu trabalho principal na área profissional é o trabalho na área de saúde, porque eu sou médico, me formei em janeiro de mil novecentos e setenta, e desde junho desse mesmo ano eu, ou melhor, desculpa, corrigindo aqui, em janeiro de mil novecentos e setenta e seis e desde junho desse mesmo ano eu comecei a fazer atendimento aqui como voluntário e até hoje continuo, e a medida em que os anos foram passando eu fui ganhando experiência e ampliando esse atendimento. Então, praticamente, esse trabalho é contínuo e só é interrompido durante trinta dias do ano quando eu tiro férias do meu trabalho fora daqui e aí eu também, simultaneamente, tiro férias das atividades daqui para repouso e viagem, para uma vez terminada as férias eu retorno e dou continuidade. Então nunca teve uma interrupção, graças a Deus eu nunca tive um problema sério de saúde que precisasse parar o trabalho, e eu faço com muita disposição, com muita alegria. Porém, eu vim morar na Mansão do Caminho em janeiro de mil novecentos e oitenta e a partir daí, estando mais presente na instituição, além dos atendimentos feitos duas vezes na semana eu também fico a disposição de qualquer necessidade, pra os internos, porque no começo a Mansão do Caminho funcionava, principalmente, como unidades lares, acolhendo crianças que residiam aqui e com o passar dos anos é que o trabalho foi crescendo, foi se modificando, surgindo escolas, e outros setores de atuação e a minha presença como médico, eu me impus colocar-me a disposição em um turno, porque no outro turno eu trabalho ainda fora da instituição como médico na Universidade Federal da Bahia (SILVA, Edilton Costa. Salvador, 15 Mai., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

O depoente, ao explicar o fato de que o trabalho voluntário desempenhado segue uma continuidade, sendo interrompido apenas no período em que tira férias, nos fornece mais uma visão desse perfil do voluntariado espírita. Diferentemente de muitos outros tipos de voluntários, os espíritas conseguem, por mais tempo, se manterem em um

trabalho voluntário, criando, desse modo, vínculos mais duradouros seja individualmente com os assistidos, seja coletivamente, com a comunidade.

O fundador da instituição nos responde acerca da importância do trabalho voluntário. O Sr. Divaldo P. Franco qualifica o voluntário como companheiro, que tem condições de contribuir para o desenvolvimento da comunidade e realizar a solidariedade humana. Solicitamos que respondesse: “Como o Sr. compreende a participação do voluntário na instituição?”.

Relevante, porque o voluntário é alguém que esquece de si mesmo para ajudar o seu próximo seguindo dessa forma o preceito de Jesus. Allan Kardec quando apresentou o espiritismo estabeleceu que a caridade era a fonte matriz da realização da criatura humana. O voluntário é o companheiro que pessoalmente faz o que a de melhor para a construção do mundo novo e ele se torna o foco de desenvolvimento da comunidade para poder realizar a solidariedade humana. (FRANCO, Divaldo Pereira. Salvador, 15 Mai, 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes).

Para finalizarmos, trazemos a última entrevista escolhida para este trabalho. Cientes do tamanho físico da instituição, diante das inúmeras entrevistas feitas e após buscar aferir os estudos teóricos com a pesquisa de campo, solicitamos ao presidente da casa que oferecesse uma mensagem para os representantes de instituições que possivelmente tivessem acesso a esse trabalho: “O Sr. poderia mandar uma mensagem, falar algo sobre a questão de estar a frente de uma instituição, e, qual seria o posicionamento que aqueles que estão a frente de uma instituição devem tomar?”.

Primeiro o compromisso, ter um compromisso, ele sabe que aquela instituição tem uma determinada finalidade e assumir aquele compromisso, assumindo esse compromisso torna-se tudo muito mais claro, tudo mais simples, e, saber que nós vivemos em comunidade, nós precisamos ajudar uns aos outros, aos demais e aquele compromisso estabelecido levar em frente, nunca desviar, nunca pegar um atalho, porque quando nós assim agimos estamos contribuindo para nós próprios. De fato, o momento é um momento turbulento, nós estamos vivendo um momento de turbulência no país, mas que todo momento de turbulência no final, após, vem o que? A calma... é uma preparação, acredito eu, para uma calma que virá, porque nós seres humano estamos sujeitos a isso, nós também temos deveres, temos obrigações, e, quando assumimos esses deveres e obrigações temos que honra-los, de qualquer forma, temos que honra-los. Se você assume um cargo qualquer, que você tem um determinado destaque, a sua responsabilidade aumenta, você tem que ser fiel aqueles seus princípios e a tudo aquilo que recebemos como legado do Cristo. (LISBOA, Demétrio Ataíde. Salvador, 17 Out., 2017. Entrevista concedida a Wanderley Buriti de Moraes)

O presidente do Centro Espírita Caminho da Redenção, Sr. Demétrio Ataíde Lisboa, destaca como principal posicionamento que um representante de uma instituição

dever ter, o de honrar o compromisso assumido. Na sua fala, fica claro que a ação realizada, seja ela qual for, terá reflexos na própria pessoa, o que de algum modo nos faz refletir que, para toda ação realizada, existe um efeito proporcional.

Desse modo, oferecer uma educação continuada através de anos, proporcionar às mulheres da comunidade tempo para buscarem seu espaço na economia local mediante apoio de creches, ofertar serviço médico e ambulatório a população, comprometer-se com a conscientização de uma mentalidade solidária e com a assistência frequente durante mais de 60 anos nos parece ser alguns dos aspectos que não só contribuíram para o desenvolvimento da comunidade, como também atestam o “honrar compromisso assumido”. Por fim, vemos que todas as observações pautadas pelo voluntário ensejam de uma visão cristã, que tem como base a fidelidade de princípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar esta pesquisa, tínhamos como intenção apresentar a ideia de que a lógica do desenvolvimento social não estava apenas ligada às esferas do Mercado e do Estado. A busca em mostrar que a lógica economicista não é a única, bem como que é possível, por meio de outras formas, o desenvolvimento acontecer, o qual apresentamos como contrarrente a teoria da dádiva. Dessa forma, procuramos, através de conceitos suporte, ~~para~~ defender a lógica do dom.

Conseguimos, desse modo, averiguar e ilustrar através das citações e entrevistas envolvidas na instituição a questão da dádiva, do voluntariado e da solidariedade na promoção do desenvolvimento social da comunidade. Assim, esta dissertação nos foi útil no sentido de proporcionar base para que o leitor possa enxergar que o modelo de *homo oeconomicus* pode encontrar conexão com outros dois modelos, que seria o do *homo donator* e o do *homo educandus*.

Buscamos mostrar que a ação do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil principalmente na América Latina estão intimamente ligadas à política e ao comportamento econômico da reciprocidade, e que, por muitas vezes, a visão fechada para as mudanças estruturais e a falta de liberdade de escolhas prejudicam os avanços no sentido de diminuir o hiato entre as classes, em outras palavras, de diminuir as desigualdades sociais.

Com a definição e esclarecimento do nosso tema de pesquisa e com o exame das obras literárias disponíveis, confirmamos nossa hipótese inicial, pois, prevíamos que as ações conjuntas do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil contribuiriam para uma mudança nas perspectivas de uma comunidade, gerando conseqüentemente o desenvolvimento social. Entretanto, foi durante a pesquisa que identificamos nas entrevistas um novo conceito de desenvolvimento: *o desenvolvimento Espiritual*. Em virtude do foco da pesquisa, não nos foi possível analisar com mais detalhes o conceito como se comporta essa visão do desenvolvimento, nem quais são suas bases.

A “Mansão do Caminho”, por ser uma instituição que inicia suas atividades no período em que o populismo de Getúlio Vargas e o desenvolvimentismo se faziam presentes no cenário brasileiro, apresenta uma característica historicamente diferente das demais instituições não-governamentais do país. Ora, o perfil das instituições brasileiras que se baseiam no Art. 3º, inciso III da Constituição Federal Brasileira em que a erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais

e regionais só passa a se nortear realmente a partir da década de 1990. Neste sentido, a Mansão do Caminho nos faz acreditar que já atuava com esses princípios ou alguns outros que levariam a eles pelo menos 30 anos antes da Constituição. Por outro lado, também se fez uma das instituições pioneiras na área da assistência social, do parto humanizado e da preconização da mentalidade de solidariedade pelo menos na cidade de Salvador, no estado da Bahia.

As dimensões e números da instituição nos chamam a atenção, tendo em vista que falamos de uma organização com mais de 82 mil metros quadrados, com uma complexa organização administrativa e a presença constante dos seus dirigentes nas atividades diárias. Circulam pelos mais diversos espaços da organização, de acordo com o RH, por volta de 4 mil pessoas diariamente. De acordo com o fundador, foram mais de 130 mil pessoas beneficiadas e mais de 30 mil crianças que passaram pelas redes escolares da instituição desde sua instalação, no bairro de Pau da Lima.

Porém, é a continuidade do trabalho por mais de meio século que nos faz pensar que o desenvolvimento, ou elementos de desenvolvimento, precisa(m) ter base de sustentação na constância e na insistência de ações para a mudança das perspectivas. Ora, o propósito maior de instituições como a “Mansão do Caminho” parece-nos mesmo ser o de avançar na melhoria de condições econômicas e sociais da comunidade, além de formar gerações com valores bem definidos.

No que se referem aos conflitos, os entrevistados não apresentaram informações de grande relevância, apesar de existir, por parte de alguns, uma insatisfação com a participação do Estado junto à organização. Observamos, no entanto, que algumas decisões administrativas da diretoria não são consoantes a todos na organização, o que por outro lado não parece obstruir em nada as atividades e a boa convivência observada no campo da pesquisa, dando ainda a ideia de que não existem problemas maiores nas discordâncias de opiniões. Contudo, é imprescindível que o respeito e o acolhimento sejam o foco principal para com os colaboradores, os voluntários e com o público atendido.

Se de algum modo deixamos a desejar acerca das discussões entre a dádiva, o voluntariado e o desenvolvimento social, temos como compromisso pessoal ampliar esse debate em futuras produções, à medida que buscaremos também discutir a os caminhos possíveis para a reciprocidade entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil.

De modo geral, acreditamos que o fato de alguns colaboradores não estarem diretamente vinculados à instituição não os faz possuírem tratamento diferenciado, sendo na sua grande maioria vistos pela diretoria da mesma maneira que os demais.

Quanto ao perfil dos voluntários espíritas, destacamos o fato de serem vistos pela comunidade do bairro de Pau da Lima como privilegiados financeiramente, porém, no geral, são voluntários que se comportam como quem se esquece de si para ajudar o outro, além de representarem fidelidade aos seus princípios cristãos, promovendo uma continuidade do trabalho que os diferencia dos demais tipos de voluntários.

Enfim, construímos, através deste material, um ambiente propício a análises críticas quanto à lógica economicista e a possibilidade de ampliação das perspectivas da comunidade do bairro de Pau da Lima, através da ação cidadã organizada, na figura da instituição “Mansão do Caminho”.

Nossa intenção, com esse material apresentado, é que as discussões a respeito da lógica economicista em contrapartida à lógica da dádiva sejam ampliadas e que futuros estudos possam acontecer, no sentido de corroborar a hipótese de que, para que as desigualdades sociais sejam diminuídas, é necessária uma compreensão de que é através do equilíbrio entre a atuação do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil que tais desequilíbrios diminuirão.

REFERÊNCIAS

A TARDE. **Onde os problemas se multiplicam**. Salvador, 15 abr. 1993. Cad. Imobiliário, p. 12.

_____. **Na câmara dos vereadores**. Salvador, 23 jul. 1952. s/ p.

ANDRADE, Fabrício Fontes de; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Desenvolvimento Social e proteção social: o que Existe de Convergência? **Serviço Social em Revista (Online)**, v. 11, p. 32, 2008.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Direitos Humanos, Estado e Sociedade Civil nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002). **Revista Teoria & Sociedade**. UFMG, v. 16.2, p. 10-33, 2008.

BARELI, Paulo; LIMA, Aldo José Fossa de Sousa. A importância social no desenvolvimento do trabalho voluntário. *In.*: **Revista de Ciências Gerenciais**. Vol. 14, nº 20, Ano 2010.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BONFIM, Paula. **A “cultura do voluntariado” no Brasil**: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade. São Paulo: Cortez, 2010, v.5.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

CABRAL, Zilda Maciel. A atemporal Editora LEAL – Livraria Espírita Alvorada Editora. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e associação. *In.*: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. O dom entre Interesse e “Desinteressamento”. *In.*: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta C. (orgs.). **Polifonia do dom**. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

CANO, Wilson. **Introdução à economia:** uma abordagem crítica. – 3. ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso. **Salvador: transformações na ordem urbana:** metrópoles: territórios, coesão social e governança democrática. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2014.

CELLARD, André. A análise documental. In: NASSER, Ana Cristina (tradução). **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERQUEIRA, Clese Mesquita. O projeto educacional do Centro Espírita Caminho da Redenção. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita.** Salvador, set./out., 2017.

CHANG, Ha-Joon. **Economia:** modo de usar - Um guia básico dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

DA REDAÇÃO. Nasce a Mansão do Caminho. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita.** Salvador, set./out., 2017.

_____. Grupo de Ação Comunitária Lygia Banhos (GACLB). Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita.** Salvador, set./out., 2017.

_____. Reuniões mediúnicas do Centro Espírita Caminho da Redenção. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita.** Salvador, set./out., 2017.

DOWBOR, Ladislau. **Da globalização ao poder local:** a nova hierarquia dos espaços. In: FREITAS, Marcos César. A reinvenção do futuro. São Paulo: Cortez, 1996.

DRAIBE, Sônia Miriam. **A política social no período FHC e o sistema de proteção social.** Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n. 2, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Washington Luiz Nogueira. **Mansão do Caminho: um exemplo de amor:** obra educacional notável criada pelos Espíritos. Salvador: LEAL, 2002.

FERREIRA, H. M; VINHAS, F. D. **O trabalho voluntário e a Teoria da Dívida no Terceiro Setor**: o caso de um clube de serviços. São Paulo, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FOURNIER, Marcel. **Para reescrever a biografia de Marcel Mauss**. RBCS Vol. 18 nº. 52 junho/2003.

_____. **Marcel Mauss**: a biography. Translated by Jane Marie Todd. Princeton University Press Published, New Jersey, 2006.

FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. A ação voluntária e o desenvolvimento de um processo de transformação social. *In.*: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande/MS. **XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: INTERCOM, 2001. p. 184-184.

FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**: organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

_____. **Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, vol. L – dez. 1981.

GASPAR, José Carlos Jesus. Mudando a forma de nascer... . Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. – 6. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2012.

GODBOUT, Jacques. **O espírito da dívida**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Homo donator versus homo oeconomicus. *In.*: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dívida entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. Campinas, SP: Alínea, 2007.

IBGE. 2012. **Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=3&idnoticia=2170&t=censo-2010-numero-catolicos-cai-aumenta-evangelicos-espíritas-sem-religiao&view=noticia>>. Acesso em: 03/06/2018.

HIGGINS, Silvio Segundo Salej. **O estudo dos efeitos não intencionais da ação intencional na teoria sociológica**. Sociologias (UFRGS. Impresso), p. 258-282, 2011.

KARDEC, Allan. **Obras Póstumas**, Rio de Janeiro: Ed. FEB, 1980, p. 384.

LANDI, Ana Cláudia. **Divaldo Franco: a trajetória de um dos maiores médiums de todos os tempos**. São Paulo: Bella Editora, 2015.

LUZ, Marialva. Caravana Auta de Sousa. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

MACHADO, Augusto Cesar; PREDEBON, Eduardo Angonesi. **Gênero, voluntariado e voluntarismo no Estado do Paraná**. R. Adm. FACES Journal, Belo Horizonte, n. 2, p. 38-53, abr./jun., 2011, v. 10.

MARIANO, Marcel. Movimento Você e a Paz Setenta anos de fundação do Centro Espírita Caminho da Redenção. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARTINS, Paulo Henrique; GUERRA, Juliana de Farias Pessoa. Durkheim, Mauss e a atualidade da escola sociológica francesa. Sociologias, Porto Alegre, ano 15, nº 34, set./dez. 2013, p. 186-218.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

_____. **Manual de Etnografia**. Lisboa: Editorial Pórtico, 1967.

MENEZES, Tânia Maria de Olívia. Evangelização infantil Nize Moacyr. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

MOTA, Leonardo de Araújo e. **A dívida da sobriedade: a ajuda nos grupos de Alcoólicos Anônimos**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. Capitalismo contemporâneo, desigualdades sociais e a crise de 2008. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 1, p. 51-64, 2013.

MOURA, Auricharme Cardoso de. Desenvolvimento social através do Terceiro Setor na cidade de São Francisco. **Revista Desenvolvimento Social**, p. 57-66, 2012.

MOURA, Marjorie. Morador se vê abandonado em Pau da Lima. **A Tarde**, Salvador, 04 dez. 1999. Cad. 1, p. 4.

_____. Assaltos ocorrem a qualquer hora. **A Tarde**, Salvador, 04 dez. 1999. Cad. 1, p. 4.

Nações Unidas. **O trabalho voluntário e a ONU**. 2016. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VGpdIaiEGkgJ:https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 11/11/2016.

NETTO, José Paulo (org.). **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

OXFAM. 2017. **“A distância que nos une”**. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: 02/04/2018.

REZENDE, Maria José de. As noções de desenvolvimento social como base para a abordagem do desenvolvimento humano presente no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, n. 1, p. 91-122, jul. 2013, v. 34.

RICO, Elizabeth de Melo. **A responsabilidade social empresarial e o Estado uma aliança para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo em Perspectiva (Impresso), São Paulo, v. 18, n.no.4, p. 73-82, 2004.

ROCHA, Alexandre Caroli. **O caso Humberto de Campos**: autoria literária e mediunidade. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP : [s.n.], 2008.

ROCHA, Gilmar. **Mauss & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ROCHA, João Neves da. O atendimento fraterno no Centro Espírita Caminho da Redenção. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social Pelo Trabalho**: Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANT'ANNA, Iracy. "Cristo ressuscitado". Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; OLIVEIRA, Marília Tomaz de. Dádiva e Fato Associativo: estudo empírico nos Clubes de Mães de Campina Grande - PB. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta C. (orgs.). **Polifonia do dom**. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Edilton Costa Silva. Centro de Saúde Dr. José Carneiro de Campos. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

_____. Juventude Espírita Nina Arueira. Edição Histórica 70 anos C.E.C.R.. **Revista Presença Espírita**. Salvador, set./out., 2017.

SILVA, José Ultemar da; GARCIA, Neuza Abbud Prado. A força da Solidariedade no Vale do Jequitinhonha: o elo de ligação entre projetos sociais, voluntariado e desenvolvimento local. *In.*: IX Congresso Virtual Brasileiro de Administração - CONVIBRA, 2012, São Paulo. **IX Congresso Virtual Brasileiro de Administração**. São Paulo: Convibra, 2012. p. 01-13.

STEINER, Philippe. **A dádiva organizacional**: dádiva à distância e circuitos de troca. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 1, abril, 2017.

TOLEDO, Enrique de la Garza. Neoliberalismo e Estado. *In.*: LAURELL, Asa Cristina. (Orgs.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VIZEU, Fábio. **Contribuições da sociologia da dádiva aos estudos sobre organizações substantivas**. *O&S – Salvador*, v.16 – n.50, p. 409-427 – Julho/Setembro – 2009.

ANEXOS

Anexo A – Estatuto do Centro Espírita Caminho da Redenção

TÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, FINS, DURAÇÃO

Da Denominação, Finalidade, Duração

Art. 1º – O centro Espírita Caminho da Redenção, fundado em 07 de setembro de 1947, também designado pela sigla CECR, é uma Organização Religiosa, nos termos do que dispõe o art. 44, Inciso IV, do Código Civil Brasileiro de 2002, sem cunho político, sem finalidade lucrativa, que presta serviços gratuitos e sem qualquer discriminação e em caráter permanente, de prazo de duração indeterminada, com sede e foro na Cidade de Salvador-Bahia, à Rua Jayme Vieira Lima nº 104, Bairro do Pau da Lima.

Art. 2º – Constituem finalidade precípua do CECR o estudo e a difusão da Doutrina Espírita bem como a prática da caridade, atento aos princípios codificados por Allan Kardec, na revivescência do Evangelho de Jesus, mediante atuação permanente da Educação, na Assistência Social e na Saúde.

§ 1º – Para a execução do programa doutrinário, o CECR realizará reuniões teóricas e práticas, evangelização infanto-juvenil, cursos, seminários, bem como favorecerá a difusão espírita de publicações e outras formas ao seu alcance.

§ 2º – O CECR promoverá a caridade por intermédio de sua obra social Mansão do Caminho, que se incumbirá de por em prática seus programas e serviços educacionais, socioassistenciais e de saúde direcionando-os a pessoas em situação de vulnerabilidade social, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal e legislação específica.

Art. 3º – Para cumprimento da finalidade prevista no Art. 2º, o CECR poderá desempenhar quaisquer atividades, inclusive comerciais, industriais, culturais, empreendimentos, de prestação de serviços, podendo atuar, também, através de convênios, contratos e parcerias com entidades públicas ou privadas, além de outras, visando à obtenção de recursos necessários a sua manutenção.

§ 1º – Os convênios, acordos e parcerias serão precedidos da verificação de que a Instituição possui orientação e condições adequadas para a prestação dos serviços a serem conveniados.

§ 2º – Fica expressamente vedado remunerar, conceder vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, direta ou indiretamente, a seus diretores, conselheiros, associados, instituidores, benfeitores ou equivalente, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, bem como a obtenção de receitas por meios e/ou processos que não se coadunem com os princípios da Doutrina Espírita.

§ 3º – O CECR não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

§ 4º – O CECR aplicará, no Brasil, integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais e sociais.

§ 5º – O CECR aplicará as subvenções, doações e outras rendas recebidas na sua finalidade e nos objetivos a que estejam vinculados.

§ 6º – Para execução das tarefas inerentes a sua finalidade, o CECR conta com um quadro de profissionais contratados pela CLT, com profissionais cedidos por Órgãos Públicos mediante convênios e com voluntários. Contudo, na execução do programa de natureza doutrinária espírita, somente com voluntários.

TÍTULO II

DO CORPO SOCIAL E DOS RESIDENTES

CAPÍTULO I

ASSOCIADOS – CLASSIFICAÇÃO, DIREITOS E DEVERES

Art. 4º – O CECR compõe-se de ilimitado número de associados – pessoas físicas capazes civilmente – sem distinção de nacionalidade, sexo, raça, cor ou classe social, que adotam os princípios do Espiritismo, aceitando as disposições deste Estatuto.

Art. 5º – Os associados do CECR classificam-se nas seguintes categorias:

- a. Efetivos
- b. Contribuintes

c. Beneméritos

§ 1º – São Associados Efetivos:

I – O fundador;

II – Os Espíritas atuantes que satisfaçam as exigências estatutárias, apresentados à Diretoria Executiva por outro associado efetivo e administrador em tal categoria pelo Conselho Diretor.

§ 2º – São Associados Contribuintes aqueles que sejam admitidos nesta categoria com o encargo de contribuírem, mensalmente, para a manutenção dos serviços sociais do CECR, devendo ser indicados à apreciação da Diretoria Executiva por outro associado.

§ 3º – São Associados Beneméritos aqueles que se tenham destacado no apoio ao CECR, auxiliando-o a atingir sua finalidade, devendo ser indicados à apreciação do Conselho Diretor pela Diretoria Executiva, que lhes concederá diploma, caso sejam aceitos nesta condição.

Art. 6º – São deveres dos Associados:

I – Estudar a Doutrina Espírita empregando esforços ininterruptos no sentido de viver integralmente os seus postulados, lutando constantemente por atingir o ideal de perfeição moral;

II – Prestar ao CECR todo apoio moral e material ao seu alcance;

III – Cumprir as disposições deste Estatuto e do Regimento Interno, bem como acatar as deliberações dos órgãos administrativos do CECR;

IV – Manter atualizados seus dados cadastrais junto à Secretaria do CECR;

V – Indenizar, ao CECR, os prejuízos causados por si ou por seus dependentes;

VI – Pagar pontualmente suas mensalidades, à exceção dos associados beneméritos;

VII – Comparecer, com regularidade, às reuniões de exposição doutrinária do CECR, sendo opcional para os associados das categorias contribuintes e beneméritos;

VIII – Comparecer às reuniões de Assembleia Geral, quando associado efetivo em pleno gozo de seus direitos;

IX – Contribuir para os programas de educação, de saúde e socioassistenciais desenvolvidos pelo CECR, na medida de suas possibilidades.

§ 1º – São passíveis das penalidades de advertência, suspensão, ou exclusão, por justa causa os associados que infringirem os incisos deste Artigo, a juízo do Conselho

Diretor, conforme, Artigo 22, inciso VI, garantindo-se o direito constitucional do contraditório e ampla defesa, através de processo disciplinar que deverá ser inaugurado para apuração de eventual falta.

§ 2º – O associado excluído poderá ser readmitido, desde que cessados e reparados os motivos de sua exclusão, caso em que será realizado novo processo de admissão em forma estatutária.

Anexo B – Lista de Obras atualizadas de acordo com o catálogo LEAL Editora
2017 – 2018

Série Psicológica

Volume 1: Jesus e atualidade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 2: O homem integral – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 3: Plenitude – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 4: Momentos de saúde e de consciência – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 5: O ser consciente – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 6: Autodescobrimento: uma busca interior – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 7: Desperte e seja feliz – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 8: Vida: desafios e soluções – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 9: Amor, imbatível amor – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 10: O despertar do espírito – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 11: Jesus e o evangelho à luz da psicologia profunda – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 12: Triunfo pessoal – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 13: Conflitos existenciais – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 14: Encontro com a paz e a saúde – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 15: Em busca da verdade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Volume 16: Psicologia da gratidão – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Livros do Espírito Joanna de Ângelis

Adolescência e vida – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Alegria de viver – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Alerta – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Após a tempestade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Atitudes renovadas – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Bênçãos de natal – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Benesses natalinas – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Celeiro de bênçãos – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Constelação familiar – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Convites da vida – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Dádivas do natal – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Dias gloriosos – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Dimensões da verdade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Diretrizes para o êxito – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Episódios diários – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Espírito e vida – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Filhos de Deus – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Florações evangélicas – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Garimpo de amor – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Iluminação interior – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Jesus e vida – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Leis morais da vida – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Libertação pelo amor – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Libertação do sofrimento – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Lições para a felicidade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Luz viva – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Messe de amor – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Nascente de bênçãos – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
No limiar do infinito – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
O amor como solução – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Oferenda – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Otimismo – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Pensamento de Joanna de Ângelis – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Receitas de paz – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Segue em harmonia – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Rejubilá-te em Deus – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Responsabilidade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Rumos libertadores – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Seja feliz hoje – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
S.O.S. família – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Tesouros libertadores – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Vida feliz – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Vigilância – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Vitória sobre a depressão – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Viver e amar – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Série Momentos pelo Espírito Joanna de Ângelis

Momentos de alegria – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Momentos de coragem – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Momentos de esperança – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Momentos de felicidade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Momentos de harmonia – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Momentos de iluminação – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Momentos de meditação – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco
Momentos enriquecedores – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco

Livros do Espírito Amélia Rodrigues

A mensagem do amor imortal – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
...Até o fim dos tempos – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Dias venturosos – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Há flores no caminho – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Luz do mundo – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
O semeador – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
O vencedor – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Pelos caminhos de Jesus – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Primícias do reino – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Quando voltar a primavera – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Trigo de Deus – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco
Vivendo com Jesus – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco

Livros de Espíritos diversos

Amor – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Antologia espiritual – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Compromissos de amor – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Crestomatia da imortalidade – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Depoimentos vivos – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Depois da vida – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 ...E o amor continua – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Exaltação à vida – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Luzes do alvorecer – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Momentos de renovação – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Palavras de luz – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Roteiro de libertação – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Seara do bem – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Sementeira da fraternidade – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Sementes de vida eterna – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Sob a proteção de Deus – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Sol de esperança – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Terapêutica de emergência – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Vidas em triunfo – Espíritos diversos/Divaldo Franco
 Vitória da vida – Espíritos diversos/Divaldo Franco

Livros de outros autores espirituais

A um passo da imortalidade – Eros/Divaldo Franco
 Além da morte – Otilia Gonçalves/Divaldo Franco
 Compromissos iluminativos – Bezerra de Menezes/Divaldo Franco
 Em algum lugar no futuro – Eros/Divaldo Franco
 Em louvor à vida – Lourival Perri Chefaly/Divaldo Franco
 Espelho d'alma – Ignotus/Divaldo Franco
 Estesia – Rabindranath Tagore/Divaldo Franco
 Filigranas de luz – Rabindranath Tagore /Divaldo Franco
 Heranças de amor – Eros/Divaldo Franco
 Intercâmbio mediúnico – João Cléofas/Divaldo Franco
 No longe do jardim – Eros/Divaldo Franco

Panoramas da vida – Ignotus/Divaldo Franco
Pássaros livres – Rabindranath Tagore /Divaldo Franco
Paz íntima – Eros/Divaldo Franco
Perfis da vida – Guaracy Paraná Vieira/Divaldo Franco
Poemas de paz – Simbá/Divaldo Franco
Suave luz nas sombras – João Cléofas/Divaldo Franco

Livros do Espírito Manoel P. de Miranda

Amanhecer de uma nova era – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Entre os dois mundos – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Grilhões partidos – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Mediunidade: desafios e bênçãos – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Nas fronteiras da loucura – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Painéis da obsessão – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Perturbações espirituais – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Reencontro com a vida – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Sexo e obsessão – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Tormentos da obsessão – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Transição planetária – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco
Transtornos psiquiátricos e obsessivos – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco

Livros do Espírito Marco Prisco

Diretrizes para uma vida feliz – Espírito Marco Prisco/Divaldo Franco
Ementário espírita – Espírito Marco Prisco/Divaldo Franco
Glossário espírita-cristão – Espírito Marco Prisco/Divaldo Franco
Legado kardequiano – Espírito Marco Prisco/Divaldo Franco
Momentos de decisão – Espírito Marco Prisco/Divaldo Franco
Renova-se – Espírito Marco Prisco/Divaldo Franco

Livros do Espírito Vianna de Carvalho

À luz do espiritismo – Espírito Vianna de Carvalho/Divaldo Franco

Atualidade do pensamento espírita – Espírito Vianna de Carvalho/Divaldo Franco

Enfoques espíritas – Espírito Vianna de Carvalho/Divaldo Franco

Espiritismo e vida – Espírito Vianna de Carvalho/Divaldo Franco

Médiuns e mediunidades – Espírito Vianna de Carvalho/Divaldo Franco

Reflexões espíritas – Espírito Vianna de Carvalho/Divaldo Franco

Livros do Espírito Victor Hugo

Árdua ascensão – Victor Hugo /Divaldo Franco

Calvário de libertação – Victor Hugo /Divaldo Franco

Do abismo às estrelas – Victor Hugo /Divaldo Franco

Os diamantes fatídicos – Victor Hugo /Divaldo Franco

Quedas e ascensão – Victor Hugo /Divaldo Franco

Livros de autores parceiros

A jornada numinosa de Divaldo Franco – Sérgio Sinotti

A nova geração: a visão espírita sobre crianças índigo e cristal – Vanessa Anseloni e Divaldo Franco

A obsessão: instalação e cura – Manoel P. de Miranda/Divaldo Franco – Adilton Pugliese (organização)

A prece segundo os espíritos – Diversos Espíritos/Divaldo Franco – Washington Fernandes (organização)

A serviço do espiritismo – Nilson de Souza Pereira/Divaldo Franco

Afinidade – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco – Ana Maria Sprangër (organização)

Allan Kardec e o centro espírita – Adilton Pugliese

Amorterapia - Joanna de Ângelis/Divaldo Franco – Ana Maria Sprangër (organização)

Ante os tempos novos – Suely Caldas Schubert/Divaldo Franco

Aos espíritas – Diversos Espíritos/Divaldo Franco – Álvaro Chrispino (organização)

Aspectos psiquiátricos e espirituais nos transtornos emocionais – Diversos Espíritos/Divaldo Franco – Washington Fernandes (organização)

Cartas de Yvonne – A amizade entre Divaldo Franco e Yvonne do A. Pereira – Divaldo Franco/Cesar Braga Said

Cássio voltou – Altiva Noronha

Compreendendo a saúde espiritual e mental – Vanessa Anseloni e Divaldo Franco

Cor local e 100 reflexões filosóficas nos romances de Victor Hugo – Victor Hugo/Divaldo Franco – Washington Fernandes (organização)

Divaldo Franco e o jovem – Délcio Carlos Carvalho (organização)

Divaldo Franco em Uberaba – Carlos A. Bacelli/Divaldo Franco

Divaldo Franco: uma vida com os espíritos – Suely Caldas Schubert

Divaldo Pereira Franco viagens e entrevistas – Yvon de Araújo Luz

Eu me amo. Eu não tenho vícios – Vanessa Anseloni/Divaldo Franco

Elucidações kardecistas – Carlos Bernardo Loureiro

Elucidações psicológicas à luz do espiritismo – Divaldo Pereira Franco/Organizado por Geraldo Campetti Sobrinho e Paulo Ricardo A. Pedrosa

Espelhos da alma: uma jornada terapêutica – Núcleo de Estudos Psicológicos Joanna de Ângelis

Faze isso e viverás – Marco Prisco/Divaldo Franco – Sérgio Lourenço (organização)

Francisco, o sol de Assis – Divaldo Franco/Cezar Braga Said

Histórias que os espíritos contaram – Hermínio C. Miranda

Iluminando os bastidores – Luciano dos Anjos

Joanna de Ângelis responde – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco – José Maria M. Sousa (organização)

Mansão do Caminho: um exemplo de amor – Divaldo Franco/Washington Luiz N. Fernandes

Médiuns, mediunidade e reuniões mediúnicas – Diversos Espíritos/Divaldo Franco – Rogério Coelho (organização)

Meu coração ainda mora aqui – Organizado por Maria da Paz

Moldando o terceiro milênio: vida e obra de Divaldo franco – Fernando Worm

Nas pegadas do nazareno – Divaldo Franco/Miguel de Jesus Sardano

Novos rumos para o centro espírita – Divaldo Franco

- O calor de diamantes – Divaldo Franco/Délcio Carvalho (organização)
- O espírito azul – Adilton Pugliese
- O Paulo de Tarso dos nossos dias – Ana Maria Spränger
- O peregrino do senhor – Altiva Glória F. Noronha
- O semeador de estrelas – Suely Caldas Schubert
- Orientação Terapêutica à luz da psicologia espírita – Divaldo Franco – Geraldo C. Sobrinho e Paula A. Pedrosa (organização)
- Os anjos guardiães segundo o espiritismo – Adilton Pugliese
- Os evangelhos e o espiritismo – Divaldo Franco/Raul Teixeira – Cláudio Sinoti e Iris Sinoti (organização)
- Reconhecimento a Allan Kardec – Adilton Pugliese e Álvaro Chrispino (organização)
- Refletindo a alma: a psicologia espírita de Joanna de Ângelis – Núcleo de Estudos Psicológicos Joanna de Ângelis
- Repositório de Sabedoria – vol. 1 – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco – Antonio C. Perri de Carvalho (organização)
- Repositório de Sabedoria – vol. 2 – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco – Antonio C. Perri de Carvalho (organização)
- Reuniões doutrinárias e mediúnicas no centro espírita – Adilton Pugliese, João Neves, José Ferraz e Nilo Calazans
- Seara de luz – Fernando Hungria
- Serenamente em paz – Joanna de Ângelis/Divaldo Franco – Ana Maria Spränger (organização)
- Sexo e consciência – Divaldo Franco/Luiz Fernando Lopes (organização)
- Sou eu: a paixão de Cristo segundo os espíritos – Amélia Rodrigues/Divaldo Franco – Álvaro Chrispino (organização)
- Terapia espírita para os desencarnados – Nilson de Souza Pereira
- Terapia Holística Alliyana – Juan Danilo Rodríguez
- Um encontro com Jesus – Divaldo Franco/Délcio Carlos Carvalho (organização)
- Vivências do amor em família – Divaldo Franco/Luiz Fernando Lopes (organização)

Projeto Manoel Philomeno de Miranda

Atendimento Fraterno – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Consciência e mediunidade – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Estudando o livro dos médiuns – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Passes: aprendendo com os espíritos – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Qualidade na prática mediúnica – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Reuniões mediúnicas – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Terapia pelos passes – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Vivência mediúnica – Proj. Manoel Philomeno de Miranda

Livros Infantis

A canção da fonte – Maria Anita Rosas Batista

A floresta encantada – Maria Anita Rosas Batista

A lenda do esconderijo seguro – Selma Lagerlöf/Divaldo Franco

A lenda dos milagres do amor – Selma Lagerlöf/Divaldo Franco

Jardim esperança – Maria Anita Rosas Batista

Juanita - A história que tio di contou – Cesar Braga Said

Minha amiga Joanna de Ângelis – Luis Hu Rivas

Vovô Juca e os caroços de manga – Maria Anita Rosas Batista

APÊNDICE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA: FUNCIONÁRIOS DO ESTADO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Dados da Identificação do Projeto

Título do Projeto: O Dom na Mansão: Um Caminho para o Desenvolvimento Social

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Araújo e Mota.

1.2. Dados de Identificação do Bolsista

Nome: Wanderley Buriti de Moraes – graduado em Ciências Contábeis pela UEPB, graduando em Ciências Econômicas pela UFCG e mestrando em Desenvolvimento Regional pela UEPB.

Matrícula: 2016.0413.01.

Período da Pesquisa: Vigência da Bolsa: 01 de Abril de 2016 a 31 de Março de 2018.

Local de Trabalho: Rua Jayme Vieira Lima, 104 – Bairro: Pau da Lima – Salvador, Estado da Bahia.

1. CONTATO INICIAL

Indicação do contato:

Data do contato:

Forma de contato:

Local:

Observações:

2. DADOS DO DEPOENTE

Nome completo:

Resumo Biográfico do Depoente: (Profissão, Estado Civil, Religião, Sexo, Idade)

Local e data de nascimento:

Telefones:

Setor de Trabalho e Enquadramento Funcional na Instituição:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

Observações:

3. ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

3.1. Como o Sr.^(a) concebe a Mansão do Caminho?

3.2. Comente o trabalho que o Sr.^(a) desempenha na instituição.

3.3. O que o Sr.^(a) pensa a respeito do que faz?

3.4. O que lhe motivou a trabalhar na Mansão do Caminho?

- 3.5. Percebe algum trato diferente pelo fato de não ser um funcionário formal da instituição?
- 3.6. O que o Sr.^(a) entende por desenvolvimento?
- 3.7. O Sr.^(a) acredita que a instituição promove/promoveu desenvolvimento da região? De que forma?
- 3.8. Como o Sr.^(a) compreende a participação do Estado na instituição?
- 3.9. Como um todo, comparando com outras instituições do poder público, na sua ótica qual o diferencial da Mansão do Caminho?

4. ABREVIATURAS E SIGLAS

Listar abreviaturas e siglas utilizadas na entrevista

5. DADOS DA ENTREVISTA

Tipo:

Data:

Horário de início:

Horário de término:

Duração:

Local da entrevista:

Formato de gravação:

Gravação de áudio:

Observações:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA: FUNCIONÁRIOS DA INSTITUIÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

2.1. Dados da Identificação do Projeto

Título do Projeto: O Dom na Mansão: Um Caminho para o Desenvolvimento Social

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Araújo e Mota.

2.2. Dados de Identificação do Bolsista

Nome: Wanderley Buriti de Moraes – graduado em Ciências Contábeis pela UEPB, graduando em Ciências Econômicas pela UFCG e mestrando em Desenvolvimento Regional pela UEPB.

Matrícula: 2016.0413.01.

Período da Pesquisa: Vigência da Bolsa: 01 de Abril de 2016 a 31 de Março de 2018.

Local de Trabalho: Rua Jayme Vieira Lima, 104 – Bairro: Pau da Lima – Salvador, Estado da Bahia.

1. CONTATO INICIAL

Indicação do contato:

Data do contato:

Forma de contato:

Local:

Observações:

2. DADOS DO DEPOENTE

Nome completo:

Resumo Biográfico do Depoente: (Profissão, Estado Civil, Religião, Sexo, Idade)

Local e data de nascimento:

Telefones:

Setor de Trabalho e Enquadramento Funcional na Instituição:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

Observações:

3. ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

- 3.1. Como o Sr.^(a) concebe a Mansão do Caminho?
- 3.2. Comente o trabalho que o Sr.^(a) desempenha na instituição.
- 3.3. O que o Sr.^(a) pensa a respeito do que faz?
- 3.4. O que lhe motivou a trabalhar na Mansão do Caminho?
- 3.5. Caso tenha trabalhado em outra empresa responda: Quais diferenças entre sua vida profissional anterior e o seu trabalho na Mansão do Caminho?
- 3.6. O que o Sr.^(a) entende por desenvolvimento?
- 3.7. O Sr.^(a) acredita que a instituição promove/promoveu desenvolvimento da região? De que forma?
- 3.8. Como o Sr.^(a) compreende a participação do Estado na instituição e qual a sua relação com esses outros trabalhadores?
- 3.9. Comente, a partir do trabalho que o Sr.^(a) desempenha na Mansão do Caminho, a relação entre dar, receber e retribuir.

4. ABREVIATURAS E SIGLAS

Listar abreviaturas e siglas utilizadas na entrevista

5. DADOS DA ENTREVISTA

Tipo:

Data:

Horário de início:

Horário de término:

Duração:

Local da entrevista:

Formato de gravação:

Gravação de áudio:

Observações:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FICHA TÉCNICA DA ENTREVISTA: TRABALHADORES VOLUNTÁRIOS

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Dados da Identificação do Projeto

Título do Projeto: O Dom na Mansão: Um Caminho para o Desenvolvimento Social

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Araújo e Mota.

3.2. Dados de Identificação do Bolsista

Nome: Wanderley Buriti de Moraes – graduado em Ciências Contábeis pela UEPB, graduando em Ciências Econômicas pela UFCG e mestrando em Desenvolvimento Regional pela UEPB.

Matrícula: 2016.0413.01.

Período da Pesquisa: Vigência da Bolsa: 01 de Abril de 2016 a 31 de Março de 2018.

Local de Trabalho: Rua Jayme Vieira Lima, 104 – Bairro: Pau da Lima – Salvador, Estado da Bahia.

1. CONTATO INICIAL

Indicação do contato:

Data do contato:

Forma de contato:

Local:

Observações:

2. DADOS DO DEPOENTE

Nome completo:

Resumo Biográfico do Depoente: (Profissão, Estado Civil, Religião, Sexo, Idade)

Local e data de nascimento:

Telefones:

Setor de Trabalho e Enquadramento Funcional na Instituição:

Profissão atual:

Profissões anteriores:

Observações:

3. ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

3.1. Como o Sr.^(a) concebe a Mansão do Caminho?

3.2. Comente o trabalho que o Sr.^(a) desempenha na instituição.

3.3. O que o Sr.^(a) pensa a respeito do que faz?

3.4. O que lhe motivou a trabalhar na Mansão do Caminho?

- 3.5. Caso tenha trabalhado em outra empresa responda: Quais diferenças entre sua vida profissional anterior e o seu trabalho na Mansão do Caminho?
- 3.6. O que o Sr.^(a) entende por desenvolvimento?
- 3.7. O Sr.^(a) acredita que a instituição promove/promoveu desenvolvimento da região? De que forma?
- 3.8. Como o Sr.^(a) compreende a participação do Estado na instituição e sua relação com o voluntariado?
- 3.9. Comente, a partir do trabalho que o Sr.^(a) desempenha na Mansão do Caminho, a relação entre dar, receber e retribuir.

4. ABREVIATURAS E SIGLAS

Listar abreviaturas e siglas utilizadas na entrevista

5. DADOS DA ENTREVISTA

Tipo:

Data:

Horário de início:

Horário de término:

Duração:

Local da entrevista:

Formato de gravação:

Gravação de áudio:

Observações: